



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ.
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

WALDIANE SAMPAIO VIANA

**MANIFESTAÇÕES HOMOFÓBICAS EM ESPAÇOS PÚBLICOS:
PRAÇAS DA GENTILÂNDIA EM FORTALEZA**

FORTALEZA

2009

WALDIANE SAMPAIO VIANA

**MANIFESTAÇÕES HOMOFÓBICAS EM ESPAÇOS PÚBLICOS:
PRAÇAS DA GENTILÂNDIA EM FORTALEZA**

Dissertação submetida à coordenação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. César Barreira

WALDIANE SAMPAIO VIANA

**MANIFESTAÇÕES HOMOFÓBICAS EM ESPAÇOS PÚBLICOS:
PRAÇAS DA GENTILÂNDIA EM FORTALEZA**

Dissertação submetida à coordenação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em sociologia.

Aprovada em: ___/___/_____

BANCA EXAMINADORA:

**Professor Dr. César Barreira - Orientador
Universidade Federal do Ceará – UFC**

**Professor Dr. Christian Saraiva
Universidade Federal do Ceará – UFC**

**Professor Dr. Giovane Jacó
Universidade Estadual do Ceará - UECE**

**Dedico esta dissertação
a minha vovó Nilza, *in memoriam*;
minha mãe Ana Cleide;
meu irmão Serginho;
meu companheiro Rafael.**

AGRADECIMENTOS

Quero expressar os meus sinceros agradecimentos às pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para a construção deste trabalho e que em nenhum momento hesitaram em colaborar, mesmo nos momentos mais difíceis de minha jornada.

Meu muito obrigada ao Laboratório de Estudos da Violência (LEV) da Universidade Federal do Ceará, que muito contribuiu para minha formação acadêmica, colocando-me em contato maior com a sociedade e seus múltiplos conflitos e compartilhando conhecimentos, e aos seus integrantes, em especial a Dione, que sempre foi muito atenciosa comigo.

Aos moradores e frequentadores homossexuais das Praças da Gentilândia, por terem permitido a realização deste estudo, contribuindo com narrativas a respeito do conflito e do bairro, que me serviram para a compreensão dos mesmos.

Ao Professor César Barreira, meu professor, que me acolheu com respeito e orientou-me de modo competente e paciente.

Aos professores da banca examinadora, que, apesar de tantos compromissos, aceitaram estar presentes como membros examinadores.

Ao Grupo de Resistência Asa Branca, GRAB, que muito contribuiu com o meu trabalho, fornecendo-me os seus dados de pesquisa e acolhendo-me muito bem em seu espaço, os meus sinceros agradecimentos.

À CAPES, que me concedeu a bolsa de estudos e possibilitou o meu sustento, as viagens de estudos e a aquisição de livros, o que foi fundamental para esta pesquisa.

Aos professores Christian Saraiva e Giovane Jacó, pelas dúvidas que me suscitaram e engrandeceram minha jornada, especialmente pelas contribuições durante o exame de qualificação.

Ao Marcos José, que me ajudou na revisão textual deste trabalho, o meu muito obrigada.

Aos meus amigos e companheiros de luta da União da Juventude Rebelião-UJR, que me fizeram descobrir a opção de ser comunista e lutar por uma sociedade mais justa, onde não haja exploração e desigualdades sociais. Em especial à Claudiane e à Paula.

Às minhas amigas, Ana Paula, Francilene, Francinalda e Elivandra, que me ouviram e me ajudaram sempre.

Ao meu marido Rafael, por ter tido tanta paciência com os meus devaneios e por estar sempre ao meu lado, amando-me e apoiando-me.

Por último, àqueles que lutam para que todos, até os que não lutam, possam ter o direito de amar e viver o amor da maneira que os faça felizes.

“Nunca deixe que lhe digam que não vale a pena acreditar no sonho que se tem, ou que seus planos nunca vão dar certo, ou que você nunca vai ser alguém. Tem gente que machuca os outros, tem gente que não sabe amar, mas eu sei que um dia a gente aprende. Se você quiser alguém em quem confiar, confie em si mesmo, quem acredita sempre alcança...”

(Renato Russo)

RESUMO

O objetivo principal deste trabalho é compreender como foi vivenciada a homossexualidade pelas pessoas que frequentavam e moravam próximo às Praças da Gentilândia e entender as práticas conflituosas que ocorreram nessas Praças. Descrever como se deram as manifestações homofóbicas nesses espaços e como os jovens lutaram para resistir à homofobia e para se manter nas Praças, que já foram consideradas principais pontos de encontro de jovens homossexuais em Fortaleza. Para isso, relatarei e analisarei o conflito que existiu entre os jovens homossexuais, os moradores e os demais frequentadores, levando em consideração dois recortes temporais para melhor compreender o conflito que se deu em dois momentos. O primeiro momento do conflito aconteceu de dezembro de 2004 a julho de 2006, e o segundo momento, de abril de 2007 até meados de agosto de 2008. Nessa perspectiva, discutirei o preconceito contra homossexuais, a produção e reprodução, bem como os processos de desconstrução desses preconceitos, tanto nas Praças da Gentilândia como no meio social.

Palavras-Chave: Homossexualidade; Movimento Homossexual; Homofobia; Conflitos Sociais.

ABSTRACT

The main goal of this work is to understand the homosexuality behavior experienced by the people who used to walk around or lived next to the squares of Gentilândia and also to study the conflicting practices found in these areas. In this work, the homophobic demonstrations occurred in these squares and the resistance of the young people imposed against these practices in order to guarantee their space in there squares are investigated. Not so far ago, these squares were considered one of the main points of the homosexual people in Fortaleza. The conflict presented among the homosexual young people, the local resident people and other visitors is investigated, taking into account two distinct time interval in order to better understand the exposed problem. The first time interval occurred between December of 2004 until July of 2006, and the second interval between April of 2007 and August of 2008. In this scenario, it is discussed prejudice against homosexuals, the production and reproduction, as well as the process of the breakdown of this same prejudices, presented both in the Square of Gentilândia as social environment.

Keywords: Homosexuality; Homosexual Movement; Homophobia; Social Conflict.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 O BAIRRO BENFICA E O SURGIMENTO DO BAIRRO GENTILÂNDIA....	20
2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS.....	20
2.2 EQUIPAMENTOS URBANOS E DE LAZER DO BAIRRO GENTILÂNDIA	26
2.3 AS PRAÇAS DA GENTILÂNDIA	30
3 AS PRAÇAS DA GENTILÂNDIA COMO ESPAÇO DE HARMONIA E CONFLITO.....	35
3.1 O CONFLITO E OS ATORES ENVOLVIDOS	35
3.2 O CONFLITO NA PRAÇA DA GENTILÂNDIA	40
3.3 O CONFLITO NA PRAÇA JOÃO GENTIL	61
4 A HOMOFOBIA, SUA PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO NO MEIO SOCIAL.	69
4.1 A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA CATEGORIA HOMOSSEXUAL	69
4.2 A PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DA HOMOFOBIA.....	75
4.3 MANIFESTAÇÕES DE HOMOFOBIA INTERNALIZADAS	83
4.4 AS NATUREZAS DISTINTAS DA VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA	87
5 PROCESSOS DE DESFAMILIARIZAÇÃO DA HOMOFOBIA.....	94
5.1 COMO SURTIU O MOVIMENTO HOMOSSEXUAL NO BRASIL	94
5.2 AS PRINCIPAIS LUTAS E CONQUISTAS DO MOVIMENTO HOMOSSEXUAL BRASILEIRO.....	107
5.3 AS PARADAS PELA DIVERSIDADE SEXUAL E O ENSAIO DE TOLERÂNCIA ÀS DIFERENÇAS	117
5.4 O MOVIMENTO HOMOSSEXUAL NO CEARÁ	119
5.5 AS TENTATIVAS DE DESCONSTRUÇÃO DA HOMOFOBIA NAS PRAÇAS DA GENTILÂNDIA.....	123
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	129
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	134
ANEXOS	141

1 INTRODUÇÃO

Numa sociedade heterossexista a heterossexualidade é tida como normal, e todas as pessoas são consideradas heterossexuais. A heterossexualidade é tida como “natural”. O heterossexismo está institucionalizado nas nossas leis, órgãos de comunicação social, religiões e línguas. Tentativas de impor a heterossexualidade como superior ou como única forma de sexualidade é uma violação aos direitos humanos, tal como o racismo e o sexismo, e, para o movimento homossexual, esta imposição deve ser desafiada e combatida com muita determinação.

Homofobia caracteriza o “medo” e o resultante “desprezo” que alguns indivíduos sentem pelos homossexuais. O termo é usado para descrever a repulsa face às relações afetivas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo, um “ódio” generalizado aos homossexuais, e abrange todos os aspectos do preconceito heterossexista e da discriminação anti-homossexual.

No Brasil um dos expoentes das discussões sobre a homofobia é Luiz Mott, com vastos trabalhos de pesquisa sobre a violência contra homossexuais e com grande atuação no movimento gay, sendo uma referência nacional em defesa da cidadania e dos direitos homossexuais. Seus trabalhos relatam minuciosamente os fatos ocorridos no país e analisam como os meios de comunicação de massa têm abordado nos noticiários as agressões, os insultos, as ameaças e as torturas de que têm sido vítimas os homossexuais. Abordam também como ocorre a discriminação em órgãos públicos e por parte de autoridades governamentais, a discriminação na família, no ambiente de trabalho, nas escolas e as discriminações de cunho científico e religioso. Investigam, também, como se dá o preconceito às lésbicas (lesbofobia) e a violência contra travestis (travestifobia), inclusive os assassinatos.

O referido autor convoca-nos a denunciar, haja vista que,

Denunciar a violência e a ditadura que se abate contra os amantes do mesmo sexo é o primeiro passo para a construção da nossa cidadania, na medida em que a maioria das pessoas seja cidadão comum, sejam os representantes dos

órgãos governamentais, desconhecem essa triste e dramática realidade: a cruel mortandade de gays, travestis e lésbicas. Realidade encoberta pelo “complô” do silêncio e que necessita ser inadiavelmente denunciada a fim de impedir novas execuções (MOTT, 2000b, p.12).

Este trabalho surgiu da necessidade de compreender melhor a homossexualidade e as manifestações de homofobia no meio social. A compreensão de que a homossexualidade não é um desvio ou doença avançou em todo o mundo¹, devido principalmente às várias lutas empreendidas pelo movimento LGBTT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, em prol da defesa dos seus direitos civis para poder demonstrar livremente a sua orientação sexual.

As práticas homofóbicas estão bastante presentes em nosso cotidiano e muitas vezes são manifestadas sem que as percebamos. Existem casos, no entanto, em que a homofobia é expressa com total uso da violência, chegando inclusive a ser manifestada por meio de homicídios com requintes de crueldade.

A presença homossexual nas Praças da Gentilândia, situadas no bairro de mesmo nome, na cidade de Fortaleza-CE, nos períodos de dezembro de 2004 a julho de 2006 e de abril de 2007 a agosto de 2008, instigou-me a pensar o problema da homofobia, conduzindo-me a este importante campo temático.

Os jovens homossexuais que frequentavam as Praças da Gentilândia nas sextas-feiras à noite eram de ambos os sexos, com idade entre 15 a 25 anos, pertencentes a diferentes classes sociais e oriundos de vários bairros de Fortaleza e da Região Metropolitana. Em muitos casos eram estudantes dos estabelecimentos de ensino que existem nos bairros da Gentilândia e do Benfica.

A presença dos jovens nas Praças da Gentilândia fez com que eu pensasse em várias questões que buscarei desenvolver ao longo desse trabalho. Entre elas: o que havia de tão atraente nessas Praças para que elas começassem a receber o público LGBTT, predominantemente de jovens; o porquê de esses jovens terem sido hostilizados por alguns moradores e frequentadores que não aceitavam a sua orientação sexual,

¹ A Organização Mundial de Saúde (OMS), desde 1994, retirou da CID- Classificação Internacional de Doenças – a homossexualidade; desde 1985, o Conselho Federal de Medicina não considera o comportamento homossexual como desvio ou transtorno sexual; o Conselho Federal de Psicologia, em sua resolução 001/99, considerou que a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão, aponta uma série de indicações contrárias à atuação preconceituosa, discriminatória ou que favoreça a sua patologização.

chegando inclusive a realizar um abaixo-assinado encaminhado à Prefeitura de Fortaleza, para que os jovens fossem retirados das Praças; os conflitos que ocorreram entre os jovens e a polícia em decorrência da denúncia feita pelos moradores; os arrastões empreendidos por gangues locais, que tinham por objetivo retirar os jovens das Praças; a pressão das entidades que defendem os direitos dos homossexuais e o posicionamento da Prefeitura de Fortaleza na resolução desse impasse.

O objetivo principal deste trabalho é compreender como foi vivenciada a homossexualidade pelas pessoas que frequentavam e que moravam próximo às Praças da Gentilândia, entender as práticas conflituosas que ocorreram nessas Praças, como se deram as manifestações homofóbicas nesses espaços e como suas vítimas lutaram para rebatê-las e manterem-se nas Praças, que já foram consideradas os principais pontos de encontro de jovens homossexuais em Fortaleza.

Para isso analisarei o conflito existente entre os jovens homossexuais, os moradores e os demais frequentadores, levando em consideração dois recortes temporais para melhor compreender esse embate que se deu em dois momentos. O primeiro momento deu-se de dezembro de 2004 a julho de 2006, e o segundo momento de abril de 2007 até meados de agosto de 2008.

Nessa perspectiva, discutirei o preconceito contra homossexuais, a sua produção e reprodução, bem como os processos de desconstrução desse preconceito, tanto nas Praças da Gentilândia como nos outros meios sociais. Uma das questões a serem levantadas é o comportamento dos moradores em relação à presença homossexual nas Praças da Gentilândia, um espaço aonde os jovens iam para se divertir em busca de liberdade, namorar e expressar a sua orientação sexual. Essa presença não era bem vista por alguns moradores e frequentadores, que não conseguiam ou não queriam aceitar a orientação sexual dos jovens, chegando inclusive a legitimar os arrastões que ocorriam nas Praças em retaliação à presença desses jovens. Consideravam os arrastões como “algo bom”, já que a polícia não tinha o poder de retirar os jovens das Praças.

O que ocorreu nas Praças da Gentilândia poderia ser classificado como uma condenação aos praticantes das “homossexualidades populares” (PERLONGUER, 1987). O fato de os jovens se encontrarem numa praça, num espaço público onde a população se reúne, poderia significar para os moradores uma “crescente

marginalização que poderia conduzir a um recrudescimento da intolerância popular a respeito da nova ‘homossexualidade branqueada’, beneficiária da tolerância burguesa”. A “homossexualidade branqueada” configura-se aqui como uma homossexualidade discreta, sendo, portanto, o oposto do que ocorria no caso das Praças.

A pesquisa teve início quando eu ainda estava na Graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal do Ceará – UFC, com um trabalho monográfico de conclusão de curso no 2º semestre de 2006 intitulado: “*Praça da Gentilândia: espaço de sociabilidade e conflito*”, quando me ative apenas à compreensão e interpretação do conflito entre os jovens homossexuais, os moradores e os demais frequentadores. Em 2007, ingressei no Mestrado em Sociologia, nessa mesma instituição, e senti a necessidade de compreender e aprofundar melhor a questão da homofobia, a sua produção, reprodução e desconstrução no meio social, utilizando os exemplos das Praças da Gentilândia.

O trabalho foi desenvolvido a partir de duas perspectivas investigativas, uma de caráter teórico e outra em sentido mais prático, ou seja, a pesquisa de campo, buscando fazer a articulação entre ambas as formas de apreensão do conhecimento. Nesse sentido a metodologia deste trabalho esteve dividida em duas etapas: a exploração bibliográfica e a pesquisa de campo.

Ao realizar a pesquisa bibliográfica, tornou-se possível criar familiaridade com o objeto a ser investigado. Estabelecer diálogos com autores que abordam a temática, suas perspectivas de análise, obras e material produzido, foi de suma importância para a realização deste trabalho.

A pesquisa de campo visou à aproximação com o fenômeno estudado de forma sistemática e aprofundada a fim de que se percebessem as determinantes que permeavam os sujeitos envolvidos.

O local de realização da pesquisa, de acordo com o que foi mencionado anteriormente, foram as Praças da Gentilândia. Apreender a dinâmica que se dava às sextas-feiras nessas praças, observar e colher depoimentos dos sujeitos envolvidos no conflito, buscando abarcar a diversas manifestações da homossexualidade e a sua não-

aceitação no meio social, foi um trabalho árduo, mas muito prazeroso e significativo para a compreensão dessa dinâmica social.

A utilização das fontes impressas forneceu-me a informação de que estava ocorrendo esse conflito nas Praças (em abril de 2005) e os meios de análise do fenômeno, ou seja, a oportunidade de comparar as notícias dos jornais acerca do assunto abordado e de analisar como se deu a política de cobertura da mídia no instante em que esse fato social virou notícia, o modo como foi abordado e recebido pelos atores sociais e as diversas opiniões a respeito desse acontecimento.

As fontes impressas utilizadas neste trabalho constituem-se basicamente dos jornais “O Povo” e “Diário do Nordeste”, jornais de grande circulação no estado, e da revista Universidade Pública, editada pela UFC.

Para a realização deste estudo, utilizei a observação como principal técnica de pesquisa. Presente nas Praças da Gentilândia em muitas sextas-feiras à noite, observei os fatos e procurei interagir com os homossexuais para marcar as entrevistas. Durante os outros dias da semana eu visitava os moradores para poder conversar com eles sobre o conflito e sobre o seu cotidiano nas Praças.

A observação foi muito importante pelo fato de poder confrontar o discurso dos entrevistados, analisando se era concordante com os seus atos ou se havia contradições entre o que diziam e faziam.

Dentre as técnicas de pesquisas para contatos iniciais com os moradores e frequentadores homossexuais das Praças da Gentilândia, além da observação e da pesquisa às fontes impressas, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas², permitindo-me formular questões que não se fechassem em si, mas que dessem aos portadores das informações, em sua maioria natos do bairro (moradores), a possibilidade de me sugerir outras indagações que ainda não tinham sido feitas por mim.

Foram realizadas visitas ao GRAB³, onde pude constatar que o estado do Ceará é o sexto estado brasileiro com maior índice de violência contra os homossexuais e que o

² Sendo auxiliada pelo uso do gravador.

³ GRAB- Grupo de Resistência Asa Branca atua na defesa dos direitos dos homossexuais e na prevenção da homofobia. A entidade funciona desde 1989, dá orientações e encaminha quem pede socorro à

governo não possui um instituto que trabalhe com a coleta de dados e documentação de todos os crimes homofóbicos praticados no estado, ficando a cargo do GRAB registrar algumas ocorrências e checar as que chegam até as delegacias do estado.

Durante as visitas ao GRAB, tive a oportunidade de entrevistar Orlaneudo Lima, presidente da instituição durante o primeiro momento do conflito na praça (setembro de 2006), e Chico Pedrosa, atual presidente (novembro de 2008). Conversei com ambos sobre o fenômeno que ocorria nas Praças da Gentilândia e sobre o modo como o GRAB atuou para a resolução do impasse. Realizei também outras visitas no intuito de pesquisar o acervo bibliográfico e visualizar pesquisas realizadas pela entidade.

Foram feitas visitas à Coordenadoria de Diversidade Sexual da Prefeitura de Fortaleza, onde tive a oportunidade de entrevistar a assessora Michelle Meira e conversar com ela sobre o conflito e sobre como a Prefeitura acompanhou o caso e traçou medidas para resolvê-lo.

Realizei pesquisas via internet no site de relacionamentos do Orkut, nas comunidades Pracinha da Gentilândia e Pracinha da Gentilândia GLS, onde são debatidos os problemas por alguns frequentadores. Discutia-se o que poderia ser feito à época para amenizar o conflito, mas também havia comentários homofóbicos e discussões bastante acirradas sobre essa temática. Isso forneceu-me o panorama do que estava ocorrendo na Praça e possibilitou-me fazer a análise do discurso de seus frequentadores e as suas opiniões.

Para a realização deste trabalho, fez-se necessário o levantamento histórico do bairro Benfica e do surgimento do bairro Gentilândia, cujos limites encontram-se entre os bairros de Fátima, Benfica e Jardim América. Durante a pesquisa, foi feito um memorial com imagens das Praças e de seus frequentadores.

Ao falarmos do Bairro Benfica e do surgimento do bairro Gentilândia, não podemos deixar de mencionar as contribuições da família Gentil, que ajudou a povoar aquela área juntamente com outras famílias. Com isso conseguiremos entender melhor por que as Praças da Gentilândia tornaram-se um espaço de sociabilidade e conflito.

Para os moradores, a Gentilândia é um bairro ‘tradicional’ e de ‘boas famílias’, com muitas histórias para contar, devido ao fato de ter nascido do povoamento feito pela família Gentil, uma das famílias mais tradicionais de Fortaleza nos anos 30,40 e 50 do século XX. O tradicional (moradores antigos) passou a conviver com o moderno (frequência de jovens homossexuais), como poderemos constatar ao longo deste estudo, e isso ocasionou conflitos entre moradores e frequentadores homossexuais das Praças.

As Praças da Gentilândia são espaços públicos, onde vários atores sociais se reúnem diariamente para se divertir, conversar, namorar etc. Representam, portanto, um espaço de lazer e de sociabilidade, um espaço harmonioso e ao mesmo tempo conflituoso, pois recebe uma heterogeneidade de frequentadores, gerando interação, mas também conflitos sociais, regados a preconceito e homofobia.

Busquei, nesta pesquisa, analisar projetos que visam defender os direitos dos homossexuais, em forma de políticas públicas, tais como: o Projeto de Lei da Parceria Civil Registrada, ou seja, o Projeto de Lei Federal nº 1.151, de autoria da ex-deputada federal Marta Suplicy (PT-SP), que disciplina a união civil entre pessoas do mesmo sexo; o Projeto de Lei Federal nº 122/06, que criminaliza a homofobia e está em tramitação no Senado e o Projeto de Lei Municipal nº 8211/98, que determina punições a quem praticar discriminações contra uma pessoa em estabelecimentos públicos devido a sua orientação sexual, de autoria do ex-vereador Durval Ferraz (PT-CE) e promulgada em 1998, pelo Presidente da Câmara Municipal de Fortaleza, à época, Acilon Gonçalves. Constata-se que a Lei ainda não impede a discriminação contra o homossexual e muito menos a violência verbal e física, empregada contra eles pelas pessoas que não respeitam a sua singularidade no meio social, como aconteceu nas Praças da Gentilândia.

Nessa perspectiva, o presente trabalho se dividirá da seguinte maneira:

No Capítulo I, farei um resgate histórico do surgimento do bairro Benfica e do bairro Gentilândia, a fim de situar o leitor na dinâmica e no espaço desses bairros e em como essa dinâmica interferiu no fenômeno que ocorreu nas Praças do bairro Gentilândia.

No Capítulo II, relatarei os conflitos que ocorreram nas Praças da Gentilândia. Inicialmente no primeiro momento, que se dá de dezembro de 2004 a julho de 2006, na

Praça da Gentilândia, trazendo o relato das personagens envolvidas no conflito: os moradores, os jovens homossexuais e os demais frequentadores. Analisarei também como se deu a inserção do poder público e da polícia nesse conflito, bem como das entidades que defendem os direitos dos homossexuais, tais como: o GRAB, a ATRAC⁴ e o LAMCE⁵. Em seguida, relatarei o segundo momento do conflito na outra praça, a Praça João Gentil, que se iniciou em abril de 2007 e continuou até meados de agosto de 2008, com a persistência das manifestações de intolerância contra a homossexualidade dos jovens e da sua luta pela permanência na Praça.

No Capítulo III, analisarei a construção histórica da categoria homossexual, para melhor compreendermos como nasceu o preconceito contra os homossexuais. Discutirei o que é homofobia, a sua produção e reprodução no meio social, a homofobia internalizada e os aspectos dos dados quantitativos e qualitativos da violência homofóbica no Brasil e no Ceará, buscando relacioná-los com os fenômenos que ocorreram nas Praças da Gentilândia.

No Capítulo IV, abordarei as tentativas de desconstrução da homofobia, ou seja, a luta dos homossexuais em prol dos seus direitos e como essa luta está sendo recebida pela sociedade e pelo poder público. Para isso, relatarei resumidamente como surgiu o movimento homossexual no mundo, no Brasil e no Ceará para melhor compreender como esse movimento formou-se. Explanarei quando e como foram formados os primeiros grupos de homossexuais, tais como: o Somos criado em São Paulo em 1978, o Grupo Gay da Bahia –GGB, criado em 1980, e o GRAB, criado em Fortaleza em 1989, entre outros; as demandas e as conquistas do movimento homossexual no Brasil e no Ceará e as Paradas pela Diversidade Sexual. Analisarei as Leis que tramitam no Congresso Nacional e no Senado e as tentativas de desconstrução da homofobia nas Praças da Gentilândia.

Nas Considerações Finais, farei uma reflexão sobre as conquistas e o que ainda falta ser conquistado pelo Movimento LGBTT, sobre o conflito nas Praças da Gentilândia e sobre o desenvolvimento da luta por direitos de seus frequentadores homossexuais.

⁴ ATRAC – Associação dos Travestis do Ceará.

⁵ LAMCE – Liberdade de Amor entre as Mulheres Cearenses.

2 O BAIRRO BENFICA E O SURGIMENTO DO BAIRRO GENTILÂNDIA

2.1 Aspectos Históricos

O bairro Benfica tem início nas caixas d'água, próximas à Faculdade de Direito e termina na Avenida Eduardo Girão, com menos de dois quilômetros de comprimento. Após a Segunda Guerra Mundial, com a construção da Base Aérea, o seu limite prolongou-se até a Avenida dos Expedicionários, considerando-se o Prado⁶ e a Gentilândia como anexos, ou seja, como se esses dois bairros fizessem parte do bairro Benfica. Limita-se com o último trecho da Avenida do Imperador, continuando pela Avenida Carapinima, indo pela Avenida José Bastos e a Avenida Padre Cícero. Estes limites estão distribuídos atualmente no mapa da Prefeitura de Fortaleza.

Foram os portugueses que lhe deram o nome de Benfica, copiado de um bairro da velha Lisboa, quando, à época da colonização do Brasil, o Siará Grande e Fortaleza começavam a dar seus primeiros passos rumo ao crescimento urbano. Em 1799, Fortaleza foi elevada à capital do Estado do “Siará”.

⁶No Prado, onde hoje encontramos o prédio da Escola Técnica Federal do Ceará, realizavam-se as famosas corridas de cavalos, até meados dos anos 40, e ao lado do bairro as partidas de futebol, onde posteriormente foi construído o estádio Presidente Vargas (JUNIOR, 1999, p. 48-49).

Nesse contexto, Fortaleza era um grande centro industrial e comercial, com negócios ligados à importação e exportação e aproveitamento de produtos agrícolas, bem como às transformações na estrutura urbana e social da cidade.

Fortaleza, em seus vários planos urbanísticos, projetou e organizou espaços que serviram de acordo com os interesses sociais, econômicos e políticos para a criação de bairros, entre eles o Benfica.

A emergência de novos grupos dominantes formados de profissionais liberais e a necessidade de situar a Capitania do Ceará dentro dos moldes urbanísticos da época tornaram possíveis investimentos imobiliários e de infra-estrutura, expandindo a cidade e criando novas áreas, como o bairro Jacarecanga, e beneficiando algumas já existentes, como o bairro Benfica.

A ameaça pelo fluxo de camadas populares do centro somada às secas periódicas que se alastravam pelo Ceará tornou inevitável a migração da elite cearense para esses bairros, que se tornariam rivais na construção de palacetes e chácaras, evidenciando seu poderio e alinhamento ao senso estético do mundo moderno.

Segundo Lopes (1988), em seu livro *a Fortaleza dos anos 40*:

As famílias tradicionais moravam em grandes e confortáveis casas, (...), e que no Benfica, espécie de feudo da família Gentil, estava o aristocrático palacete Gentil, morada do banqueiro e comerciante João Gentil, com suas elegantes varandas, suas colunas coríntias e seus amplos terraços, vastos jardins com estátuas e vasos vindos da Europa. (LOPES, 1988, p.54).

Alguns caminhos que ligavam localidades do Interior do estado ao centro da cidade de Fortaleza foram ocupados no século XIX por chácaras de famílias abastadas, muitas vindas de outros municípios.

Ao contrário do sítio, onde a produção agrícola era mais intensa, nas chácaras o abastecimento era feito através dos serviços e comércio da cidade, embora os moradores pudessem manter algumas atividades, como a criação de galinhas e a plantação de hortas. Esse foi o primeiro tipo de ocupação dos terrenos que hoje compõem os bairros Gentilândia e Benfica.

As ruas de terra do bairro, naquela época, eram parte do caminho percorrido pelo gado que vinha do sertão em direção ao matadouro municipal. Por esse motivo, poucas famílias instalavam-se na região, evitando a poeira e o estrume deixados pelos bois.

Após a desinstalação do matadouro, que se mudou para outra parte da cidade, José Gentil Alves de Carvalho comprou a chácara da família Garcia. Vindo de Sobral, o patriarca acumulara algum capital com a venda de produtos agrícolas e passou a investir em negócios do setor secundário e terciário. Virou banqueiro e dono de imobiliária, loteou terrenos vizinhos à sua chácara e construiu casas de vila para alugar. De tão poderoso, fez do próprio nome o sobrenome da família toda e construiu um pequeno império ao redor de sua mansão, a Gentilândia.

A casa da chácara, um chalé térreo, foi reformada anos depois de sua aquisição pelos Gentil. Foi modificada a sua fachada, ganhou alguns metros em profundidade e um segundo piso. Foi erguido também um muro alto ao redor do terreno que abrigava outras casas da família construídas para os filhos de Gentil. As construções secundárias vieram abaixo quando, em 1955, a mansão foi comprada pela Universidade Federal do Ceará mediante negociação da ordem de Cr\$ 500.000,00.

A família Gentil, juntamente com outras famílias (Sabóia e Manso Valente), são os principais responsáveis pela implantação dos aspectos aristocráticos das grandes mansões, circundadas por sítios ou extensas áreas ajardinadas⁷, que deram surgimento ao bairro Gentilândia. Houve a doação de terrenos da família Gentil à congregações de irmãs católicas para a construção da Igreja Nossa Senhora dos Remédios, das casas dos Padres Lazaristas e dos colégios Nossa Senhora das Graças e Santa Cecília. Construíram-se, também, residências para uma classe emergente de funcionários públicos, profissionais liberais e pequenos comerciantes do centro da cidade e, ainda na década de 20, a abertura de vilas e ruas. Foi o Coronel Gentil Alves de Carvalho quem fundou a edificação do conjunto residencial popularizado com o nome de Gentilândia, como consta num documento da Prefeitura de Fortaleza de 1954.

⁷ O extenso manguezal cedeu lugar também a construção do Estádio Presidente Vargas, Escola Técnica Federal, Ginásio Aécio de Borba entre outras edificações.

Não obstante as iniciativas de investimentos voltadas para os diferentes níveis de renda do bairro Benfica, a formação de instituições planejadas para o desenvolvimento da educação o transformaram em um bairro intelectual, fomentado a partir da aquisição do palacete da família Gentil, para receber a Reitoria da Universidade Federal do Ceará (UFC), bem como de outros terrenos para a implantação do campus dessa universidade. Alguns outros imóveis transformaram-se em núcleos administrativos e em Residências Universitárias (REU's), para abrigar estudantes oriundos do Interior do Estado.

A venda dos imóveis da família Gentil iniciou-se a partir da necessidade que esta família teve por dinheiro para o pagamento de dívidas dos insucessos de vários projetos econômicos devidos à concorrência com outros estabelecimentos comerciais e bancários. Além da venda do seu Palacete para a UFC, houve a venda do Palacete Ceará, em 1955, para a Caixa Econômica (JÚNIOR, 1999, p. 51). Dívidas com o Imposto de Melhoramento da Cidade envolveram também a Imobiliária José Gentil S/A e os seus terrenos dos parques Trindade e Pici.

O cancelamento dessa dívida só se deu com a redução de 50% do valor da desapropriação pela Prefeitura de Fortaleza de duas áreas situadas no bairro Gentilândia, no período de dez anos, que deram lugar a duas praças públicas.

Em meados do século XX, quando Fortaleza estava vivendo o auge do seu desenvolvimento econômico-urbano, a expansão da cidade extinguiu os pequenos bairros mais próximos ao centro comercial, que hoje formam o Benfica. Entre eles estava o bairro do Prado, onde hoje fica o Estádio Presidente Vargas e o bairro da Gentilândia, que se configurava em limites bem menores e não contava com uma estrutura própria de serviços e comércios, sendo, por isso, engolido pelo bairro do Benfica (LOPES, 1988 p. 104).

No entanto, com o desejo de se emancipar do bairro Benfica e viabilizar a autonomia institucional da Gentilândia, alguns moradores mobilizaram-se em sensibilizar o Poder Municipal a partir de espaços em colunas de jornal e no rádio. A oficialização do bairro foi concretizada no dia 24 de julho de 2000, segundo o Diário Oficial do Município de Fortaleza (figura 01).

O bairro Gentilândia situa-se entre os bairros de Fátima, Benfica e Jardim América e é um dos menores de Fortaleza, com uma população estimada em seis mil habitantes, segundo moradores⁸. O bairro Gentilândia é tido por seus moradores como um lugar muito aprazível e possui casas que ainda mantêm sua arquitetura original e ruas urbanizadas.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E REDAÇÃO FINAL

Trabalhando junto com o povo

CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

Projeto de Lei nº 0434/99

APROVADO EM 27 JUN 2000

Em 27 JUN 2000

Denomina de Gentilândia um Bairro de Fortaleza e dá outras providências

COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL

Em 27 JUN 2000

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA APROVA:

Art. 1º Fica denominado de Gentilândia um Bairro de Fortaleza, com delimitação de área a ser definida em ato do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REP. LEGISLATIVO Nº 10.12.99

Vereador Narcílio Andrade
PMDB

Justificativa

A presente iniciativa tem por escopo oficializar a denominação de Gentilândia do quadrilátero urbano compreendido entre as vias: Av. da Universidade; Av. Treze de Maio; Rua Marechal Deodoro; Rua Paulino Nogueira; Av. dos Expedicionários e Av. Eduardo Girão.

Vereador Narcílio Andrade
PMDB

COMISSÃO DE LEG. JUSTIÇA E RED. FINAL

O Presidente da Comissão encaminha o Projeto de Lei nº 0434/99 para a Comissão

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO

Figura 01: Documento de oficialização do bairro Gentilândia e as suas delimitações.

⁸O último censo populacional feito pelo IBGE foi em 2000, antes de o bairro Gentilândia ter sido oficializado como bairro, portanto, segundo o Memorial da Gentilândia*, devido a isso, ainda não foi feito um censo com os moradores do novo bairro. *Local: Rua Padre Francisco Pinto, 128 Gentilândia.

Apesar de ser um bairro residencial, a Gentilândia é constituída de pequenos comércios: mercadinhos, barzinhos, churrascarias, lanchonetes, feiras aos fins de semana e de alguns serviços: bancos, escolas, faculdades, creches, restaurantes, academia de ginástica, clínicas e farmácias. Além de contar com o Instituto de Identificação, a Sede do Conselho de Contabilidade Regional e a Reitoria da UFC.

Seus moradores dispõem para o lazer: do Estádio Presidente Vargas, do Ginásio Aécio de Borba e da Praça João Gentil, que congrega pessoas para jogar bola na quadra de esportes, namorar e praticar atividades físicas. Há também a Pracinha da Gentilândia, onde as pessoas podem saborear, nas barraquinhas, as comidas típicas feitas pelos próprios moradores do bairro, tem a feira de artesanatos do CEARG⁹, promovida pela Prefeitura de Fortaleza, e a feira livre aos fins de semana.

Entre as inúmeras curiosidades históricas está o fato de a Gentilândia ter sido o bairro onde surgiram algumas das primeiras empresas de transporte coletivo de passageiros de Fortaleza, como a Empresa Santo Antônio, criada por pioneiros que moravam no bairro e vislumbraram naquele setor uma oportunidade de negócios e de prestação de um relevante serviço para a população. Das várias empresas do setor de transportes surgidas no bairro, a Santo Antônio é uma das poucas que continuam em operação.

Quanto à oficialização do bairro Gentilândia, coube à Câmara Municipal de Fortaleza sancioná-la, atendendo a um Projeto de Lei do Vereador Nacílio Andrade (em 2000)¹⁰, que, preocupado em conservar o patrimônio histórico do bairro atribuído à família Gentil, lutou pela preservação de sua história. O quadrilátero urbano (Figura 02) compreende, segundo o Poder Municipal¹¹, as vias: Avenida da Universidade (continuação da Avenida João Pessoa), Avenida 13 de Maio, Avenida dos Expedicionários e Avenida Eduardo Girão. E tem como ruas principais: a Rua Marechal Deodoro, a Rua Paulino Nogueira e a Rua Waldery Uchoa.

⁹ Centro de Arte da Gentilândia.

¹⁰ Vide relação de anexos.

¹¹ O documento de delimitação do bairro Gentilândia encontra-se na relação dos anexos.



Figura 02: Mapa do bairro Gentilândia. Fonte: Telelista.

2.2 Equipamentos Urbanos e de Lazer do Bairro Gentilândia



Figura 03: Ex Palacete da Família Gentil e atualmente sede da Reitoria da UFC.

A Gentilândia compreende boa parte dos 13 hectares do Campus do Benfica da Universidade Federal do Ceará. No bairro, estão instaladas a Reitoria e as Pró-Reitorias de Planejamento, Extensão, Administração e Assuntos Estudantis; a Superintendência de Recursos Humanos; o Centro de Humanidades; a Faculdade de Educação; o Departamento de Arquitetura e Urbanismo, as Bibliotecas e as Casas de Cultura Estrangeira. Outras instalações da Universidade são: algumas Residências Universitárias, Procuradoria Geral, Ouvidoria, Auditoria Interna, Seara de Ciência e

CETREDE, além de equipamentos culturais como o Museu de Arte, a Rádio Universitária, a Concha Acústica e a Editora e Imprensa Universitária. A sede do “Sindicato dos Trabalhadores da UFC - SINTUFC” também está localizada no bairro, em frente à Praça João Gentil.



Figura 04: Residência Universitária, situada na Rua Paulino Nogueira nº 125, em frente à Praça João Gentil

Além dessas instalações da UFC, a Gentilândia também abriga o IFETCE – Instituto Federal de Educação Tecnológica do Ceará e os seus cursos de línguas estrangeiras o CLEC; bem como algumas escolas de ensino fundamental e médio. É válido informar também que o Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará - UECE, localizado na Avenida Luciano Carneiro, é próximo à Gentilândia.



Figura 05: Frente do CEFET, situado na Avenida 13 de Maio.



Figura 06: Igreja dos Remédios, situada na Avenida da Universidade, próximo da Reitoria da UFC.

A Igreja dos Remédios foi construída em 1910 e tornou-se paróquia em 1934. Edificada às margens da atualmente conhecida como Avenida da Universidade, foi uma das construções que “assistiu” à ocupação e crescimento da Gentilândia.

Localizadas a alguns metros da Igreja, estão duas instituições religiosas ligadas à Igreja Católica: o “Instituto das Filhas de São José” e o “Dispensário dos Pobres do Sagrado Coração”, que fazem parte da “Companhia das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo”.

Também no bairro encontra-se a *Seicho No Ie*, instituição que se identifica como uma filosofia que transcende ao sectarismo religioso, pois acredita, de acordo com o *site* do grupo, que todas as religiões são luzes de salvação que emanam de um único Deus.

O bairro ganhou, no dia 15 de dezembro de 2006, o *Memorial da Gentilândia*, cuja proposta é descrever, por meio de fotografias e depoimentos, diversos elementos da história desse lugar, como a origem do nome, a educação, os prédios, as personalidades do bairro entre outros.

A criação de um memorial constitui a ponte entre o passado e o presente, por isso, ainda vivo na memória individual e coletiva daqueles que foram os responsáveis pela formação da identidade cultural da Gentilândia. Para aqueles que idealizaram este projeto, no caso os componentes da confraria da Gentilândia, haverá sempre a possibilidade de visitas ao passado de forma permanente, pois o memorial localiza-se no mesmo ponto das suas reuniões semanais [...] (Trecho da mensagem de boas vindas colocada ao lado da entrada do Memorial).

O Memorial, com o apoio de Elmo Vasconcelos Júnior, professor doutor da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e pesquisador, foi organizado por um grupo de antigos moradores que se reúnem semanalmente para beber, comer e conversar no Bar do Marcão sobre diversos assuntos, especialmente sobre o bairro. Esses senhores chamam seu grupo de “Confraria da Gentilândia”. A mensagem de boas-vidas que está no Memorial, instalado nas dependências do bar do Marcão, reconhece o lugar como um elemento de ligação entre o momento atual do bairro e seu passado, este visto não como algo distante, mas como momentos que se fazem presentes e “vivos” por meio da memória do bairro e de seus moradores.

Outra forma de comércio muito comum no bairro e que persiste há décadas são os bares. Mais que um estabelecimento no qual se podem comprar e consumir bebidas alcoólicas, esses lugares dão a oportunidade de se encontrar com amigos, conversar, jogar, ouvir música, cantar... Os bares, que abrigaram inúmeras noites de boemia na antiga Gentilândia, continuam a ser frequentados por muitos dos visitantes de antigamente. Além disso, novos clientes frequentam os bares, especialmente torcedores de futebol e estudantes. "Bar do Beto", "Bar do Chaguinha" e "Bar do Assis" são algumas das "bodegas" que há décadas fazem parte do bairro e contribuíram para a construção do seu cotidiano e de sua memória.

O bairro possui uma quadra poliesportiva: o Ginásio Municipal Aécio de Borba. Fundado em 1979, recebe diversas competições esportivas, bem como outros tipos de eventos, como shows municipais e a “apuração” dos desfiles das escolas de samba de Fortaleza.



Figura 07: Entrada do Estádio Municipal Presidente Vargas (PV), situada à Rua Marechal Deodoro.

Próximo ao ginásio, encontra-se o Estádio Municipal Presidente Vargas – PV (Figura 07) que desde 1941 abriga boa parte dos jogos do Campeonato Cearense de Futebol, bem como partidas de competições de nível nacional disputadas por clubes cearenses.

A presença desse estádio faz do futebol um tema muito presente no cotidiano do bairro, seja nas conversas entre amigos nas calçadas e bares, seja na presença maciça de torcedores em dias de jogo. Esses torcedores compõem boa parte da clientela do comércio formal (bares, restaurantes) e informal (vendedores de churrasco no espeto, comerciantes de camisas com a marca de times, cambistas...). Porém, atualmente esse Estádio encontra-se interditado pela Prefeitura para serem realizadas obras em seu interior, pois a sua estrutura está comprometida.

A Gentilândia possuiu um clube de futebol próprio: o Gentilândia Atlético Clube, vencedor do "Torneio Início" de 1959 e do Campeonato Cearense de Futebol de 1956. O bairro também abrigou, até o começo dos anos 1960, a sede do Fortaleza Esporte Clube, na Rua Júlio César.

2.3 As Praças da Gentilândia

As áreas onde hoje estão construídas as Praças da Gentilândia pertenciam à família Gentil, que resolvera proteger aqueles espaços livres e arborizados com a construção de muros que já tinham seus alicerces prontos há vários anos, mas que sofreram embargo pela Secretaria de Obras, devido ao fato de a comunidade local não poder desfrutar desse espaço.

Atendendo a uma exigência urbanística e de saúde, pois aqueles parques eram os respiradouros de uma população já bastante expressiva, a Prefeitura de Fortaleza

entrou em entendimento com a diretoria da Imobiliária José Gentil, procedendo à desapropriação das áreas em 50% do seu valor. Em contrapartida, a Imobiliária José Gentil ficou isenta do imposto de melhoramento da cidade sobre seus terrenos dos parques “Trindade” e “Pici” pelo período de cinco anos, ou seja, a Prefeitura de Fortaleza perdoou parte da dívida da Imobiliária José Gentil para que esta desapropriasse os terrenos que dariam origem às duas Praças da Gentilândia, a fim de que a comunidade local pudesse usufruir desses espaços sem maiores problemas.



Figura 08: Praça João Gentil.



Figura 09: Praça João Gentil.

A Praça João Gentil (figuras 08 e 09) era uma extensão de areia onde os meninos jogavam bola, que tinha uma caixa d'água particular, atendida por um poço em seu centro. Hoje, a caixa d'água está desativada, mas na década de 1950 ela abastecia o bairro, um privilégio para a população da Gentilândia, visto que o fornecimento d'água em Fortaleza era irregular. A Praça João Gentil fica entre a Avenida 13 de Maio, a Rua Waldery Uchoa, a Rua João Gentil e a Rua Paulino Nogueira.

O outro largo preservado, a Praça da Gentilândia, (figuras 10 e 11) é onde se realizam as feiras livres semanais. Por não querer ceder esse espaço para fins públicos, a família Gentil havia iniciado a construção de um comprido muro para cercá-lo, mas a população, sob determinadas lideranças, resistiu ao que considerava uma usurpação. Havia moradores que se reuniam de madrugada para demolir o muro que tinha sido erguido durante o dia. Esse fato ocorreu antes de a Prefeitura de Fortaleza realizar o acordo de desapropriação desse espaço com a Imobiliária José Gentil.



Figura 10: Praça da Gentilândia.



Figura 11: Praça da Gentilândia

A feira livre, empreendimento coletivo promovido pela Prefeitura, existe há mais de 50 anos e é de grande significação para os habitantes das proximidades.

A área da Praça da Gentilândia foi utilizada primeiramente sem qualquer revestimento e depois foi calçamentada. É situada com o posto de gasolina à sua frente (o posto fica de frente para a Avenida 13 de Maio), entre a Rua Santo Antônio, a Rua Marechal Deodoro e é paralela à Rua Paulino Nogueira.

Os feirantes começavam a chegar à noite de sexta-feira e se retiravam no domingo ao meio-dia. Essa feira era considerada uma das maiores à época em Fortaleza. Vendiam-se frutas, cereais, verduras, comidas típicas, carnes, cerâmicas, panelas, potes, jarros para plantas etc. Era grande o movimento e ocorria quinzenalmente.

“Hoje, a feira ainda existe, mas não se compara ao que era antes, com o passar dos anos ela foi diminuindo”, afirma um dos moradores do local.

No dia 08 de maio de 2004, a Prefeitura concluiu a reforma da Praça da Gentilândia com uma parte resguardada por grades de ferro, espaço reservado para a venda de artesanatos administrados pelo CEARG, que passou a abrigar as barraquinhas de comidas típicas que antes ficavam na Praça João Gentil. Porém, após a reinauguração da Praça da Gentilândia, a Praça João Gentil entrou em reforma e só foi liberada novamente para a população nos últimos dias de dezembro de 2004. Enquanto isso, as barracas foram transferidas para a Praça da Gentilândia, permanecendo lá até hoje.

A constituição desses espaços solidários, no bairro Gentilândia, também está presente, em boa parte, nos moradores que se reconhecem e sabem um pouco da vida dos outros. Nos finais de semana, à tarde, observam-se as cadeiras nas calçadas e famílias reunidas para colocar a conversa em dia, além do movimento que aglutina pessoas de faixas etárias diferentes nas Praças João Gentil e Gentilândia. Há o movimento das crianças que passeiam com suas mães e babás, dos adolescentes e adultos que jogam bola na quadra e fazem caminhadas, atividades físicas ou que vão a busca do simples lazer, para conversar ou namorar, e o movimento da feira de comidas típicas, organizada pelos moradores do bairro.

Todos os dias a Pracinha da Genilândia abriga, a partir do fim da tarde, barracas de alimentação que atraem não apenas os moradores do bairro, mas também estudantes e pessoas de outros lugares da cidade, que estacionam seus carros nas bordas da praça e deixam-nos aos cuidados dos “flanelinhas”. Além disso, pequenos estandes de artesanato são montados três dias por semana em um espaço reservado para eles.

Às sextas-feiras, a Praça da Gentilândia tornava-se um ponto de encontro para jovens homossexuais que ali se reuniam, conversavam e namoravam, tornando-a um ponto de lazer para eles, já que não possuíam muitos outros.

Aos sábados e domingos, nessa praça, acontece durante o dia a tradicional Feira da Gentilândia, uma feira livre que há décadas ajuda a abastecer as casas do bairro e das regiões próximas. Ao longo do tempo, perdeu muitas de suas características, segundo os moradores: passou a ocupar cada vez menos espaço na praça; a variedade de produtos diminuiu consideravelmente; a feira não é mais imprescindível para o abastecimento dos lares do bairro da mesma forma que antes; o tempo de duração é mais curto, entre outras mudanças. A instalação de dois supermercados – Pão de Açúcar e São Luiz – de um *Shopping Center* e de outros estabelecimentos comerciais a poucos metros do bairro possivelmente contribuíram para essas mudanças na feira. Apesar dessas adversidades, a Feira da Gentilândia continua "viva" e fazendo parte do cotidiano do bairro.

A Praça João Gentil possui uma quadra para a prática de esportes, um pequeno parque com gangorras e balanços para as crianças, mesas e cadeiras de cimento para a prática de jogos de tabuleiro, além de espaços no meio da praça para a vegetação gramínea. Ela abriga os blocos de carnaval em fevereiro e alguns shows esporádicos. Nessa praça também acontece todas as manhãs e tardes uma atividade promovida pela prefeitura, que consiste na prática de exercícios físicos pelos moradores sob a instrução de um professor.

Mesmo com as mudanças ocorridas no bairro da Gentilândia e a sua inserção na contemporaneidade, como por exemplo, a construção do *Shopping Benfica* nas adjacências, o bairro respondeu de uma maneira peculiar, mantendo as barracas de comidas típicas e a feira livre aos fins de semana, anexando valores e resistindo a outros. A Gentilândia ainda apresenta características de um lugar que respeita a sua arquitetura tradicional, apesar de alguns domicílios terem mudado as suas fachadas originais.

3 AS PRAÇAS DA GENTILÂNDIA COMO ESPAÇO DE HARMONIA E CONFLITO

3.1 O Conflito e os Atores Envolvidos

As Praças da Gentilândia, como foi definido, são espaços públicos onde vários atores sociais reúnem-se diariamente para se divertir, conversar, saborear as comidas

típicas nas barraquinhas, namorar, caminhar, etc. Pelo fato de as Praças representarem um espaço de lazer e de receber uma heterogeneidade de frequentadores, podemos afirmar que elas são espaços de sociabilidade com momentos de harmonia e de conflito. As Praças, além de gerarem interação entre moradores e frequentadores, ocasionam também conflitos sociais entre os mesmos.

Buscarei relatar o conflito, atendo-me às versões dos personagens envolvidos sobre os fatos, e procurarei, ao máximo, ser fiel à experiência que tive ao fazer a pesquisa de campo mediante observações nas Praças da Gentilândia e das entrevistas aos moradores e aos jovens homossexuais.

De acordo com o que mencionei anteriormente na Introdução deste trabalho, o conflito nas Praças da Gentilândia possuiu dois momentos. Inicialmente, relatarei neste capítulo os conflitos existentes entre moradores, homossexuais e demais frequentadores, que ocorreram no período de dezembro de 2004 a julho de 2006, na Praça da Gentilândia. Esses conflitos viraram notícia nos principais jornais do Ceará, ‘O Povo’ e ‘Diário do Nordeste’, e na televisão, despertando vários olhares da comunidade local, sempre cercados de muita polêmica. Em seguida, relatarei o segundo momento, que se deu no período de Abril de 2007 e se estendeu até Outubro de 2008, na “outra Praça da Gentilândia” chamada também de Praça João Gentil.

A Praça da Gentilândia é um local, um contexto social, frequentado por diferentes pessoas. Segundo George Marcus, “a identidade de alguém no local onde mora, entre vizinhos e amigos, parentes ou pessoas estranhas é apenas um dos contextos sociais, e talvez nem seja mais importante na formação de uma identidade”. (1991, p. 204).

A Praça, por estar inserida no bairro da Gentilândia, um espaço tido como tradicional pelos moradores, é considerada como um espaço que, aos poucos, está cedendo às tendências modernas e transformando-se numa comunidade local e móvel. Nela, reuniam-se os jovens homossexuais às sextas-feiras, à noite, mas não só eles, como também outros grupos que veremos mais adiante. Esse fato, para os moradores, estaria modificando a identidade, tanto do bairro como a deles.

Para os moradores, a presença dos diferentes grupos de jovens, em especial o dos jovens homossexuais, abalaria a identidade do bairro e a deles, seja pelo fato de considerarem o bairro tradicional e familiar, seja por terem preconceitos e não aceitarem a orientação sexual dos jovens e a sua inserção nesse local. Mesmo que esses encontros fossem uma vez por semana, para os moradores, seriam suficientes para mudar a rotina e para incomodá-los.

Antes de relatar o conflito, achei por bem traçar um perfil dos personagens¹² envolvidos, para melhor tecer relações entre eles e o entendimento acerca do que ocorreu na Praça da Gentilândia.

Os moradores são, na sua maioria, pessoas idosas que moram há mais de cinquenta anos no bairro da Gentilândia. Não aceitavam a discussão sobre o assunto e sentiam-se constrangidos com a presença dos jovens homossexuais na Praça. De acordo com o que será abordado no próximo capítulo, poderemos compreender por que eles consideravam as práticas homossexuais como algo “anormal e que fere a moral, os bons costumes e a Lei de Deus”, ou seja, essas práticas são vistas como uma pouca vergonha e algo não natural. Como explica-nos Daniel Lins, sobre como a discriminação contra os homossexuais sustenta-se na ameaça do sexo não procriador: “A discriminação contra o homossexual é algo novo. Ela emerge com a nomeação da figura do invertido do sexo não procriador, visto como uma ameaça à conjugalidade, à ética sexual da ordem de parentesco” (1999, p.156).

Os jovens homossexuais eram moças e rapazes, na faixa etária compreendida entre 15 e 25 anos, alguns moravam no Benfica ou na Gentilândia, e outros eram oriundos de vários bairros e da Região Metropolitana de Fortaleza. Geralmente, esses jovens eram estudantes secundaristas ou universitários que estudavam nos estabelecimentos de ensino próximos à Praça. Na maioria das vezes, as próprias famílias desconheciam sua orientação sexual. O dia escolhido por eles para frequentar a Praça da Gentilândia era a sexta-feira à noite, pois alguns estavam saindo da aula ou do trabalho e iam até a Praça para encontrar os amigos, para namorar e se divertir.

¹² O perfil dos personagens envolvidos no conflito da Praça da Gentilândia foi traçado com base na pesquisa de campo, nas visitas aos domicílios no entorno da Praça e nas entrevistas realizadas a esses atores.

Os demais frequentadores eram pessoas que moravam no bairro Gentilândia ou no Benfica, ou seja, nos arredores da Praça, ou ainda em bairros adjacentes. Eram pessoas de variadas idades, entre crianças, adolescentes, jovens e adultos, que iam até a Praça em busca de lazer, fazer uma caminhada, saborear as comidas típicas das barraquinhas, conversar, namorar, etc.

Observei que a maioria dos frequentadores eram jovens que pertenciam a vários grupos e tendências, como por exemplo: os roqueiros, os adeptos do extinto movimento *hippie*, os regueiros, os forrozeiros, os *skinheads*, os anarquistas, os metaleiros, etc. A opinião dos demais frequentadores a respeito da homossexualidade dos jovens divergia, uns eram contra, outros a favor. No decorrer deste estudo, discorrerei sobre essa questão.

O conflito que se deu entre homossexuais, moradores e frequentadores ocorreu na Praça da Gentilândia e teve o seu primeiro momento entre dezembro de 2004 e julho de 2006 e iniciou-se da seguinte maneira¹³: devido a mais uma obra da Prefeitura de Fortaleza (Gestão Juraci Magalhães), a Praça João Gentil ficou interditada de julho a dezembro de 2004 para reforma. Os seus frequentadores, bem como as barraquinhas de comidas típicas, tiveram que se mudar para a Praça da Gentilândia, que à época já tinha sido “reformada”. Nesse contexto, a Praça da Gentilândia surgiu como um novo ‘point’, mas não considerado ainda um “point” LGBT, mesmo existindo casais gays que lá namoravam. Mas um ‘point’ onde várias tribos e tendências se encontravam, assim como pessoas de variadas idades.



JOVENS GAYS se reúnem, nas noites de sexta-feira, na Praça da Gentilândia

¹³Segundo relatos contidos nas entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo e na pesquisa via internet no site do orkut, onde tem a comunidade da Pracinha da Gentilândia: www.orkut.com.br.

Figura 12: Frequentadores Homossexuais da Praça da Gentilândia. Fonte: Jornal Diário do Nordeste, 30/09/05.

Essa diversidade de tribos e tendências às vezes pode passar por conflitos de identidade ou ideologias, ocasionando relações violentas e total expressão do preconceito social. Essa praça é um contexto social frequentado por diferentes pessoas. A esse respeito, Henri Lefebvre fala da problemática urbana: “O meio urbano reúne tudo, inclusive os determinismos, as matérias e conteúdos heterogêneos, a ordem e a desordem anteriores. Aí compreendidos os conflitos, as comunicações pré-existentes” (1999, p. 159).

Enquanto a Praça João Gentil estava em reforma, a Praça da Gentilândia começou a emergir espontaneamente como um “*point LGBT*” promovidos por meio de contatos feitos na internet¹⁴. A cada sexta-feira, o número de frequentadores homossexuais aumentava. Esses jovens, em sua maioria menores de idade, não podiam frequentar bares e boates, e viram na Praça um local onde poderiam encontrar-se e expressar a sua orientação sexual com mais liberdade. Foi um acontecimento que proporcionou o aumento do número de pessoas a cada Sexta-feira. O público gay que já existia na Praça foi crescendo a cada semana, tanto que a Praça já foi conhecida por “*Gaylândia*” ou por “*Praça das Bibas*”, segundo alguns moradores e frequentadores. Existem muitas versões para a emergência desse movimento na Praça. Durante as entrevistas, perguntei a alguns jovens como se iniciou a movimentação na Praça, e alguns responderam:

Bom, tem um amigo meu que diz que começou quando ele e um grupo de amigos dele se reuniram aqui, nessa praça (João Gentil) aqui, sem ser a outra. Eu sei que eles eram todos gays e tal, iam se beijando e tal, chamando um amigo ou outro e tal, foram pra outra praça e começou a juntar mais gente, cada vez mais chamando amigos e tal. (Jovem homossexual, Secundarista, 18 anos, frequentador da Praça da Gentilândia).

Bom, eu não frequentava esses lugares, nenhum lugar gay, nenhum mesmo. Eu tinha um amigo meu que era gay, eu nunca tinha conversado sobre isso com ele, mas eu sabia que ele era. Eu tava a fim de começar a frequentar mesmo, de andar nesses lugares assim. Eu liguei pra ele, conversei e tal, ele falou, me chamou pra vir pra Pracinha da Gentilândia. Detalhe, eu morava próximo e não sabia que tinha, ele me informou e eu vim, comecei a frequentar. (Jovem homossexual, 20 anos, Universitário, frequentador da Praça da Gentilândia).

¹⁴ www.zonamix.com.br; www.lebafon.com.br; www.orkut.com .

Bom, eu conversei com uma menina uma vez, eu não sabia como tinha começado, apesar de ter entrado bem no comecinho, mas ela me disse que eles se falavam pelo mic. Mic é um canal de bate-papo, eu acho, vocês conhecem? Pela internet, então é um canal gay, as pessoas daqui de Fortaleza. Eles se falavam, conversavam e marcavam encontros. Pelo que ela me disse, eles marcavam encontros: era um dia num shopping que eu não me lembro qual era, e na sexta-feira na Gentilândia. Desculpa, era um dia no shopping Aldeota, eu acho, e na sexta-feira no shopping Benfica, esse do shopping Aldeota não deu certo, o pessoal não foi mais, o do Benfica o pessoal ia sempre, do Benfica o pessoal ia pra Gentilândia toda sexta-feira, aí começou. (Jovem homossexual, Universitária, 20 anos, frequentadora da Praça da Gentilândia).

A frequência de jovens homossexuais, às sextas-feiras, na Pracinha da Gentilândia, não era vista com “bons olhos” por alguns, por isso a Praça foi palco de vários conflitos sociais.

3.2 O conflito na Praça da Gentilândia

Desde que a Praça da Gentilândia tornou-se um “*point LGBT*”, alguns moradores e frequentadores sentiram-se incomodados pelo fato de os jovens gays trocarem beijos, abraços e carícias na Praça, na frente das suas casas. Eles consideravam as práticas homossexuais algo “anormal”. Os moradores afirmaram não deixar mais as suas crianças saírem na rua para que não vissem os jovens namorar na Praça.

Os moradores alegavam que os jovens eram menores de idade, faziam uso de drogas e bebidas alcoólicas, além de atos obscenos. Há relatos de que eles praticavam sexo na Praça e agarravam-se sem o “menor pudor”. Segundo alguns moradores, muitos já se mudaram do bairro devido a isso:

Foram duas pessoas que se mudaram daqui da Rua por conta disso, porque aqui é o seguinte: de segunda a quinta, aí pula para o sábado e domingo, é isso aqui que você tá vendo, é essa paz, essa tranquilidade, você não vê bagunça, não vê correria, não vê palavrão. Eu, particularmente, não tenho nada contra que elas não gostem de homens, gostem de mulheres, tudo bem, o que eu tenho contra é o seguinte: é a falta de respeito que elas têm, sentam aqui nesse banco com aqueles gritos bem histéricos, “vem cá minha rapariga! Sua porra”. Isso

quando elas estão bastante altas de drogas, bebidas, sem contar os gestos que elas fazem aqui. As crianças não podem brincar no espaço livre da praça,..., isso aqui não é local para elas, em frente às casas, é som alto, é palavrão, drogas, bebidas para menores, ficam totalmente embriagadas. Outro dia, uma vomitou na minha porta, foi preciso eu, em plena 9h da noite, pegar um balde de água com sabão para lavar, sem contar o mau cheiro, elas se acham donas do pedaço, a praça é delas. Eu já tive de dizer para algumas: “a praça pode até ser de vocês, mas a minha calçada não, a minha casa não”!(Depoimento de uma moradora, 46 anos, residente no bairro da Gentilândia há 15 anos).

Pra eles chegarem aqui e botarem a mão na mão, sentar dá um beijinho, braço no braço, sair abraçado, um cheiro, um abraço, pra eles não é o suficiente, eles precisam chocar, aí no momento que choca alguém, que alguém se sente ofendido, invadido, aquela coisa de você ter um filho, tem pessoas aqui que foram embora porque tinham filhos pequenos e ficava assim aquela coisa, mamãe, papai porque aquele homem ta pegando a mão daquele homem ali? Aí o pai ficava, porque na verdade ninguém quer que exista esse problema na família. Por isso muita gente foi embora, porque achavam um absurdo os filhos já 9/8 anos lhe perguntando isso, eles ficavam muito chateados com isso. (Depoimento de uma moradora, 50 anos residente no bairro da Gentilândia há 20 anos).

Eles organizaram um abaixo-assinado para a retirada dos jovens da Praça e encaminharam-no à Prefeitura de Fortaleza, na Secretaria Executiva Regional IV, (SER IV)¹⁵ e ao Coronel Deladier¹⁶. Isso não adiantou, pois os jovens lutaram para continuar na Praça, realizando uma pequena passeata nas ruas do bairro Gentilândia na noite do dia 03 de junho de 2005, quando se reuniram cerca de cinquenta jovens que, portando faixas e cartazes com o desenho do arco-íris, símbolo da luta do movimento homossexual, saíram pelas ruas gritando a seguinte palavra de ordem: “*Mais amor e mais tesão, porrada não*”, e que eram cidadãos e tinham todo o direito de permanecerem na Praça, pois a Praça era pública. A manifestação chamou bastante a atenção de todos que ali moravam e de quem estava só de passagem.

Em uma entrevista, Mitchelle Meira, assessora da Coordenadoria de Diversidade Sexual da Prefeitura de Fortaleza, afirmou que a prefeitura tomara conhecimento do que estava acontecendo na Praça por meio do abaixo-assinado encaminhado pelos moradores e por uma ação policial, pedindo que os jovens desocupassem a Praça:

Em 2005, quando a gente começou a trabalhar na gestão da Luizianne, eu fui indicada para ser assessora de diversidade sexual da prefeitura, que era uma demanda do segmento LGBTT. A gente ficou sabendo dos conflitos na Praça da

¹⁵São atribuições das Regionais: a execução das políticas públicas definidas pelo Poder Executivo Municipal e a prestação de serviços, proporcionando o atendimento às necessidades e demandas das comunidades, considerados em sua dinâmica de uso do espaço urbano e peculiaridade sociais, visando à melhoria da qualidade de vida da população.

¹⁶Ex - Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Ceará, que se afastou do cargo para concorrer às eleições de 2006, para Deputado Federal, e em 2008 para vereador de Fortaleza.

Gentilândia. Quando eu soube que o primeiro conflito foi uma ação policial e uma denúncia da associação dos moradores que foram até a regional IV, que encaminharam um ofício com um abaixo assinado. Sabendo disso, nós fomos lá ver qual era o conflito. Tinha desde o adolescente bebendo e encaminhamos pessoas para trabalhar esta questão, no caso a FUNCI, tinha o som alto de carro que tem em toda praça independente da orientação sexual, e encaminhamos a SEMAM, para controlar o som. E tinha outras pessoas na praça, que iam para feira de comidas típicas, não só homossexuais. A gente conversou com a associação de moradores e dissemos que não podíamos fazer muita coisa, pois a praça é pública, são espaços onde todos podem frequentar independente da orientação sexual. O que cabia a gente era a prevenção de possíveis delitos e crimes naquele espaço, no caso a expressão da afetividade não era crime e sim uma decisão de cada um. Não podemos reprimir, é um direito de liberdade de cada um, assegurado pela Constituição Federal e pelo Código Civil e outras instâncias e na nossa Lei Municipal, Lei Orgânica do Município e na Constituição Estadual, garantem que as pessoas têm direito à liberdade de expressão e de afetividade. Desde que não seja uma liberdade pornográfica, não seja uma coisa que possa vir a ferir os direitos que as pessoas de não poderem está assistindo atos de pornografia.

Os moradores reclamavam que os jovens tomavam o espaço deles, pois dia de sexta-feira à noite, segundo eles, as calçadas ficavam praticamente tomadas pelos jovens, que eles não podiam sequer receber uma visita e que não podiam ficar sentados nesse dia em suas próprias calçadas.

Olha, fizemos um abaixo-assinado de 370 pessoas, levamos diretamente ao Coronel Deladier, entregamos em mãos, eu fui, meu marido levou a gente, nós fomos entregar, ele ficou de dar uma solução, até hoje. Saiu e não resolveu nada, e deixamos um também para o juizado de menores. (Depoimento de uma moradora, 50 anos residente no bairro da Gentilândia há 20 anos).

Segundo relatos dos moradores, eles se sentiam mais incomodados com a presença dos jovens na Praça, pelo fato de não aceitarem a sua orientação sexual, de acharem “horríveis” as cenas que eles viam na Praça, do que com o barulho que, segundo alguns moradores, os jovens faziam.

A questão da luta de espaços também é evidente, pois os moradores ficaram bastante indignados com o fato de a Prefeitura e a Polícia não poderem retirar os jovens da Praça, pois a Praça era pública. E os jovens fizeram várias manifestações para serem aceitos, por acreditarem que também eram cidadãos e que tinham o direito de ir e vir, que a Praça era pública e não propriedade dos moradores.

É uma pegação que dá nojo! Eles não são aceitos pela família, mas querem que nós aceitemos,..., sabe certas carícias tem que ser trocadas num lugar reservado, na intimidade, ninguém precisa tá vendo. (Moradora do bairro Gentilândia há dois anos, 47 anos).

Elas gritam: ai que a prefeita é que deu a Praça para nós. Que a Praça é delas, é desse jeito, e a gente não sabe mais o que fazer, muita gente já se mudou daqui por causa disso, gente com casa própria, essa senhora que passou tem casa própria aqui, alugou a casa e foi morar ali perto do Benfica (Shopping).(Moradora do bairro Gentilândia há 10 anos, 46 anos)

Apesar de a praça ser pública, os moradores acreditavam que os jovens deviam esconder-se, ser mais “discretos” na vivência da sua orientação sexual e não se mostrarem à sociedade. Em contrapartida, os jovens lutavam por visibilidade e direitos, dizendo que existiam e que a sociedade devia aceitá-los. Nessa situação, percebe-se o “privado” querendo sobressair-se para torna-se “público”. Nas palavras de Suely Kofes:

Supondo que o que está sendo transmitido é a idéia de um agrupamento contendo elementos distintos, localizações, para se referir ao público e ao privado. Em Sennet, como em Arendt de formas diferentes pressupõe-se a distinção entre público e privado. No primeiro, lamenta-se a imposição da intimidade, que seria característica do privado, sobre o público onde deveria valer a impessoalidade. Em Arendt, afirma-se a necessidade de manter a distinção e não a identificação, entre o que ela designa como esfera do público e do privado. Mas há uma inversão de argumento de Sennet. O temor de Arendt é que em se dando esta identificação o coletivo – o público, o comum – tenderia a anular a intimidade - privado anulando o público, ou temendo-se o totalitarismo – público anulando o privado – ambos os autores apontam para o risco da indistinção entre as duas esferas. (1994, p.132)

Essas relações de oposição, no que concerne à relação do público com o privado, podem ocasionar conflitos sociais, discriminações e violência dentro de um dado espaço. O caso específico da Praça, onde um fato privado, a homossexualidade dos jovens, foi aos poucos tomando dimensões públicas, o que não era aceito por alguns moradores e demais frequentadores da Praça, por acreditarem que os homossexuais deveriam ser “discretos”.

Os moradores sentiam-se perturbados não só pelo fato de os jovens serem homossexuais, mas também por eles beberem, fazerem barulho nas suas calçadas, gritando, brigando e brincando. Às vezes, segundo os moradores, eles urinavam nas calçadas, ficavam se ‘pegando’ e, quando estavam embriagados, em muitos casos, chegavam até a vomitar. Os moradores acreditavam que eles queriam chamar a atenção, ou seja, sentiam a necessidade de se mostrarem, que queriam de fato chocá-los com a sua orientação sexual. Os moradores alegavam que se sentiam coagidos pelos jovens e que eram obrigados a aceitarem o fato de eles se agarrarem na Praça.

Elas urinavam, provocavam nas calçadas, defecavam no murinho que você vê. Aqui tem muito muro baixo, e as pessoas ficam assim muito invadidas, agora

aqui nunca aconteceu não, é mais ali, muita gente já sofreu com isso, com a falta de respeito. (Moradora do bairro há dois anos, 46 anos).

Do outro lado do conflito, os jovens alegavam que não estavam tomando espaço de ninguém, nem tampouco desrespeitando os direitos dos moradores, negando todos os argumentos deles acerca de “mau comportamento” na Praça. Acreditavam sim, que eles é que estavam sendo desrespeitados em seu direito de frequentar a Praça, pois souberam do abaixo-assinado promovido pelos moradores para retirá-los da Praça, e que faltava aos moradores mais tolerância na aceitação da sua orientação sexual. Porém, afirmaram que, muitas vezes, alguns jovens “exageravam nas carícias” e que essas carícias entre iguais chocavam alguns moradores, por não estarem acostumados a vê-las, fato que se deve à ocultação e à não discussão, em sociedade, das práticas homossexuais.

Eles acham que prejudica na imagem do bairro, alguns já são idosos, chamam a polícia, para eles existem um exagero da pessoa que fica se beijando muito, o modo de se vestir. Mas não concordo, estamos apenas se divertindo no começo de um final de semana. (Frequentador homossexual da Praça da Gentilândia, Universitário, 21 anos).

Eu sinceramente frequento a Praça da Gentilândia há muito tempo e não acho que os jovens praticam excessos que nem alegam os moradores, agora compreendo que eles não estão acostumados a verem troca de carícias entre iguais... O que presencio muito é os jovens se divertindo, namorando, bebendo, alguns bebem bebidas alcoólicas, mas nada que vá prejudicar a ordem pública, pois, quando dá 10 h da noite, eles vão embora para casa, pois tem muitos menores de idade. Agora que a aglomeração de pessoas, nem sempre passa despercebida, dá para ouvir as brincadeiras, as conversas, e isso também pode incomodar os moradores, mas isso faz parte da dinâmica de uma Praça. Agora acredito que falta tolerância por parte dos moradores, pois sempre existiu homossexuais no mundo desde que ele é mundo, o problema é que, por temerem o preconceito, eles se escondiam da sociedade. E hoje em dia eles estão tendo mais visibilidade, se mostrando mais, enfim, não é algo de outro mundo e está na hora dos moradores despertarem para este fato, e respeitarem esses jovens, não sendo preconceituosos com eles só porque são homossexuais, além disso, eles só vêm para cá às sextas à noite. (Frequentador da Praça, 22 anos, universitário, mora no bairro Benfica há 10 anos)

Bom, a convivência não é muito boa porque moram muitas senhoras lá em frente à praça e colocam as cadeiras. Eu percebo que elas ficam horrorizadas, sei lá a pessoa é mais velha não tá acostumada com isso. Acho que antigamente não era tão difundindo assim, as pessoas não ficavam na frente, sei lá hoje o homossexualismo é mais aberto e antes era mais escondido, e essas pessoas são idosas, não estão acostumadas a ver entendeu? Rola o *stress* e também na parte alguns casais exageram nas carícias. Eu já ouvi falar até que fizeram sexo lá, mas não sei se é verdade não. Mas às vezes eu vejo que eles exageram e tudo, é mão demais, é mão por dentro da roupa e as senhoras ficam realmente horrorizadas. (Frequentador homossexual da Praça da Gentilândia, Universitário, 20 anos).

Quando perguntei a alguns moradores sobre o que poderia ser feito para acabar o conflito existente entre eles e os frequentadores homossexuais, a maioria respondeu

que o conflito só acabaria se os jovens deixassem de frequentar a Praça. Não acreditavam que a Prefeitura de Fortaleza pudesse fazer algo para acabar com o conflito. Eles acreditavam que a atual Prefeita de Fortaleza, Luiziane Lins¹⁷, era a favor da “bagunça” que ocorria na Praça.

A Própria Polícia que vinha fazer a segurança disse que não podia fazer nada, porque eles tinham sido apoiados pela Prefeita, para eles virem para cá e que tinha sido ela quem deu o aval para eles virem ocupar o espaço. Eu acho essa situação lamentável, é tanto que a gente liga para a polícia, aí eles dizem logo: “olha, não podemos fazer nada, até porque é tudo de menor. (Moradora do bairro há 10 anos, 46 anos).

Mas tenho certeza que é tudo armação da Prefeita. Ela os apóia. (Moradora do bairro há 30 anos, 67 anos,).

Do outro lado do conflito, quando perguntei aos jovens o que poderia ser feito para amenizá-lo, eles acreditavam que só com muito diálogo entre eles, o Poder Público e os moradores. Os jovens homossexuais acreditavam que não faziam mal a ninguém, que vinha para a Praça simplesmente em busca de distração e lazer:

Que a sociedade é conservadora e repressiva, por causa da educação do passado é uma situação complicada. (Frequentador homossexual da Praça da Gentilândia, Secundarista, 21 anos).

Eu acho que incomoda um pouco, lógico eles têm o direito de reclamar e tal, no começo eu acho que incomodava bastante, mas depois que eles chamaram a polícia, reclamaram e tal, eu acho que diminuiu bastante o motivo pra reclamar, eu vi que pararam com o carro de som, pararam de ficar em frente às casas, encostados nos muros das casas, ficaram mais na praça mesmo, assim, e depois que não é até tão tarde, eu acho que não tem muito do que reclamar, que não é tão tarde assim, não acaba meia noite, acaba antes, não é a noite toda. (Frequentadora homossexual da Praça da Gentilândia, Universitária, 19 anos).

Acho que pelo fato da homossexualidade ser sempre um tabu na sociedade, isso acontece, acho que só com muita paciência e diálogo de ambas as partes é que esse conflito será extinto. Enfim, falta campanhas de conscientização do Poder Público, e os moradores têm que procurarem ser mais tolerantes, devemos chegar a um acordo sem ter perdas para nenhuma das partes. (Frequentadora homossexual da Praça da Gentilândia, 24 anos, Universitária).

De um lado, os homossexuais lutavam por seus direitos e para exercer a sua cidadania e contra o preconceito dos moradores, do outro lado, estavam os moradores insatisfeitos por não aceitarem a orientação sexual dos jovens e por sentirem-se incomodados por eles. Muitas vezes os moradores expressavam a sua indignação através do preconceito, e os jovens rebatiam este preconceito através da permanência na Praça,

¹⁷ Ganhou as eleições na disputa com o ex-prefeito Juraci Magalhães, pelo Partido dos Trabalhadores PT, para o período de 2005-2008 e foi reeleita para o mandato 2009-2012.

da resistência e da luta política, mesmo que de forma inconsciente, como veremos a seguir.

A Praça da Gentilândia já fora cenário de várias cenas de violência antes de sair essa notícia no jornal, no entanto esta foi a primeira a ser registrada¹⁸ (figura 07), quando grupos de jovens entraram em confronto: o grupo dos homossexuais e os grupos dos *skinheads*¹⁹, *pitboys*²⁰ e bombados²¹. O “*point*” virou uma Praça de guerra, os jovens agressores sentiram-se ameaçados com a presença dos homossexuais, e iniciou-se uma luta por espaço na Praça. O grupo dos *pitboys* decretou um toque de recolher aos jovens homossexuais, e quem não obedeceu foi agredido a socos e pontapés, teve suas roupas rasgadas e seus objetos roubados.

Os *pitboys* agrediam os Gays por temerem perder o seu espaço na Praça, devido à presença dos homossexuais, que, a cada noite de Sexta-feira, intensificava-se. Sentiram-se ameaçados e resolveram agir com o uso da violência física e moral, a fim de garantir o domínio do território.

Diante dessa situação, os jovens homossexuais ligaram para a polícia via CIOPS²², no entanto, quando esta chegou, o confronto já tinha chegado ao fim, e não existiu flagrante. Então os jovens homossexuais resolveram tornar pública a violência sofrida: denunciaram o fato à imprensa, à polícia, à Prefeitura e ao GRAB, cujo presidente da instituição, naquele período, Orlaneudo Lima, compareceu à Praça para verificar o ocorrido, juntamente com agentes da Guarda Municipal, e exigiu da Prefeitura de Fortaleza uma solução rápida e eficiente para o caso.

O Jornal “O Povo” só noticiou o fato após um mês, (Figura 13) nos dias 20 e 21/05/05, ouvindo várias versões dos moradores e dos jovens gays agredidos. O fato só

¹⁸Porém o fato ocorreu originalmente no dia 15/04/05, mas a notícia saiu um mês depois, devido ao fato de os problemas terem persistido.

¹⁹Também conhecidos como carecas. São jovens simpatizantes do neonazismo, que demonstram intolerância com minorias, pregando o combate a negros, judeus, homossexuais e, no Sul aos nordestinos. (O Povo, 20/05/05, Fortaleza – Ceará).

²⁰O termo faz alusão à raça de cão *pitbull*, cuja característica principal é a ferocidade. O “*pit*” juntou-se ao “*boy*”, termo aplicado normalmente aos “meninos” de classe média /alta, que frequentam lugares caros e da moda. Os *Pitboys* são jovens de classes privilegiadas, mas que adotam uma postura hostil quando seus caprichos são contrariados por qualquer pessoa. Fonte: Jornal “O Povo, 20/05/05, Fortaleza – Ceará”.

²¹Praticantes de musculação que utilizam produtos químicos (anabolizantes) para ganhar massa muscular. (O Povo, 20/05/05, Fortaleza – Ceará).

²²Centro Integrado de Operações de Segurança da Polícia Militar.

tornou-se público após a notícia do jornal, mas foi abafado tanto pelos moradores, que temiam pela imagem do bairro, como por alguns jovens que tinham medo de ser ‘descobertos’ pela família.

Homossexuais espancados e perseguidos na Gentilândia

DENÚNCIA] Uma área do Benfica virou zona de conflito. Adolescentes homossexuais da praça da Gentilândia denunciam que rapazes conhecidos como “pitboys” impuseram toque de recolher às sextas-feiras. Como não foram atendidos um deles foi espancado e outros agredidos. Os moradores reclamam do novo point, alegando desrespeito

Vanessa Alcântara
de Recife, PE

COBERTURA ESPECIAL

Essa é uma história de gente normal. Em busca do que é normal, sendo diferente sob o ponto de vista alheio. Uma senhora no sobrado enxerga a vergonha, um rapaz, gay, vê a liberdade. Outro, “bombado”, talvez visualize uma ameaça. Um trio manifesta o amor como se estivesse entre quatro paredes. Todos estão juntos, na praça da Gentilândia. Um espaço encravado no **Benfica** que virou pelo avesso. Toda sexta-feira, no chão, nos bancos, em pé, nas cadeiras dos barraqueiros, adolescentes homossexuais e punks se encontram. Um “point” que foi cenário para a intolerância. No último dia 15 de abril o local virou uma praça de guerra. Bombados x homossexuais. Saldo: espancamento. A tensão continua até hoje.

“Um fusca vermelho passou com uns caras dentro. Vi que ficaram incomodados e gritaram que era uma vergonha. O motorista tentou abrir a porta, parecia difícil de abrir. O cara que estava do lado dele abriu também. Eu

Por todos os lados”, lembra J.E.O, 17, estudante.

Os “pitboys” decretaram toque de recolher e quem não cumpriu foi encurralado entre pontapés, socos e palavrões. Roubaram e na sexta-feira seguinte, 22 de abril, exibiram os troféus. “Eles vieram com os bonês dos meninos que eles arrancaram naquele dia”, diz a adolescente K.C.R, 16, estudante.

Não houve denúncia. A Polícia até que foi chamada, mas o flagrante “já era”. Essa teria sido a resposta depois da ligação de alguns adolescentes para o Ciops. “Pela minha mãe, minha família, não prestei queixa. Lá ter que fazer um BO (boletim de ocorrência). Eles são muito conservadores e só disse que era gay há três meses”, explica, J.A.A, 18.

Sem ter a quem recorrer, os adolescentes levaram a denúncia até o Grupo Resistência Asa Branca (Grab). O presidente da entidade, Orlaneudo Lima, foi até a praça da Gentilândia. Junto com ele estavam dez agentes da Guarda Municipal de Fortaleza. Ele queria ver de perto as entrelinhas da denúncia e para isso

Toda sexta-feira, adolescentes



FOTOS EDUARDO ALMEIDA

O CIDADÃO



BONS PAGADOR

Lúcia Paes vende sanduíche dentro do carro pertinho da praça da Gentilândia. No dia do confronto ela já estava de saída. “Vi uns atacando os outros. Tentavam tirar os celulares de meninos, dinheiro”, conta a vendedora. Segundo ela, os meninos (adolescentes homossexuais) não importunam ninguém. “A turma aqui não mexe com ninguém. Pelo contrário. Não me roubam e ainda pagam na hora”, diz Lúcia. Ela acrescenta que não viu o vermelho e que, no momento da briga, entrou imediatamente no carro e foi embora.



Figura 13: “Homossexuais perseguidos e espancados na Praça da Gentilândia”. Jornal “O Povo”, 20/05/05.

Obs.: trecho da notícia.

Devido às constantes ameaças, os frequentadores homossexuais resolveram mostrar a cara e fazer a denúncia para poderem permanecer na Praça, mesmo correndo o risco de suas famílias descobrirem a sua orientação sexual, já que não viam outro

lugar para onde pudessem ir, pois eram menores de idade e não podiam frequentar bares ou boates. Quanto aos moradores, eles aproveitaram o momento para também reclamar dos jovens.

Muitos jovens não prestaram queixa à época, por terem que fazer um Boletim de Ocorrências, BO, e com isso identificar-se como homossexuais, revelando para a família a sua orientação sexual. Temiam também o preconceito e a não-aceitação da família, as quais em muitos casos, segundo os jovens, veem a homossexualidade como algo que traz desgosto e é contrário aos princípios da moral e dos bons costumes.

Apesar de os jovens irem à Praça e mostrarem-se sem medo da comunidade local, ao chegarem em casa, não tinham coragem de fazer o mesmo, por medo de não serem aceitos, ou até expulsos de casa. Podemos perceber aqui uma contradição na atitude dos jovens homossexuais²³.

Em uma entrevista dada ao Jornal “O Povo”, o presidente do GRAB afirmou que o que houvera na Praça fora justamente uma tentativa de acabar com a presença dos jovens homossexuais, que a violência cometida contra eles fora um meio de se eliminar a sua identidade e que o Ceará era o sexto estado brasileiro com o maior índice de violência homofóbica, geralmente com crimes muito perversos.

Em uma outra entrevista, concedida a mim no GRAB, Orlaneudo Lima afirmou que o que ocorrera na Praça fora reflexo de um problema grave entre adolescentes Gays: “como são menores, não podem frequentar os guetos²⁴ e acabam sem ter um lugar para se encontrar”. Ele acrescentou “que a cidade é muito conservadora, que a população não permite que eles namorem à vontade, e que os jovens são muito corajosos de se exporem dessa maneira”. O ativista propunha um diálogo entre os jovens e os moradores e esperava o apoio da Prefeitura para isso.

No dia 2 de setembro de 2005, ocorreu uma operação policial na Praça que gerou protestos, pois, segundo os jovens homossexuais, os policiais chegaram batendo neles,

²³ Questão que será aprofundado no capítulo seguinte quando tratarei da questão da afirmação da própria homossexualidade.

²⁴ Guetos: considera-se aqui o gueto como sendo os bares, boates (casas noturnas) e outros lugares frequentados exclusivamente por homossexuais.

desligando o som dos carros e tomando as suas bebidas; chegaram inclusive a prender duas moças.

GENTILÂNDIA

Carro de som gera conflito na praça

A noite foi de ontem foi de muita confusão para os moradores e frequentadores da Praça da Gentilândia. O local - frequentado por homossexuais nas sextas-feiras - foi palco de uma controversa ação policial, que resultou na detenção de duas jovens que se reuniam com amigos durante a noite de ontem.

Segundo os policiais, a presença de uma equipe no local foi requisitada pelos moradores da região, incomodados com o barulho dos carros de som e da movimentação na praça. Os po-

liciais teriam desligado o som dos veículos e guardado a bebida de quem estava na praça, o que gerou protestos.

Alguns dos frequentadores acusam os policiais de terem agido com violência excessiva e de forma preconceituosa. "Eu estava lanchando com meus amigos quando vi um policial arrastando uma menina pelos cabelos", contou a estudante Cícera Fernanda. O tenente Albuquerque, que chefiou a operação, não desacreditou a acusação e disse que a polícia não agiu com violência.

Figura 14: Jornal "O Povo", 03/09/05, Fortaleza, Ceará.

A notícia saiu no Jornal "O Povo", no dia 3 de setembro de 2005 (figura 14), mencionando que os policiais foram chamados pelos moradores para manter a ordem e acabar com o barulho do carro de som. Alguns frequentadores e moradores concordaram que a polícia exagerara na operação (figuras 15 e 16), pois, segundo eles, os policiais fizeram uso excessivo da violência de forma arbitrária e preconceituosa. No entanto, as opiniões divergiam, pois alguns moradores achavam que a operação da polícia estava correta e afirmavam que determinados jovens haviam desacatado as autoridades policiais:

No início eles foram de encontro com a polícia e disseram: 'olha quem paga o teu salário sou eu, você é meu empregado!'. Quando a polícia veio, tinha uma moça gritando muito: "eu vou falar com fulano e beltrano". Disse, crescendo muito, aí o policial passou a mão no pescoço dela e falou assim: 'Tu não quer ser homem, porra! Então aguenta'. E jogou ela no camburão. Isso aí tudo no primeiro confronto. (47 anos, moradora do bairro Gentilândia há 02 anos.).

Foi presa uma garota e ela tava usando droga e a polícia prendeu, aí uma lésbica quebrou uma garrafa e encostou-a no policial, no braço. Aí o policial pediu que fosse alguém daqui para ser testemunha, aí o meu filho foi... (46 anos, moradora do bairro Gentilândia há 10 anos.).

A polícia chegou simplesmente desligando o som do carro, tomou as bebidas do pessoal que nem de menor era, foi uma ação muito violenta, não perguntaram nada, foram logo agredindo. Prendeu duas amigas minhas que reclamaram da arbitrariedade deles, aí começou a manifestação de raiva de todos que foram

contra essa ação da polícia. (Frequentador homossexual da Praça da Gentilândia, Universitário, 23 anos.).

A polícia não tinha nada que chegar agredindo a gente, pois temos o nosso direito de ir e vir, a Praça é pública e não estávamos fazendo nada demais, apenas confraternizando com nossos amigos. Além disso, somos cidadãos e pagamos nossos impostos, ou seja, eles são pagos com o nosso dinheiro, e não deveriam nos tratar com toda essa truculência, não só conosco, mas em outros casos, em que eles chegam, primeiro metem a porrada e depois perguntam o que houve, e outra coisa ainda eram apenas 20 horas, quando o som estava ligado, ninguém fica aqui até de madrugada, pois temos que voltar para as nossas casas, e a maioria que frequenta aqui a praça é menor de idade. (Frequentadora homossexual da Praça da Gentilândia, Universitária, 22 anos).



Figura 15: momento da operação policial na Praça da Gentilândia, no dia 02/09/05.

Fonte: CMI - www.midiaindependente.org.



Figura: 16 - momento em que a polícia prendia frequentador homossexual na Praça da Gentilândia, em 02/09/05. Fonte: idem, figura 15.

Nesse dia eu estive presente na Praça e pude presenciar a ação da polícia. O que vi foram pessoas apreensivas, com medo da operação policial. Os jovens começaram a protestar, dizendo que não estavam fazendo nada demais, que a Praça era pública e que tinham o direito de ir e vir nela quando bem entendessem. Os policiais prenderam quem estava rebatendo com mais veemência as suas ações. Quando eles prenderam as duas moças, os jovens começaram a gritar: “Abaixo a repressão! Abaixo a repressão!”, em protesto contra a ação policial.

Os policiais levaram duas moças presas até o 19º Distrito Policial, e, após ouvidos os depoimentos, foi comprovado que houvera excesso por parte dos policiais na ação e que os jovens desacataram as autoridades policiais, de acordo com o chefe de Serviços Urbanos da Secretaria Regional IV (SER IV).

Nesse mesmo dia, a Prefeitura de Fortaleza havia preparado uma programação cultural para os jovens, antes de ter acontecido essa operação policial, na tentativa de conter os ânimos entre os jovens e os moradores. Trouxera um grupo de teatro que lidava com a questão da opressão e da homossexualidade, segundo Michelle Meira:

Levamos algumas atividades culturais como o grupo de teatro As Loucas da Pedra Lilás, um grupo de Recife que trabalha como lidar com vários tipos de opressão, para trabalhar essa questão dos jovens. E nesse mesmo dia, teve um conflito grande com a polícia militar, chamada pelos moradores. Nesse dia eles prenderam menores de idade e levaram para a delegacia e queriam que os pais fossem lá pegar os filhos, oprimindo assim o jovem, por saberem que muitos ainda não tiveram coragem de contar para os pais a sua orientação sexual e isso é uma forma de preconceito ou de inibir o jovem.

Quanto à ação policial, a Prefeitura tomou as seguintes medidas, ainda segundo Michelle Meira:

A gente conversou com a polícia, com o batalhão e chegamos ao entendimento que a polícia não iria mais pra lá fazer esse tipo de segurança que quem iria era a guarda municipal, que era quem tinha legitimidade para isso pela questão da segurança patrimonial. E fizemos questão disso pelo fato da gente ter um trabalho com a guarda, a consciência de que a guarda é da Prefeitura e que ela era treinada para lidar com o cidadão, conhece a legislação, ou seja, uma guarda cidadã é para prevenir e inibir os assaltos. Que você via que não era simples arrastões, tinha a questão de bater e humilhar os jovens homossexuais, eles não mexiam com ninguém, as barracas de comidas típicas não eram assaltadas, o alvo deles eram os homossexuais, a própria manifestação da homofobia.

No dia 9 de setembro de 2005, a Secretaria do Meio Ambiente e Controle Urbano, SEMAM, representando a Prefeitura de Fortaleza, esteve na Praça a fim de fazer a mediação entre os jovens homossexuais e os moradores do local para uma melhor convivência entre ambos. Os agentes da Secretaria tentaram distribuir mudas de plantas aos moradores, que se mostraram, no entanto, bem ariscos a qualquer tipo de aproximação e não receberam os funcionários da SEMAM em suas casas.

Nesse dia após, a visita dos agentes da SEMAM, ocorreu um arrastão²⁵, entrando novos personagens no conflito: a gangue da Marechal e a gangue da Brasília. A primeira é do bairro Benfica, e a outra pertence ao bairro Jardim América. Mesmo sendo gangues rivais, segundo os moradores, eles concordavam em querer expulsar os jovens da Praça e, quando apareciam por lá, levavam o que podiam: carteiras, celulares, jóias etc. Segundo relato de alguns moradores, eles só mexiam com os jovens homossexuais, nem chegavam perto das barracas de comidas típicas e diziam aos moradores: “Tia, não se preocupe, o nosso negócio é com esses veados, vamos expulsar esses veados daqui, a Praça é nossa. Morte aos gays, morte aos gays!”.

Os arrastões na Praça da Gentilândia passaram a ocorrer todas as sextas-feiras com o objetivo de expulsar os jovens homossexuais. A maioria dos integrantes dessas gangues, segundo os moradores, eram crianças e adolescentes com idade entre 12 e 15 anos.

Existem ainda relatos de alguns moradores, os que diziam não ter nada contra a presença homossexual na Praça, de que outros moradores chegaram a pagar aos jovens das gangues para que estes promovessem os arrastões na Praça, ou seja, já que não puderam expulsá-los de maneira legal, por intermédio da polícia, resolveram utilizar a violência empreendida pelas gangues contra os jovens homossexuais.

Durante as entrevistas realizadas com os moradores, compreendi que eles ficavam satisfeitos quando as gangues vinham fazer a desocupação da Praça, pois eles já haviam tentado fazer isso com o abaixo-assinado, com as rondas policiais e não obtiveram resultado positivo.

²⁵De acordo com o Dicionário Aurélio Século XXI, o termo significa: Modalidade de assalto em que um grupo de desordeiros se desloca em correria e age contra pessoas, estabelecimentos comerciais, etc.

Pergunta - Esses rapazes de gangues, qual é a faixa etária deles, eles costumam vir armados na hora do arrastão?

Moradora – “Minha filha, o chefe é bem maduro e o resto é tudo de doze anos para cima, é mirim, tudo mirim, que hoje não existe mais Juizado de Menores, precisava era o Juizado de menor tomar conta disso, mas não existe mais, aliás, quem é que via um menor onze horas da noite, de 12h da madrugada, não tinha quem visse, nera não? Hoje em dia, um pai não pode mais segurar menor dentro de casa. Eles, das gangues, vêm tudo armado com pedaço de pau, com ferro, com armas. As armas deles são essas, o que eles encontram, pedras. Eles não mexem com ninguém, com as barracas eles não implicam, é só com jovens, eu não já disse que uma senhora pagou para eles fazerem isso”.(72 anos, moradora do bairro há 30 anos).

No momento em que eu quis entrar em detalhes sobre o fato de haver alguém pagando às gangues para promoverem os arrastões, ela me pediu para que desligasse o gravador, pois temia represálias dos seus vizinhos, eu respeitei e desliguei-o. Ela disse que, de fato, existiam pessoas da rua que resolveram pagar os arrastões para tirar os jovens da Praça, pois não viam mais outro jeito. Estes depoimentos que seguem são bem esclarecedores para percebermos como os moradores eram a favor dos arrastões:

Ah, eu acho que todo mundo aqui era a favor do arrastão, porque foi a única coisa que acabava com eles, depois que começou a vir o arrastão, eles deixaram de fazer. Mulher, eles fechavam a rua, fechavam a rua dançando era um carro de som a toda altura e eles dançando no meio da rua e se retorcendo. Na calçada ninguém podia sair, era uma coisa demais. Aí com os arrastões foi diminuindo, diminuindo quando vinha o arrastão não ficava nenhum, poucas horas não tinha mais ninguém. Às vezes, tava tão lotado, o arrastão chegava e não ficava ninguém. Só o que deu jeito, porque a polícia não deu jeito, nada deu jeito, só os arrastões que se todo mundo era a favor, eu mesma era a favor. (68 anos, moradora do bairro gentilândia há 30 anos).

Já aconteceu de ter um arrastão, e eles virem correndo, então eu coloco o cadeado no portão e deixo que se quiserem vir pro muro, tudo bem, agora não vou abrir a porta da minha casa...Uma vez um rapaz bateu na minha porta me pedindo gelo porque um tinha sido agredido, que se machucou, pisotearam nele, aí o que eu digo que eu tenho dó deles...(47 anos, moradora do bairro há dois anos).

Aqui é uma anarquia tão grande, me disseram que, se puxar a internet, é praça gaylândia, não é mais a Praça da Gentilândia. É terrível, tem os arrastões, graças a Deus que tem esses arrastões, porque, quando não tinha os arrastões, elas saíam à meia noite, 1 h da manhã com a maior balbúrdia, como tem o arrastão, sai os pixotes de arrastão, são meninos bem pequenos, aí bota tudo pra correr. (55 anos, moradora do bairro há 10 anos.).

Esses arrastões deixavam bem claro o objetivo de retirar os jovens homossexuais. De um lado, alguns moradores sentiam-se satisfeitos, e, do outro lado, os jovens ficavam apreensivos:

Bom, eu não cheguei a ver porque eu tava de costas, quando fui ver, o meu amigo tava no meio daquela pista sozinho com uma porrada de pessoas ao redor. Eu acho que não foi só uma pessoa com certeza, o negócio é que as pessoas não se metem, alguém tá morrendo e ninguém vem fazer nada, as pessoas têm medo e eu não tiro a razão delas de ter medo... Falei com minha namorada que nós não vamos mais para lá devido que aconteceu com nosso amigo... (Frequentadora homossexual da Praça da Gentilândia, Secundarista, 18 anos.).

Eles aproveitam quando a polícia não está aqui na Praça e vêm na carreira, tomam os nossos relógios, bonés, celulares, nos batem com pedaços de pau e pedras, enfim é uma loucura só, muitos correm deles para não serem agredidos... (Frequentador homossexual da Praça da Gentilândia, 19 anos, Universitário.).

A galera vai lá, alguns, alguns não, todos são preconceituosos ao extremo, homofobia pura ali, e eles escolhem aleatoriamente e batem. Eu acho isso ridículo, a palavra correta é ridículo, sabe? Isso é falta de respeito pelo ser humano de um modo geral, acho que ninguém tem nada a ver com a opção sexual da outra pessoa, acabou a história. Até concordo que às vezes o pessoal da praça geralmente eles pegam pesado, putz! Beleza, é uma praça meio que gls, mas não é muito cômodo para alguns ver um casal gay se beijando, eu entendo que não é, sabe? Existem coisas ainda que impedem, mas não é pela violência que você resolve, sabe? Só isso. (Frequentador homossexual da Praça da Gentilândia, Universitário, 22 anos).

A violência tá grande, as pessoas não estão se sentindo seguras lá sabe? Tipo, não é mais legal, eu vou deixar de andar lá a partir dessa sexta-feira, eu já tinha falado com a minha namorada que nós não vamos mais pra lá devido o que aconteceu com o nosso amigo, que na última sexta, bateram nele, é por isso que as pessoas param de andar.(Frequentadora homossexual da Praça da Gentilândia, 21 anos).

A Prefeitura de Fortaleza enviou a Guarda Municipal para fazer a segurança do local, no entanto, quando a Guarda ia embora, o arrastão agia. A Polícia, de vez em quando, também fazia rondas, mas também não conseguia conter a onda de arrastões na Praça da Gentilândia, e muitas vezes os jovens homossexuais se sentiam inseguros com a presença da Polícia e da Guarda Municipal, por acreditarem que eles eram homofóbicos:

Eles passam o quê, 10 minutos, 15 ou 20? É o máximo, pelo menos o tempo que eu fico lá, eu chego às 7 horas, fico até as 9 h, vamos supor, o tempo que eu fico lá eu vejo pouco a polícia, raramente eles passam 1 h. Eu vejo de 15 a 20 minutos no máximo. Beleza, eles vêm, o pessoal não ataca ninguém, quando os policiais vão embora, aí começa os arrastões. A Guarda municipal é bem pior, eu considero que seja bem pior, sabe? Não faz nada praticamente, aliás, eu acho que a guarda de forma nenhuma faz alguma coisa, seja nesse campo, seja em qualquer outro, a guarda não faz nada, fica plantada olhando pro tempo. (Frequentador homossexual da Praça da Gentilândia, Secundarista, 19 anos).

Pergunta: Você se sente, mas tranquilo com a presença da Polícia Militar ou da Guarda Municipal?

Não sei, não vejo diferença não, talvez, eu acho a polícia militar um pouco ignorante. Acho o jeito deles muito ignorante e preconceituosos conosco, talvez

a guarda seja melhor, mas não me sinto tão seguro, é uma coisa minha, não sei o que falar. Às vezes a gente procura a polícia, mas o problema nunca é resolvido. Eu acho que era pra ter bem mais policiamento. Muito tempo depois que eles já assaltaram, já fizeram tudo e já foram embora, é que a policia aparece, bem depois, aí já não adianta de nada, eles já foram embora.(Frequentador homossexual da Praça da Gentilândia, Universitário, 23 anos).

Esses arrastões, à época, chamaram bastante a atenção de todos os que moravam ao redor da praça e a imprensa noticiou o fato algumas vezes. A cada novo arrastão, aumentava o número de homossexuais vitimados.

No dia 16 de setembro de 2005, houve um ato na praça promovido pelo GRAB, ATRAC e LAMCE, reivindicando o respeito à diferença sexual e lutando pelo fim da homofobia. Houve a leitura de um manifesto contra a violência e a homofobia (figura 17).

MANIFESTO CONTRA A VIOLÊNCIA E HOMOFOBIA

Os movimentos sociais de luta pelos Direitos Humanos, movimentos emancipatórios pelo enfrentamento a homofobia, pelo direito à cidade e pela cidadania vêm expressar algumas questões de grande relevância no momento, na cidade de Fortaleza, diante dos fatos ocorridos nos últimos meses no bairro Benfica, especificamente, na Praça da Gentilândia:

A Praça da Gentilândia tem sido a algum tempo espaço de encontro de jovens em busca de lazer, socialização e entretenimento, acreditamos, pela localização geográfica e especificidade do bairro, com predominância de estudantes secundaristas e universitários. No entanto, é notório, entre os demais, a prevalência de grupos de punks, skistas e sobretudo homossexuais masculinos e femininos (gays e lésbicas), especialmente durante as noites de sextas-feiras, entre 18 e 22hs.

Esse contexto tem se configurado num motivo de reações diversas por parte de alguns moradores do bairro, reivindicando, inclusive por meios de comunicação local (TV e jornais), a retirada desses jovens sob alguns argumentos dos quais devemos refletir: é fato, que a praça não oferece infra-estrutura adequada para uma frequência de massa, por esta não disponibilizar banheiros, bancos, segurança e atrativos culturais, que garanta o direito do munícipe ao lazer saudável assegurando sua integridade física e moral, dever do poder público municipal; o uso de bebida alcoólica por menores de 18 anos, o qual somos veementemente contra, deve ser fiscalizado pelo Conselho Tutelar.

Entendemos que após divulgações equivocadas e pautadas sob estigmas e preconceitos enraizados em nossa sociedade, sobre a sexualidade humana e suas diversas formas de expressão, vêm ocorrendo periodicamente, na praça, manifestações de violência homofóbica (ódio a homossexuais) aos frequentadores, como ameaças à integridade física, agressões física e moral, assaltos e por último, confronto físico com a segurança pública do Estado, órgão responsável pela garantia da integridade do cidadão/ã.

É sabido por todos, e defendido por lei, o direito irrestrito de todos e todas, cidadãos e cidadãs, sobre a permanência aos espaços públicos da Cidade, independente de etnia, idade, classe social, orientação sexual etc, este garantido pela Lei Orgânica do Município de Fortaleza.

Entendemos que é necessário e importante o diálogo e o entendimento na construção de uma sociedade que respeite a livre orientação sexual, o direito de ir e vir ratificando o desejo de uma nova cultura de paz e harmonia.

**Grupo de Resistência Asa Branca –GRAB;
Associação de Travestis do Ceará – ATRAC;
Liberdade de Amor entre Mulheres no Ceará – LAMCE;
Siles Lebafeon e Zonamix**

Figura 17: Manifesto feito pelo GRAB, ATRAC e LAMCE, dia 16/09/05, na Praça da Gentilândia.

O Reisado Brincantes do Cordão do Caró²⁶, um dos Programas de Extensão da Universidade Federal do Ceará, também fez um cortejo pelas ruas do bairro Gentilândia que culminou com uma manifestação na praça no dia 30 de setembro de 2005. Pedia à população local que procurasse aceitar a livre orientação sexual dos jovens e o fim dos arrastões promovidos pelas gangues no bairro, dizendo a seguinte frase, que

²⁶ O Manifesto dos Brincantes encontra-se na Relação de Anexos.

me levou a refletir também: "A paz não é um evento com trios elétricos e roupas brancas, e sim um exercício de tolerância permanente entre os diferentes".

No dia 30 de setembro de 2005, saiu mais uma notícia no jornal "Diário do Nordeste" (figuras 18 e 19) abordando o conflito na praça da Gentilândia e relatando o que estava sendo feito pela Prefeitura de Fortaleza para amenizar o conflito entre os moradores e os homossexuais e o confronto entre estes e as gangues.

Segundo a notícia do jornal Diário do Nordeste, a Prefeitura promoveu atos culturais, como apresentações teatrais e de bandas, no intuito de mediar a situação. Colocou tanto a Guarda Municipal como Juizado de Menores para fazerem uma ronda todas as sextas-feiras à noite, para coibir o uso de bebidas alcoólicas pelos jovens que fossem menores de idade. Além disso, providenciou também banheiros químicos, tanto para melhorar a infra-estrutura da Praça, pois ela estava recebendo um público muito grande, como para que os moradores deixassem de se queixar de que os jovens urinavam nas suas calçadas.

Em entrevista ao Diário do Nordeste (Figuras 12 e 13), o chefe de Serviços Urbanos da Secretaria Regional IV (SER IV), Jaymes Alves, confirmou que houvera excessos por parte dos policiais e que também os jovens desacataram-nos na ação do dia 02 de setembro de 2005. Afirmou, também, que grande parte da Praça era iluminada, o espaço para a feira típica fora remodelado e havia até banheiros químicos. Acreditava que, se as autoridades municipais e estaduais não trabalhassem rapidamente para coibir a violência, a situação se agravaria. Informou que ocorreria uma ação conjunta a ser realizada pelas polícias Civil e Militar, fiscais da Regional IV, da Autarquia Municipal de Trânsito (AMC), da Secretaria do Meio Ambiente e Controle Urbano (SEMAM) e do Ministério Público Estadual, para conter a onda de arrastões na Praça. Segundo Jaymes Alves, a Regional IV vinha acompanhando e tentando um acordo entre a vizinhança, os jovens homossexuais e os feirantes, visando estabelecer a boa convivência.

A Assessoria de Políticas Públicas do Gabinete da Prefeitura de Fortaleza na área da sexualidade também buscou programar ações que valorizassem a cultura, minimizando os atritos entre a vizinhança e os frequentadores homossexuais da praça. Porém, não obteve muito sucesso, pois os moradores continuavam sem aceitar a presença dos jovens no lugar.

Segundo Mitchelle Meira, da assessoria desse gabinete, foi convocada uma reunião na associação do bairro, mas nenhum morador compareceu. A Prefeitura pretendia instalar um posto da Guarda Municipal e a melhoria da iluminação da Rua Santo Antônio, que é a rua mais frequentada pelos jovens e onde existe a maior concentração de domicílios do entorno da Praça. No entanto, das promessas feitas, aconteceram somente as rondas da Guarda Municipal e do Juizado de Menores.

GENTILÂNDIA

Praça é palco de conflitos e violência

A Praça da Gentilândia, na Avenida 13 de Maio, em Fortaleza, foi reformada há poucos meses pela Prefeitura, mas vem sendo palco de duas situações que incomodam os moradores, a maioria residente no bairro da Gentilândia há mais de 20 anos, e criando uma polêmica sobre a liberdade de expressão sexual.

A primeira situação é a violência praticada na praça por gangues rivais do Jardim América e localidades vizinhas. Até a última sexta-feira, dia 23, nenhuma solução eficaz havia sido tomada pelas autoridades. Além dos "arrastões", as gangues discriminam os jovens, a maioria gays, lésbicas ou simpatizantes (GLS).

Enquanto alguns moradores acusam os jovens de abuso da liberdade e de até manterem relações sexuais na calçada, eles, a maioria estudantes universitários, de classe média, na faixa etária de 19 anos, defendem o uso da praça para convivência, já que é um espaço público.

"Depois das 23h, eles não respeitam mais ninguém e a coisa vira uma bagunça", denuncia uma das moradores que prefere não se identificar. Outros residentes, entretanto, saem de defesa dos jovens e asseguram que eles foram vítimas da violência policial praticada no início deste mês.

A polêmica foi parar no 19º Distrito Policial (DP). O chefe de Serviços Urbanos da Secretaria Regional IV (SER IV), Jaymes Alves, confirmou

que houve excesso por parte dos policiais e que os jovens desacataram as autoridades policiais. "O que acontece aqui é simplesmente discriminação por sermos homossexuais", diz a atendente de caixa Grayceane Morais de Souza, 25 anos.

No que se refere à violência, todos são unânimes quanto a escassez de policiais e na demora de atendimento às chamadas. "Um deles (participante da gangue) tentou entrar na minha casa, mas depois de ameaçá-lo com um porrete ele foi embora. Quando a PM chegou mandei voltar porque não ia resolver mais nada", disse uma aposentada revoltada.

Grande parte da praça é iluminada, o espaço para a feira típica foi remodelado, existem até banheiros químicos. Mas caso as autoridades municipais e do Estado não trabalhem rapidamente para coibir a violência, a situação pode se agravar.

É o que pensa Jaymes Alves, que vem acompanhando e tentando um acordo entre a vizinhança, os GLS e os feirantes, visando estabelecer a boa convivência. Hoje, está prevista uma blitz para coibir a venda de bebida alcoólica a menores de idade.

"Já tentamos acordo com os ambulantes, mas eles insistem em vender bebida aos menores", diz Jaymes. A ação conjunta será realizada pelas polícias Civil, Militar, fiscais da Regional IV, Autarquia Municipal de Trânsito (AMC), da

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Controle Urbano (Semam) e do Ministério Público estadual.

Figura 18: Jornal Diário do Nordeste, de 30/09/2005.

Prefeitura tenta harmonizar convivência da vizinhança

Desde os primeiros conflitos na praça, a Assessoria de Políticas Públicas do gabinete da Prefeitura de Fortaleza na área de sexualidade, vem tentando implementar ações que valorizem a cultura, minimizando os atritos entre vizinhança e usuários da praça.

Segundo Mitchell Meira, da assessoria do gabinete, foi convocada uma reunião na associação do bairro, mas nenhum morador apareceu. Uma das residentes chegou a confirmar que eles não querem nenhum tipo de acordo com os jovens. “Estamos tentando, ainda, a instalação de um posto da Guarda Municipal e a melhoria da iluminação da Rua Santo Antônio, uma das áreas mais ocupadas nas sextas-feiras. Agora, se está havendo excesso por parte dos jovens, também não podemos permitir”, disse Mitchell.

Os moradores dizem que o problema com os homossexuais não é preconceito, mas simplesmente uma questão de ordem e do direito de também ir e vir. “Nas sextas, a gente não pode nem receber visitas, porque eles tomam a calçada”, diz uma dona-de-casa.

Uma idosa confessa que não se sente à vontade com as “carícias” entre os jovens. “Um dia meu neto perguntou porque um homem estava beijando na boca de outro homem”, falou.

Para o professor de Antropologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), Alexandre

Fleming Câmara Vale, autor da tese de doutorado “O Vão da Beleza: Travestilidade e Devir Minotário”, esses jovens apenas reivindicam a inserção no espaço público. Ressalta que eles querem sair da clandestinidade e obter sua legitimidade sexual sem estereótipos e, num determinado momento, garantir uma visibilidade positiva como outro cidadão qualquer.

“Essa dificuldade para gays e lésbicas construírem laços é porque a cultura cristã ocidental desacreditou a homossexualidade como possibilidade afetiva”, explicou.

Na sexta-feira, dia 16, por volta das 21h40min, a reportagem esteve no local, onde o grupo assistia a uma representação artística em defesa dos direitos dos GLS. A repercussão dos últimos acontecimentos foi tanta que ganhou a adesão de grupos como o Grupo de Resistência Asa Branca (GRAB) e a Associação de Travestis do Ceará (Atrac).

O estudante universitário que pediu para se identificar apenas por Júnior, 19 anos, diz que a praça é o local onde se sente mais à vontade para estar com o namorado, de 24 anos.

“Nos reuníamos no Shopping Benfica, mas não ficávamos muito bem lá”, diz. Júnior afirma que não sente muito preconceito por assumir sua homossexualidade em lugares públicos como a universidade ou na rua, mas confessa que somente na praça é que tem a liberdade de trocar carinhos com o parceiro.

Figura 19: Jornal Diário do Nordeste, 30/09/2005.

Mesmo com as medidas tomadas pela Prefeitura e pelas entidades ligadas ao Movimento LGBT, os arrastões não cessaram. Os moradores continuavam insatisfeitos com a presença homossexual na Praça, e os jovens tentavam resistir a todos os atos de violência e preconceitos promovidos pelos moradores e demais frequentadores.

No entanto, após sucessivos arrastões e atos de violência, os jovens homossexuais resolveram deixar de frequentar, aos poucos, a Praça da Gentilândia (em julho de 2006),

e foram em busca de outros lugares onde pudessem encontrar-se, namorar etc. Por meio das entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo, obtive a informação de que eles estariam frequentando um espaço próximo à Avenida 13 de maio, chamado “Cafofo do Barão”.

Agora tá meio que acabando (o point) por causa dos arrastões e tudo da violência, tá meio que acabando, a galera tá indo para outros lugares agora, tipo O Cafofo. O Cafofo vai ser agora o novo point, já tá sendo praticamente. Ali é bem bacana, é um barzinho bem legal. (Frequentadora da Praça da Gentilândia, Universitária, 18 anos).

Hoje em dia significa um local que eu não me sinto bem, que eu não gosto de ir, porque sei que lá é perigoso. Eu morro de medo de ser assaltado, sei lá, até de ser estuprado. Muitos marginais. Antes eu gostava, no começo, quando não era conhecido, era bom. Sei lá, a gente tinha amigos, podia conversar, ficar à vontade e tudo, mas hoje em dia não tem como você ficar tranquilo lá. (Frequentador da Praça da Gentilândia, Secundarista, 18 anos.).

Os Jovens frequentavam esse novo local também às sextas-feiras à noite, mas apenas os maiores de dezoito anos podiam entrar, os menores de idade ficavam do lado de fora, pois esse bar era fechado, mas dava para ouvir as atrações da calçada onde os jovens ficavam.

Esse novo local que os jovens escolheram para frequentar também foi alvo de manifestações homofóbicas, pois no dia da manifestação pela visibilidade lésbica, em 29/08/06, houve uma nova arbitrariedade da Polícia Militar diante da manifestação promovida pelo LAMCE. Essa manifestação objetivava a luta pelos direitos humanos das lésbicas e os seus direitos civis junto à sociedade.

A Polícia, segundo os presentes na hora do confronto, agiu de forma truculenta e sem qualquer motivo, pois a manifestação estava ocorrendo de forma pacífica. As pessoas presentes acreditaram que a Polícia foi motivada a agir dessa maneira movida pelo preconceito.

Em março de 2007, esse bar foi fechado, fazendo com que os homossexuais procurassem outros lugares para se encontrarem.

3.3 O Conflito na Praça João Gentil

Em meados de abril de 2007, os jovens homossexuais voltaram aos poucos a frequentar a Praça, mas dessa vez eles ocuparam a Praça João Gentil, a outra praça, que fica próximo à Praça da Gentilândia e também é conhecida pelo mesmo nome, pois poucas pessoas lembram que seu verdadeiro nome é Praça João Gentil, acostumando-se a chamá-la de Pracinha da Gentilândia, o que gerou uma grande confusão de nomes.



Figura 20: Campo - Foto tirada de um dos postes da Praça João Gentil em abril de 2007.

Mas antes de voltar a frequentar a Praça, eles realizaram campanhas, pregaram cartazes no Bairro Gentilândia, nas suas praças, nas paradas de ônibus, nos postes, enfim, onde tivesse visibilidade tinha cartazes do movimento anti-homofobia, que pregavam a livre orientação sexual, o amor livre, o respeito às individualidades e o fim do preconceito e da homofobia (figura 20).

Os jovens voltaram a frequentar a Praça João Gentil porque o bar Cafopo do Barão havia sido fechado e também por esse estabelecimento não ter sido aberto a menores de idade. Novamente enxergaram na Praça um local onde poderiam encontrar-se com maior tranquilidade, sem ter que necessariamente ir a um bar e consumir bebidas alcólicas. A praça era um local mais ameno e propício ao namoro e à paquera.

Bem, eu ia ao cafopo, porque eu fiquei com medo de vir à Praça da Gentilândia, por toda a violência que já tinha presenciado. Acredito que agora a poeira baixou e que poderemos voltar a frequentar sem maiores problemas. Eu gosto daqui, porque é um local bonito e agradável, onde eu me sinto bem, sem ter a obrigação de ter que consumir algo para ficar num lugar, entende? Pois é, além de ser mais fácil para arranjar um namorado, pois está voltando a ter o mesmo movimento que tinha na outra praça. (Frequentador homossexual da Praça João Gentil, 21 anos, Secundarista)

Os jovens, dessa vez, contavam diretamente com o apoio de entidades que lutam pelos direitos dos homossexuais, como o GRAB, o ATRAC, o LAMCE e grupos ligados a partidos políticos, como a juventude do Partido dos Trabalhadores (PT), que tem acompanhado com frequência as atividades dos jovens homossexuais na Praça João Gentil.

Um outro fator interessante é que dessa vez eles se concentraram exclusivamente nos domínios da Praça, evitando ficar nas calçadas das casas ao redor da Praça, a fim de evitar conflitos com os moradores. Os bancos da Praça João Gentil não são tão virados para a frente das casas, como são os bancos da Praça da Gentilândia, facilitando assim o convívio entre os jovens e os moradores.

Outra peculiaridade dessa praça é de que os moradores do entorno não tinham o hábito de ficar nas calçadas como os que moravam próximo à outra Praça, e a maioria dos muros das casas eram altos, o que, de certa forma, gerava uma “maior privacidade” dos moradores. Além disso, os jovens tinham uma certa tranquilidade para namorar, pois essa praça é pouco iluminada devido à grande quantidade de árvores centenárias.

Nessa nova fase, o preconceito continuou, tanto por parte dos moradores do bairro, como por parte de demais frequentadores da Praça. Os arrastões promovidos pelas gangues da Marechal e da Brasília continuaram a acontecer do mesmo jeito que ocorriam na outra Praça.

Houve uma sexta-feira em que, segundo um entrevistado, o arrastão agrediu uma moça que estava com sua companheira sentada no banco da Praça:

Os caras chegaram chamando-as de “sapatão” e dizendo: “eu tenho um sapato enorme para dar para vocês, mas antes vou levar umas coisinhas e dar uma surra em vocês”. Nesse dia eu vi que de fato algo tinha que ser feito, pois vi uma moça apanhando covardemente de vários meninos integrantes das gangues, só porque era homossexual. Como sempre, nessas horas todo mundo corre com medo, e acabaram por deixá-las sós, lá apanhando. A companheira dela pedia ajuda e acabou apanhando também. Eu fui ajudar, gritando que a polícia tava vindo, e eles correram com medo. Depois do incidente, resolvi procurar o pessoal do GRAB para denunciar, e eles encaminharam o caso para a Coordenadoria de Diversidade Sexual da Prefeitura de Fortaleza, que na época quem tomava de conta era a Michelle Meira, que depois deixou a pasta para se candidatar a vereadora, e quem ficou no lugar dela foi o Orlaneudo, o ex-presidente do GRAB. (Frequentador homossexual da Praça Joao Gentil, 20 anos, Universitário.).

Em 20 de maio de 2007, eles se organizaram e realizaram um abaixo-assinado, reivindicando da Prefeitura de Fortaleza que a Polícia Militar e a Guarda Municipal fizessem a segurança para evitar que os arrastões voltassem a ocorrer.

Nesse dia a Coordenadoria de Políticas Públicas para a Diversidade Sexual da Prefeitura, na pessoa de Michelle Meira, recebeu das mãos dos jovens o abaixo-assinado e disse:

A Prefeitura fará de tudo para garantir a integridade física de vocês, mas que a ronda só irá permanecer na Praça até as 22 horas, pois, depois desse horário, todo cidadão de bem é para estar em casa, e por vocês serem na sua maioria menores de idade não é para ficar até altas horas da noite na rua, pois correm o perigo de ser assaltados como qualquer cidadão comum. A Prefeitura de Fortaleza está do lado de vocês, realizando na Praça atividades culturais e campanhas de conscientização contra as Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST's).

O Instituto de Juventude Contemporânea (IJC), que atua em campanhas de esclarecimentos sobre a sexualidade de jovens, também realizou um trabalho na Praça. Com a campanha “Diálogos Abertos – Gênero e Orientação Sexual”, distribuiu entre os frequentadores homossexuais da Praça João Gentil folhetos explicativos sobre os seus

direitos. Incentivou que os adolescentes e jovens que frequentavam a Praça participassem de ações e atividades educativas de prevenção às DST/AIDS, tendo como recurso a valorização e potencialização da arte, da criatividade, das expressões, das linguagens e das simbologias dos jovens.

Nesse período, ocorreram de fato atividades culturais na Praça João Gentil. Em quase todas as sextas-feiras, as rondas da Guarda Municipal e da Polícia Militar, por intermédio do Ronda do Quarteirão, aconteceram rotineiramente, mas, quando essas rondas se afastavam da Praça para se dirigirem a outros locais, acabavam dando espaço para que acontecessem os arrastões. Parece até que os integrantes das gangues ficavam na Praça, esperando o melhor momento para atacarem os jovens homossexuais.

Aconteceram também as rondas do juizado de menores para fiscalizar o consumo de bebidas alcoólicas por menores de idade. Vez ou outra, as barracas de artesanato iam para a Praça João Gentil a fim de divulgarem os seus produtos aos jovens e a quem estivesse passando pela Praça.

Nos dias 25 e 26 de abril de 2008, no Instituto Municipal de Pesquisa Administração e Recursos Humanos (IMPARH), foi realizada a I Conferência Municipal GLBTTT de Fortaleza (figura 21). O evento foi considerado um sucesso pelo público presente, não só pela qualidade das discussões, tanto nos grupos de trabalho como nas plenárias, mas também pelo número de inscritos. A organização previa a inscrição de 150 pessoas, mas foram feitas 277 inscrições.

Outro ponto de destaque foi a mesa de abertura, realizada na noite do dia 25, que contou com a presença de quatro vereadores da Frente Parlamentar pela Livre Expressão Sexual da Câmara de Vereadores de Fortaleza, da Assessoria de Diversidade de GLBTTT, do Deputado Federal Eudes Xavier e do vice-presidente da Comissão de Combate à Discriminação Racial e Defesa das Minorias da OAB-CE.



Figura 21: I Conferência Municipal LGBTTTT de Fortaleza no IMPARH.

Na mesa de abertura estavam também presentes representantes da Associação de Travestis do Ceará (ATRAC), Grupo de Resistência Asa Branca (GRAB), Liberdade de Amor entre Mulheres do Ceará (LAMCE), Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) e Coordenadoria de Políticas Públicas para a Diversidade Sexual da Prefeitura de Fortaleza.

Ainda no primeiro dia, foi realizado um ato público com a apresentação de vários artistas na Praça João Gentil. A manhã do segundo dia foi reservada para um painel sobre os 30 anos do movimento LGBTTTT. À tarde e em parte da noite do dia 26, aconteceram os grupos de trabalho e as plenárias que votaram ações para combater a homofobia. Foi eleita ainda a delegação de Fortaleza para a Conferência Estadual, marcada para maio, com 22 titulares representantes dos movimentos sociais e 14 do poder público.

No dia 25 de abril de 2008, quando houve a I Confêrencia LGBTTTT de Fortaleza e o ato público na Praça João Gentil, aconteceu um resgate do movimento de jovens homossexuais que frequentavam a Praça da Gentilândia e que, devido aos arrastões que ocorriam lá, deixaram de frequentá-la. A partir desse dia, os jovens que já tinham voltado a frequentar a Praça João Gentil, que agora tornara-se o novo ponto de encontro, passaram a lutar para terem seus direitos reconhecidos. Agora estavam bem informados sobre os seus direitos e cobravam do Poder Público mais segurança às sextas-feiras à noite para poderem frequentar com mais tranquilidade a Praça João Gentil.

No dia 10 de julho de 2008, houve na Praça João Gentil a concentração de jovens para um ato que ocorreria no Bar e Restaurante Cantinho Acadêmico em protesto ao fato que ocorrera na sexta-feira anterior. Esse bar fica em frente à Praça, na Avenida 13 de Maio. Nesse dia, 27/06/2006, dois casais homossexuais foram convidados pelo dono do bar, através de um recado do garçom, a se retirarem gentilmente, pois o garçom só iria voltar a servi-los se eles se “comportassem”. Foram convidados a se retirarem do bar por estarem trocando beijos e abraços no interior do bar e em público.

Contra a homofobia no bar Cantinho Acadêmico

**Darlan: Contra a homofobia no bar Cantinho Acadêmico
VENHA PARTICIPAR DO BELJAÇO...**

Concentração na Praça da Gentilândia. (Avenida 13 de maio, próximo à Reitoria da UFC)

Quinta-feira, dia 10/07/08, às 20h30minh

Leia, os motivos da Mobilização.

Nota de repúdio ao BAR CANTINHO ACADÊMICO

Vimos, por meio desta, manifestar nosso apoio aos cidadãos que “GENTILMENTE” são convidados a se retirarem desse bar por expressarem afeto e amor homossexuais aos seus (suas) companheiros (as).

Apesar, ainda, da discriminação à orientação sexual ser grande em nosso Estado, há uma grande luta por parte dos movimentos sociais e da sociedade em geral no combate a tal prática.

Diante disso, vimos repudiar as práticas adotadas por esse referido estabelecimento e reiterar que tal ato é discriminação passível de punição pela Lei Municipal nº 8211/98 que pune os estabelecimentos comerciais que discriminarem homossexuais.

PARTICIPE!!!

FAÇAMOS A DIFERENÇA!!!

Figura 22: Trecho retirado da comunidade pracinha da gentilândia GLS, postado no dia 09/07/08, no site de relacionamentos do ORKUT.

Os jovens fizeram uma pequena manifestação em frente ao bar, em repúdio ao episódio do dia 27 de junho. Foram apoiados pelo GRAB, ATRAC, LAMCE e pela Coordenadoria de Diversidade Sexual de Fortaleza, na pessoa de Michelle Meira. Realizaram uma marcha da Praça João Gentil até o Bar, portando faixas e cartazes e reivindicando o cumprimento da Lei Municipal nº 8211/98, que pune os estabelecimentos comerciais que discriminarem homossexuais.

Uma comissão entregou a Lei Municipal ao dono do estabelecimento e disse que ele não poderia ter discriminado os casais homossexuais e que já tinham feito a denúncia ao Poder Público. Em seguida, realizaram o beijaço, manifestação de afeto de numerosos casais homossexuais em público. Depois marcharam até um outro bar nas proximidades do bairro Gentilândia, o bar do Pitombeira, pois, segundo relatos, ocorrera um episódio semelhante nesse estabelecimento meses antes do que havia ocorrido no bar Cantinho Acadêmico.

Com o passar dos dias, pude perceber novamente a diminuição da frequência de homossexuais na Praça João Gentil às sextas-feiras. No momento das entrevistas ficou claro que muitos deixaram de frequentar a praça por causa dos arrastões, pois o

movimento que atuava na praça já tinha lutado muito pelo fim desse vandalismo sem êxito. A não-aceitação dos moradores também contribuiu para a desocupação da Praça, em conjunto com a falta de segurança, apesar de a Polícia e da Guarda Municipal fazerem as rondas.

Segundo Mitchelle Meira, houve um certo desânimo dos jovens que frequentavam a Praça, em virtude dos arrastões:

A gente formou um fórum para que eles pudessem se reunir e debater sobre os conflitos na Praça, para se proteger melhor, conseguimos até o espaço lá no Conselho Regional de Serviço Social em frente à Praça, mas infelizmente a organização deles não era boa, pois a reuniões não continuaram...pois precisávamos que eles se organizassem enquanto movimento social para que eles elaborassem documentos cobrando à Guarda Municipal para que nós da Prefeitura pudesse tomar as devidas providências. E eles deixaram de frequentar, hoje uma parte está indo para a Praça Portugal. O interessante é que não conseguimos identificar quem estava por detrás dos arrastões, era impressionante como eles agiam, bastava a guarda sair um pouco, eles iam lá e faziam o arrastão. Eu acredito que poderia ter uma organização acima disso, alguém coordenando os arrastões, pagando seja lá o que for. Pois eles não atacavam ninguém, só os jovens. Aquilo era uma farra homofóbica que se sustentava nos pequenos furtos e na humilhação dos jovens e que sentiam seguros devido à impunidade. (Entrevista concedida na Coordenadoria de Diversidade Sexual na Prefeitura de Fortaleza).

O número de frequentadores homossexuais da Praça da Gentilândia e da Praça João Gentil caiu bastante devido a todos os problemas mencionados anteriormente, embora existam alguns que continuam a se encontrar nas praças, seja para namorar, conversar ou saborear as comidas típicas das barraquinhas. Atualmente muitos deles estão frequentando a Praça Portugal, segundo depoimentos colhidos nas entrevistas.

4 A HOMOFOBIA, SUA PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO NO MEIO SOCIAL

4.1 A Construção Histórica da Categoria Homossexual

Antes de iniciar este capítulo, torna-se necessário definir alguns conceitos que ajudarão na sua leitura. Não é objetivo deste trabalho discutir as causas da homossexualidade, essa orientação sexual será abordada aqui como fato consumado. Não serão necessárias, portanto, justificações biológicas, psicológicas ou sociais. Pretendo ater-me, tal como sugerido por Trevisan (2000), às vivências pessoais como dados inegáveis da realidade. Sendo assim, o termo homossexual será utilizado aqui como significativo de homens ou mulheres, cuja orientação sexual e afetiva principal é para com pessoas do mesmo sexo biológico.

A idéia de homossexualidade é historicamente datada, pois depende da noção de sexualidade que é igualmente moderna (FOUCAULT, 1993). Ao falarmos de homossexualidade, devemos levar em consideração o fato de este termo não designar uma realidade em si, mas algo que é produto do vocabulário moral da modernidade: o conceito de homossexual é tão historicamente e socialmente construído como qualquer outro termo.

Segundo Spencer (1999), inicialmente a prática sexual entre pessoas do mesmo sexo era “tida como um pecado contra Deus e, portanto, uma falha moral e teológica. Tornou-se, em seguida, um crime social, contra o qual o Estado legislava” (p. 362). No século XIX, passou a ser vista como uma inadequação médica e psicológica. O autor assinala que o termo homossexual foi cunhado em 1869 pelo médico húngaro Karol Maria Kertbeny e, a partir de então, passou gradualmente a ser empregado por acadêmicos.

Sendo assim, a palavra sexo foi agrupando, de forma artificial, elementos anatômicos, funções biológicas, condutas, sensações e prazeres (FOUCAULT 1993). Homossexualidade e heterossexualidade seriam meras identidades socioculturais que condicionam nossas maneiras de viver, sentir, pensar, amar, sofrer etc., e não uma lei universal da diferença de sexos. Em consequência, o homossexual não é alguém que existe ou sempre existiu independentemente do hábito cultural e descritivo que o criou.

Costa (1992) critica o emprego dos termos homossexual e homossexualismo, por compreender que eles corroboram a discriminação e o preconceito perpetrados contra pessoas *same-sex oriented*, isto é, que se orientam afetiva e/ou sexualmente para iguais biológicos. No seu entender, essas palavras, além de carregarem uma forte conotação de “doença, desvio, anormalidade, perversão, etc.”, ainda geram a falsa impressão de que existe uma “substância homossexual orgânica ou psíquica” sempre presente e comum em quem tem tendências homoeróticas. E, ainda, que essas palavras possuem uma “forma substantiva que indica identidade”, uma homogeneidade. O autor propõe, como termo substitutivo, o “homoerotismo”, cunhado por F. Karsh-Haokem em 1911, que se refere “meramente à possibilidade que têm certos sujeitos de sentir diversos tipos de atração erótica ou de se relacionar fisicamente de diversas maneiras com outros do mesmo sexo biológico” (p. 22).

Muito embora evitados de preconceito em sua origem, a palavra homossexualismo e o adjetivo correspondente homossexual passaram a ser utilizados por intelectuais, por pessoas ligadas à saúde, como médicos e psicólogos, pela imprensa e até mesmo por militantes do movimento em prol da livre orientação sexual. Entretanto, o seu uso apresenta um problema: inclui e engessa em uma mesma definição pessoas muito mais complexas e ricas que a mera orientação sexual.

Palavras como homossexualidade e, particularmente, homossexualismo estariam carregadas de preconceito, pois remeteriam ao vocabulário científico-moral dos séculos XVIII e XIX que deu origem à idéia de homossexual. O conceito homoerotismo seria, para Costa, uma noção mais flexível que descreveria melhor a pluralidade das práticas ou desejos de determinados sujeitos e excluiria alusões a desvios, anormalidades ou perversões, ao contrário do substantivo homossexualismo.

Mesmo com a contribuição dada por Costa, ao longo deste trabalho, privilegiarei os termos homossexualidade, homossexual e gay, estes dois últimos sendo considerados sinônimos, de acordo com o postulado por Almeida Neto (1999), para designar “seres humanos que estabelecem, no imaginário ou no mundo real, vínculos afetivos e sexuais com outros de seu próprio sexo: ao homem que se autoidentifica como homossexual e à mulher que se autoidentifica como homossexual” (p. 15). O termo homossexualismo não será utilizado, porque o sufixo “ismo” remete-nos frequentemente à categoria de doença.

Do século XVIII até meados do século XIX, o termo corrente para designar sujeitos homossexuais era a palavra “invertido”, termo que sugeria que todo homossexual homem era feminino e, conseqüentemente, portador de uma inversão sexual.

Sua inversão será perversão porque seu corpo de homem será portador da sexualidade feminina que acabara de ser criada. O invertido apresenta um duplo desvio: sua sensibilidade nervosa e seu prazer sensual eram femininos. Seu sexo foi, por isso mesmo, definido como o contrário aos interesses da reprodução biológica. (COSTA, 1995a, p. 129)

Trevisan (2000) afirma que em 1862 um jurista alemão de nome Karl Heinrich Ulrichis inventou a palavra uranismo para se referir à homossexualidade. Uranismo seria um termo derivado de Afrodite Urânia, a musa que, no discurso de Pausânias, no livro *O Banquete*, de Platão, representava o amor entre homens.

Segundo Mott (2000c), a palavra homossexualidade só teria sido criada em 1869, pelo jornalista e advogado húngaro Karol Maria Kertbeny. Para proteger sua pessoa e conferir maior respeito à defesa dos homossexuais, Kertbeny teria usado o pseudônimo de Doutor Benkert, embora nunca tivesse sido médico²⁷. Importante ressaltar que tanto Ulrichis quanto Kertbeny acreditavam que a homossexualidade era uma condição inata que se manifestava por meio de impulsos e desejos.

Mott, apud Almeida Neto (1999:31), afirma que o doutor Benkert, na verdade advogado e jornalista, utilizou esse pseudônimo por ocasião da luta pela abolição do parágrafo 175 do Código Penal Alemão, que tipificava as práticas sexuais entre homens como crime sujeito à prisão com trabalhos forçados.

²⁷Diversos autores discordam da versão proposta por Mott (2000c) da invenção do termo homossexual, sobretudo no que se refere à profissão e ao nome real do seu criador (GREENBERG, 1988; BADINTER, 1992).

A palavra homossexual surgiu em um contexto (século XIX) em que os médicos de origem burguesa buscavam evidenciar as características das patologias sexuais e, conseqüentemente, controlar as vivências sexuais com o auxílio da ciência. Patologias sexuais referiam-se, portanto, a qualquer prática sexual que diferísse dos padrões e ideais então hegemônicos (heterossexuais e visando à procriação e fortalecimento da família burguesa).

Para Jeffrey Weeks (2000), os termos heterossexualidade e homossexualidade são relativamente novos, e a sua emergência marca um estágio crucial na delimitação e definição modernas da sexualidade. Entretanto, ao serem criados não tinham o objetivo de definir os heterossexuais como normais, nem os homossexuais como anormais, apesar de ter sido o que aconteceu (Karol Kertbeny em 1869). Segundo Weeks:

A homossexualidade, ao invés de descrever uma variante benigna da normalidade, como originalmente pretendia Kertbeny, tornou-se, nas mãos de sexólogos pioneiros como Krafft-Ebing, uma descrição médico-moral. A heterossexualidade, por outro lado, como um termo para descrever a norma até então pouco teorizada. (2000, p. 62).

Nesse momento histórico, apesar de terem surgido alguns autores favoráveis à livre expressão da homossexualidade, apresentando essa orientação sexual de forma mais positiva aos olhos da época, os discursos, em sua maioria, estavam carregados de preconceito.

Pode-se dizer que a invenção da palavra homossexual alterou a ideia que se fazia desses indivíduos. “A criação de uma palavra correspondente, neste caso, a criação de uma essência, de uma doença psíquica e de um mal social” (BADINTER, 1992, p. 102). Começou então a caça aos homossexuais, que interessavam cada vez mais à polícia, aos juízes e à medicina. A “espécie” homossexual era coerente, homogênea e apresentava características físicas originais (ÁRIES, 1985). Segundo Áries, os médicos podiam detectar os homossexuais através de duas evidências: uma física, a dos estigmas que provocavam deformidades específicas no pênis ou no ânus, adquiridas pelo uso, e outra moral, que os impelia ao vício, podendo contaminar elementos sadios da população. A partir daí, surgiram as tentativas de “cura” da homossexualidade.

Propôs-se, em primeiro lugar, a abstinência forçada baseada na concepção de que o homossexual buscava exclusivamente o prazer sexual em sua vida amorosa.

Posteriormente, as atenções voltaram-se para a hipnose como uma possibilidade de levar os homossexuais a desejarem sexualmente mulheres. Mais tarde, no século XX, a literatura médica apropriou-se da hipótese de a homossexualidade ser determinada biologicamente, o que gerou uma série de tentativas hormonais e cirúrgicas que visavam transformar homossexuais em heterossexuais (GREENBERG, 1988).

O homossexual começou a ser estudado rigorosamente pela ciência. Ele e as mulheres histéricas eram vistos como uma grave ameaça à família, à raça e à sociedade (FOUCAULT, 1993). Os sujeitos passaram a ser divididos, a partir desse momento, em heterossexuais e homossexuais, categorias inviáveis antes da construção da diferença sexual original entre homens e mulheres. Assim, toda a diferenciação da sexualidade humana submeteu-se a categorias dualísticas extremamente rígidas, tais como mulher e homem / heterossexual e homossexual / certo e errado / normal e anormal (BARCELOS, 1998).

O homossexual será alinhado aos velhos libidinosos, celibatários, sífilíticos e libertinos, como a antinorma paroxística da figura do homem – pai. Desde então, a feminilidade do homossexual vai ser afirmada, a despeito de qualquer contra - exemplo empírico ou de qualquer incongruência conceitual. Ele tinha que “ser feminino”, pois, não sendo feminino, não tinha como ser “invertido”. O homossexual tornou-se a prova teórica do “two-sex model” político moral. Sem ele, a demonstração de que existe um sexo, diferente de sua divisão anatômica em dois sexos, ficaria mais difícil de ser mostrada. Nele estava a prova viva de que o “sexo” da mulher pode habitar o corpo de um homem. Todos os invertidos mostravam isto; todos os invertidos eram a prova disto. (COSTA, 1995, p.129).

Sendo assim, os homossexuais passaram a ser comparados a homicidas, criminosos, viciados, doentes venéreos, suicidas, prostitutas, alcoólatras e doentes mentais. Estudar o homossexual juntamente com suas patologias instituais torna-se indispensável a partir do momento em que o sexo, sua norma e seus desvios transformaram-se em elementos político e socialmente relevantes. Além disso, o homossexual passou a ser definido como possuidor de uma personalidade fundamentalmente feminina: era impressionável e gostava de coisas fúteis. Por outro lado, o termo sexo havia ampliado a sua extensão, havia agora dois sexos, um anatômico e outro psíquico.

Antes do século XVIII, os homossexuais eram vistos pela Igreja como sodomitas, uma categoria bastante ampla que incluía contatos sexuais (não necessariamente anais) entre homens, homens e animais, ou homens e mulheres desafiando a reprodução

(ÁRIES, 1985; BADINTER, 1992). A sodomia era proibida por motivos religiosos e incluída na lista de pecados graves, era comumente chamada de “pecado mudo” ou “vício abominável”.

Segundo Greenberg (1988), o que definia o sodomita eram os seus comportamentos “monstruosos”, não a sua inclinação a ser homossexual ou heterossexual. Assim, o indivíduo que tinha o desejo de praticar sodomia, mas não o fazia, não era considerado um sodomita. Da mesma forma, aquele que abandonasse o “vício abominável” deixaria igualmente de ser taxado de sodomita. Em outras palavras, a categoria era definida pelo ato, não pelo indivíduo que o praticasse. O sodomita não tinha, diferentemente do que aconteceria mais tarde com o homossexual, uma fisiologia ou psicologia particular.

No século XVIII, a homossexualidade laicizou-se, perdendo sua referência bíblica, e passou a ser chamada de pederastia ou infâmia. Tornou-se, então, pecado contra o Estado, a ordem e a natureza. No entanto, a homossexualidade continuou a ser considerada uma aberração temporária, uma confusão da natureza, não sendo considerada como uma identidade específica.

Paralelamente, a noção de homossexualidade surgida na medicina oitocentista foi sendo integrada à psicologia e à psiquiatria, e o homossexual passou a ser explicado como um produto de histórias individuais.

O homossexual do século XIX tornou-se um personagem: um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida; também é morfologia, com uma anatomia indiscreta e, talvez, uma fisiologia misteriosa. Nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa a sua sexualidade,... agora o homossexual é uma espécie. (FOUCAULT, 1993, p. 43-44).

A partir do século XIX, a sexualidade tornou-se a chave da individualidade, constituindo-a e permitindo sua análise. O discurso médico, por sua vez, transformou os comportamentos sexuais em identidades sexuais e o sexo tornou-se a última verdade do ser. A sexualidade, que poderia representar a diversidade, acabou por se converter em um destino aprisionante, particularmente para aqueles que, como os homossexuais, apresentassem uma sexualidade considerada “desviante”.

4.2 A Produção e Reprodução da Homofobia

A “cultura da sexualidade”, presente a partir do século XVIII, criou o preconceito contra os homossexuais. A estigmatização²⁸ dos homossexuais seria, assim, resultado do processo de classificação das sexualidades, o que tornou o sexo um meio poderoso de categorizar as pessoas (BADINTER, 1992).

O preconceito contra homossexuais, segundo Nunan (2003, p.91), é geralmente desenvolvido na infância do indivíduo, sendo particularmente influenciado pela socialização de gênero. Homens heterossexuais tendem a ser mais preconceituosos contra gays do que mulheres heterossexuais. A explicação mais provável para esse fenômeno, segundo a autora, é a de que na sociedade ocidental existe uma forte correlação entre masculinidade e heterossexualidade, o que faz com que homens sejam pressionados social e psicologicamente a afirmar sua masculinidade e a rejeitar

²⁸ Na Grécia antiga, o termo estigma se referia a um signo que era talhado ou queimado no corpo de um indivíduo considerado moralmente defeituoso e que deveria ser evitado a qualquer custo. Em outras palavras, o estigma pode ser entendido como uma marca pública, física ou metafórica, de vergonha e desonra que outorga ao indivíduo *status* social baixo. No século XX, a palavra foi ressuscitada por Goffman ([1963] 1938) para se referir ao atributo de uma pessoa que é profundamente desacreditada, reduzindo-a em nossas mentes a um indivíduo maculado, que pode ser descartado a qualquer momento.

elementos que não sejam culturalmente definidos como masculinos. Visto que as mulheres heterossexuais não percebem a rejeição da homossexualidade como um fator fundamental para a constituição de sua identidade sexual, não se sentem pressionadas a serem preconceituosas e, portanto, acabam tendo mais contato com homossexuais, o que tende a reduzir o preconceito.

Ver um homem efeminado desperta enorme angústia em muitos homens, pois desencadeia neles uma tomada de consciência de suas próprias características femininas, como a passividade e a sensibilidade, que eles consideram um sinal de fraqueza. (BADINTER, 1992, p.119)

Sendo assim, o preconceito contra gays cumpre o papel psicológico essencial de deixar claro quem é heterossexual e quem é homossexual. O preconceito contra homossexuais é, frequentemente, chamado de homofobia, apesar de o termo “heterossexismo” também aparecer na literatura especializada. Segundo Nunan (2003), ambos os conceitos surgiram no final da década de 1960, em resposta às mudanças trazidas pela Revolução Sexual, que fez com que a sociedade repensasse questões relativas à orientação sexual.

O termo orientação sexual, segundo Nunan (2003, p. 19), significa atração por pessoas do sexo oposto ou do mesmo sexo biológico, isto é, ser heterossexual, homossexual ou bissexual. Segundo ela, o termo surgiu na década de 1980 como uma forma de expressar a natureza profundamente enraizada do desejo sexual e possui implicações biológicas, pois, antes da sua criação, a homossexualidade era chamada de “opção sexual” (p. 78).

A homofobia, termo criado pelo psicólogo George Weiberg, segundo Nunan (2003, p.78), pode ser definida como uma aversão ou medo irracional de homossexuais, enquanto o termo heterossexismo apresenta-se como um termo similar ao racismo, descrevendo sistemas ideológicos, sociais e institucionais que colocam a homossexualidade como inferior à heterossexualidade.

Para Nunan (2003, p. 78), a palavra homofobia sugere que o preconceito contra homossexuais pode ser mais bem entendido como uma forma de fobia individual, ignorando aspectos sociais do fenômeno. O heterossexismo, por outro lado, tem seu foco em um nível histórico e cultural, ignorando atitudes individuais.

Para Luiz Mott (1997), a homofobia define-se como uma ideologia anti-homossexual, aversão à homossexualidade, ódio dirigido a homossexuais. O autor conclui que "de todas as minorias sociais, os homossexuais são as maiores vítimas do preconceito, mais rejeitados do que os negros, judeus e mulheres" (p. 9). Ele tem desenvolvido trabalhos tratando do preconceito, da discriminação e da violência contra os homossexuais, como documentários compostos de relatos/fatos ocorridos desde a colonização do Brasil até os dias atuais.

Segundo Mott, os crimes praticados contra homossexuais são, na maioria das vezes, classificados como "crimes de ódio" e devem ser referidos como crimes homofóbicos, por terem como principal motivação o fato de o agressor não aceitar orientação sexual da vítima.

Mott fez uma tipologia referente ao crime homofóbico, dizendo que este tipo de crime pertence à categoria dos "crimes de ódio". Define os crimes da seguinte maneira:

Atos ilícitos ou tentativa de tais atos, que incluem insultos, danos morais e materiais, agressões físicas, às vezes chegando ao assassinato e são crimes motivados pelo racismo, machismo, intolerância religiosa, homofobia e etnocentrismo. Levando os seus autores geralmente a praticarem elevado grau de violência física e desprezo moral contra vítima, sendo as mortes geralmente antecedidas de tortura, como o uso de armas e de grande número de golpes. (2000, p. 15).

Mott afirma que os "crimes de ódio" são perpetrados como uma espécie de mensagem, ao agredir a vítima, o ofensor está enviando um recado aos membros do grupo de que eles não são bem-vindos naquele local em particular, que pode ser a escola, o local de trabalho, o bairro, a praça etc.

Segundo Mott, as pesquisas revelam que o "crime de ódio" mais tolerado socialmente pelos jovens e provavelmente o mais praticado é contra as minorias sexuais.

Esse autor afirma que os crimes homofóbicos possuem as seguintes justificativas: a ideia de que a homossexualidade é imoral, e de que, espancando Gays, promove-se uma 'limpeza' na sociedade desse 'mal'. A valorização do machismo dos jovens que fazem isso e a demonstração de poder e força são a comprovação da própria heterossexualidade com a prevenção de um possível assédio sexual.

Para Luiz Mott, os crimes homofóbicos e todas as demais expressões de preconceito e discriminação, motivadas pela homossexualidade alheia, constituem manifestações de violência e desrespeito aos direitos humanos e à igualdade de cidadania, sem falar que podem representar o primeiro passo de ações homofóbicas mais agressivas que poderão redundar no extermínio do indivíduo homossexual.

Os acontecimentos na Praça da Gentilândia são exemplos dessa ideia, visto que as gangues queriam retirar os jovens homossexuais da Praça com o uso da violência e com a convivência dos moradores do local.

Segundo Loiola (2006, p.41), as manifestações homofóbicas partem de pressupostos compreensivos da dinâmica social caracterizada pela produção e reprodução de valores impressos na cultura, em que os preconceitos, os estereótipos e a discriminação em relação à homossexualidade têm tomado feições diversas na história da humanidade.

Para Loiola (2006, p. 63), a homofobia assume uma dinâmica social multifacetada: as expressões são manifestadas verbalmente e, às vezes, tidas como brincadeiras. Os insultos, os xingamentos, a não-aceitação no grupo de pertença, a violência física ou simbólica e os assassinatos constituem um arsenal contra a homossexualidade e, ao longo da nossa história, têm influenciado os saberes sobre ela.

Na modernidade, de acordo com o autor (2006, p. 63), a homofobia é manifestada de várias formas, que vão desde a execução (assassinato), até a utilização de simples símbolos que ratificam a discriminação e o preconceito. A coisificação das relações sociais é característica peculiar de nossa sociedade, eivada de mitos, tabus e omissões. Observa-se, também, a negação da sexualidade humana e a estigmatização das minorias.

Dessa forma, os jovens terão mais dificuldade de se assumirem homossexuais. Alguns não conseguirão devido aos conflitos causados pelas tensões na normalidade social, pois a maioria da sociedade aplaude a heterossexualidade, descartando as possibilidades de uma vida homossexual. Esses conflitos poderão perdurar por muito tempo em suas vidas, mas para muitos homossexuais será o tempo em que se descobrem outras pessoas e lugares frequentados por homossexuais.

Segundo ainda Loiola (2006, p. 41), a homofobia assume diversos sentidos e significados. No último século, algumas correntes teóricas vinculadas à biologia, à psicologia, à sociologia, à antropologia e à religião têm direcionado as discussões sobre a origem da homossexualidade numa perspectiva confusa, ora com posições tolerantes, ora com posições divergentes. Para esse autor:

O tratamento dado à homossexualidade na cultura ocidental tem sido variado, até pouco tempo era visto pela medicina como uma doença, pela igreja como uma degenerescência e pela psicologia como inversão sexual e/ou patologias. Por outro lado, os movimentos dos homossexuais e feministas têm debatido com mais insistência a problemática das relações de gênero e sexuais, dadas a necessidade da luta pela liberdade das manifestações sexuais e pela garantia dos direitos iguais para toda a espécie humana - o exercício da cidadania, e ainda pela defesa da vida na prevenção da Aids, fazendo emergir uma nova dinâmica social. (2006, p. 41)

Neste trabalho, considere importante mencionar as reflexões trazidas por Loiola (2006), Mott (2003), Trevisan (1998) e Almeida Neto (2003) para compreendermos como acontecem a produção e a reprodução da homofobia em nossa sociedade através das influências trazidas pela religião e pela biopsicologia e como essas influências interferem no cotidiano social.

A religião, segundo Loiola, tem exercido grande influência na direção da conduta de homens e mulheres em nossa sociedade, a partir da socialização dos ensinamentos da cristandade e de sua interpretação pelas novas gerações. Os textos bíblicos do Antigo Testamento²⁹ e do Novo Testamento³⁰ citam o “pecado homossexual” baseados no pecado de Sodoma, que fora considerado pela Igreja como o pecado homossexual. Para o autor “Muito embora não se tenha por certo o motivo da destruição da cidade de

²⁹ São os livros de Gênesis, quando se refere ao pecado de Sodoma, e Levítico ao se tratar das leis: ²² não deite com um homem como fosse com mulher: é uma abominação. (Lv. 18, 22). ¹³ O homem que se deitar com outro homem como se fosse mulher, está cometendo uma abominação. Os dois serão réus de morte, e o sangue deles cairá sobre eles mesmos (Lv. 20, 13).

³⁰ No novo testamento sobre a condenação de Paulo á pratica homossexual: ²⁶ Por isso, Deus entregou os homens a paixões vergonhosas: suas mulheres mudaram a relação natural em relação contra a natureza.

²⁷ Os homens fizeram o mesmo: deixaram a relação natural com a mulher e arderam em paixão uns com os outros, cometendo atos torpes entre si, recebendo, recebendo dessa maneira em si próprios a paga pela sua aberração(Rm. 1, 26-27). ⁹ Vocês não sabem que os injustos não herdaram o Reino de Deus? Não se iludam! Nem os imorais, nem os idólatras, nem os adúlteros, nem os depravados, ¹⁰ nem os efeminados, nem os sodomitas, nem os ladrões, nem os avarentos, nem os bêbados, nem os caluniadores irão herdar o reino de Deus. ¹¹ Alguns de vocês eram assim. Mas vocês se lavaram, foram santificados e reabilitados pelo nome do Senhor Jesus Cristo e pelo Espírito Santo do nosso Deus. (I Cor. 6, 9-11). ⁹ ela não é destinada ao justo, mas aos iníquos e rebeldes, ímpios e pecadores, sacrílegos e profanadores, parricidas e matricidas, homicidas, ¹⁰ impudicos, pederastas, mercadores de escravos, mentirosos, para os que juram falso, e para tudo o que se oponha à sã doutrina, ¹¹ de acordo com o Evangelho glorioso do Deus bendito, que me foi confiado. (I Tm. 1, 9-11).

Sodoma, o cristianismo utilizou esta passagem para promulgar o efeito devastador desse pecado a um conjunto de atitudes consideradas erradas naquele contexto” (2006, p. 42).

Loiola faz uma explanação sobre como Gafo compreendeu a relação entre cristianismo e homossexualidade, em que este autor fez uma divisão na história do cristianismo em quatro fases:

...a primeira compreende os primeiros sete séculos de cristandade – onde as influências do mito da cidade de Sodoma influenciam e/ou justificam decisivamente na criação dos códigos de condutas e determinações punitivas para os pecadores, ainda no Império Romano. A segunda fase compreende a época dos penitenciais, entre os séculos VII e XI – é aqui que se distinguem com maior clareza as atitudes consideradas homossexuais: “toques, afetos, masturbação mútua, conexão interfemural e sodomia” - a homossexualidade é considerada um pecado grave e a homossexualidade feminina tem citação inédita. A terceira fase compreende os séculos XI e XIII - neste período é definido por alguns santos o pecado antinatural, incluindo a homossexualidade e outras práticas como a masturbação. Santo Alberto Magno e Santo Tomás de Aquino são expoentes muito importantes para a solidez da moral cristã deste período; a quarta e a última fase, compreende o período dos séculos XIV e XX – período de afirmação da moral cristã com um profundo acirramento da aversão a homossexualidade, haja vista a proclamação do sexo exclusivamente para a procriação. (1985 apud GAFO; LOIOLA, 2006, p.43).

Loiola acredita que existe uma tendência muito reducionista da religião em relação à sexualidade humana, fundamentada em pressupostos éticos que conduziram e ainda conduzem os sujeitos no mais ‘estreito caminho’. Criaram-se possibilidades mínimas de uma vida tranquila, fazendo com que os sujeitos passassem a ver os outros de modo muito estreito, como estranhos, negando a diversidade.

Mott (2003) adota uma visão histórica e identifica, na internalização de ensinamentos judaico-cristãos, o suporte à legitimação da violência praticada contra homossexuais. Ele sustenta a sua alegação com exemplos de ensinamentos praticados por rabinos, líderes muçulmanos, padres e pastores ao longo dos últimos quatro mil anos, tais como: “De todos os pecados, o mais sujo, torpe e desonesto é a sodomia. Por causa dele, Deus envia à terra todas as calamidades: secas, inundações, terremotos. Só em ter seu nome pronunciado, o ar já fica poluído” (2003, p.2). Ele lembra também que, de tão abominável, o pecado do amor entre dois homens era considerado nefando, ou seja, aquilo que não deve sequer ser pronunciado.

O autor alega que, por centenas de gerações, divulgou-se que a homossexualidade era o pior pecado aos olhos de Deus, o que mais provocaria a ira divina. Também arrola

as penalidades a que estavam sujeitos os familiares de homossexuais: “toda a família perdia os direitos civis por três gerações seguidas, caso um membro seu fosse condenado pelo crime de sodomia” (MOTT, 2003, p. 4). Como se não bastasse a visão religiosa absolutamente contrária à homossexualidade, Mott (idem) lembra que “no tempo de nossos pais e avós os donos do saber médico proclamaram que os pederastas eram doentes, desviados, neuróticos, anormais, etc., submetendo-os a tratamentos cruéis e inócuos” (p. 5).

Segundo Loiola (2006), a psicologia influenciou, até bem pouco tempo, a compreensão da homossexualidade numa condição patológica. A psicanálise seria a terapia para a superação desse estado. Ela via a homossexualidade, a “inversão sexual” ou o “estado imaturo do indivíduo” como consequência de fatores não resolvidos nos estágios do desenvolvimento psicosexual, exemplificada, principalmente, com o Complexo de Édipo, o Narcisismo, a Fixação ou a Identificação pela Autoridade em referência às suas relações (a princípio, o pai ou a mãe).

Segundo Loiola, Freud em seus estudos postulou:

a predisposição congênita do ser humano para a bissexualidade; foi o primeiro a trabalhar a sexualidade humana a partir da sistematização da “formação do aparelho psíquico” em áreas de “consciente” e “inconsciente”. De modo que as pulsões (desejos) originárias do inconsciente do aparelho psíquico são dotadas de uma energia (Eros/Libido) da vida/sexual que impulsiona todos os instintos ao consciente com fim à sua satisfação; estabeleceu as fases do “Desenvolvimento Psicosexual” no ser humano definindo-as como responsáveis pela inversão sexual – a homossexualidade. (2006, p.48).

Para Loiola, as explicações oferecidas pela Biologia e pela Psicologia são insuficientes ao tratarem a homossexualidade como um distúrbio, desvio ou inversão. Pois essas explicações contribuíram muito para acirrar ainda mais o comportamento doentio da homofobia em nossa sociedade, levando em consideração o número elevado de condutas observadas em nosso meio, caracterizadas por um estranhamento aos homossexuais.

Loiola afirma que, além das correntes teóricas em suas explicações confusas, a homofobia pode ser manifestada em instituições como a família, a escola, os hospitais, as prisões e outros espaços públicos destinados ao lazer, tais como: praças, bares, casas de shows, boates etc. Um exemplo disso é o que houve nas Praças da Gentilândia, quando

grupos de jovens organizados em gangues e os moradores estranhavam e não aceitavam a orientação sexual dos jovens que frequentavam as praças.

Para João Silvério Trevisan, a homofobia está presente no cotidiano das pessoas:

Na verdade a violência homofóbica está diluída no cotidiano. Sua existência deixa bem claro o teor obsessivo da rejeição. Seja nos comentários em família, nas delegacias, nas instâncias da justiça, na política, nos empregos, nas escolas, nas arengas religiosas, nos noticiários dos jornais, nas piadas de rádio, nos programas de televisão e nas ruas. (1998, p. 165).

E ainda segundo Trevisan, do ponto de vista antropológico:

A homofobia masculina resultaria de uma heterossexualidade compulsória baseada nos sistemas de parentescos dominados por homens ou, em outras palavras, uma consequência necessária de instituições patriarcais como o casamento heterossexual, que precisam ser mantidas a qualquer custo. (1998, p.151).

Almeida Netto (2003) concorda com Trevisan no que diz respeito à forma como a violência homofóbica é produzida e reproduzida no meio social:

O termo homofobia designa um misto de medo e ódio irracionais que muitos seres humanos, especialmente homens, sentem em relação a pessoas homossexuais. Paradoxalmente, as origens desta rejeição profunda à homossexualidade costumam ser atribuídas a desejos e fantasias homossexuais, via de regra conscientes, mas reprimidas, que transformam a vida do indivíduo homofóbico em um intrincado faz de conta: o desprezo e a perseguição a homossexuais são a contra-face manifesta de um desejo homossexual latente, profundamente arraigado e negado. (2003, p. 38)

Almeida Netto (2003) ainda destaca a violência difusa e simbólica que, aparentemente inócua, tem o poder de legitimar a violência física que acaba por aniquilar a vida de tantos homossexuais. Esse tipo de violência, segundo o autor, manifesta-se de forma muito variada e às vezes sutil, por meio de piadas e de canções que reforçam a imagem negativa dos homossexuais. Trata-se de um tipo de violência presente em casa, na escola, na vizinhança, no consultório médico, no local de trabalho, em estabelecimentos comerciais, enfim, em qualquer lugar onde o homossexual seja visto e percebido como uma pessoa inferior, marginal, indigna de respeito.

O desprezo internalizado e alimentado é evidenciado no resultado de uma pesquisa a que alude o autor, promovida em 1997 pela Organização das Nações Unidas

para a Educação (Unesco). Esse estudo constatou que jovens de Brasília-DF, com idade entre 14 e 20 anos, “consideram mais grave a depredação de orelhões, placas de sinalização e pichações do que a humilhação a prostitutas, homossexuais e travestis”. (ALMEIDA NETTO, 2003, p. 40).

Mais importante que descobrir as causas da violência contra homossexuais, travestis e transgêneros, sejam elas físicas, morais ou simbólicas, é ter em mente que qualquer sociedade que pretenda ostentar o título de democrática, plural e justa, deve combater qualquer forma de violência fundada na irracionalidade de querer uniformizar e impor uma única maneira de amar, de manifestar o amor e os desejos eróticos. É inadmissível que o Estado laico compactue em escolas, postos de saúde, hospitais, órgãos do poder judiciário, polícia, enfim, instâncias que traduzem a política social adotada por ele, com a institucionalização, ainda que sutil, de violências infundadas contra minorias, sejam elas raciais, étnicas, religiosas ou sexuais.

4.3 Manifestações de Homofobia Internalizadas

Existem também as manifestações homofóbicas internalizadas, ou seja, as impressões que os homossexuais sentem de si, que os fazem não aceitar a sua orientação

sexual, temendo o preconceito externo. Entre as manifestações internalizadas da homofobia, estão estas³¹:

1. Negação da sua orientação sexual (do reconhecimento das suas atrações emocionais e sexuais) para si mesmo e perante os outros.
2. Tentativas de mudar a sua orientação sexual.
3. Sentir que nunca se é "suficientemente bom" (por vezes tendência para o "perfeccionismo").
4. Pensamentos obsessivos e/ou comportamentos compulsivos.
5. Fraco sucesso escolar e/ou profissional ou sucesso escolar e/ou profissional excepcional, como forma de ser aceito.
6. Desenvolvimento emocional e/ou cognitivo atrasado.
7. Baixa auto-estima e imagem negativa do próprio corpo.
8. Desprezo pelos membros mais "assumidos" e "óbvios" da comunidade Lésbica, Gay, Bissexual e Transgênero.
9. Desprezo por aqueles que ainda se encontram nas primeiras fases de assumir a sua homossexualidade.
10. Negação de que a homofobia, o heterossexismo, a bifobia, a transfobia e o sexismo são de fato problemas sociais sérios.
11. Desprezo por aqueles que não são como nós e/ou desprezo por aqueles que parecem conosco.
12. Projeção de preconceitos num outro grupo alvo (reforçado pelos preconceitos já existentes na sociedade).

³¹ Fonte: Site do GGB: www.ggb.org.br (Traduzido por Rita P. Silva de "Internalized Homophobia: From Denial to Action - An Interactive Workshop" de Warren J. Blumenfeld).

13. Tornar-se psicológico ou fisicamente abusivo ou permanecer num relacionamento abusivo.
14. Tentativas de passar por heterossexual, casando, por vezes, com alguém do sexo oposto para ganhar aprovação social ou na esperança de "se curar".
15. Crescente medo e afastamento de amigos e familiares.
16. Vergonha e/ou depressão, raiva e/ou ressentimento.
17. Esforçar-se pouco ou abandonar a escola, faltar ao trabalho, fraca produtividade.
18. Controle contínuo dos seus comportamentos, maneirismos, crenças e ideias.
19. Fazer os outros rir através de mímicas exageradas dos estereótipos negativos da sociedade.
20. Desconfiança e crítica destrutiva a líderes da comunidade LGBT.
21. Relutância em estar ao pé ou em mostrar preocupação por crianças por medo de ser considerado "pedófilo".
22. Problemas com as autoridades.
23. Práticas sexuais não seguras e outros comportamentos destrutivos e de risco (incluindo riscos de gravidez e de ser infectado com HIV).
24. Separar sexo e amor e/ou ter medo de intimidade. Por vezes pouco ou nenhum desejo sexual e/ou celibato.
25. Abuso de substâncias (incluindo comida, álcool, drogas e outras).
26. Desejo, tentativa e concretização de suicídio.

Nos casos em que o indivíduo apresenta um elevado grau de preconceito internalizado, ele pode inclusive deixar de reconhecer que está em uma relação amorosa com alguém de seu mesmo sexo. A culpa sobre a homossexualidade parece fazer com

que o sujeito negue uma parte central da sua identidade, o que pode tornar extremamente difícil o relacionamento ser satisfatório para ambos.

Segundo Nunan (2007), o preconceito sexual, tanto institucionalizado quanto internalizado, afeta sobremaneira a dinâmica da conjugalidade entre casais homossexuais.

Primeiramente devido á falta de proteção legal para parceiros do mesmo sexo e suas famílias, estes indivíduos não tem assegurados direitos civis semelhantes aos estipulados a casais heterossexuais: direito à herança, partilha de bens, declaração conjunta de renda, inclusão do parceiro como dependente em planos de saúde e previdência, aquisição da nacionalidade (caso o parceiro seja estrangeiro), adoção, dentre outros. Do mesmo modo, a falta de rituais que marquem a união, assim como a inexistência do direito de casar-se legalmente exclui estes casais da validação social e legal... A ausência de uma festa de casamento ou de uma cerimônia equivalente tende a confirmar o estigma com relação aos homossexuais, perpetuando a crença de que esses casais devem ser mantidos em segredo. (2007, p. 49).

A autora acredita que o reconhecimento legal e social dos relacionamentos homossexuais pode ajudar a reduzir a discriminação, aumentar a estabilidade dos relacionamentos e levar a uma melhora na saúde física e mental dos homossexuais. O preconceito, segundo Nunan, faz com que casais homossexuais tenham que negociar constantemente até que ponto devem ou não assumir seu relacionamento, avaliando os riscos de tal decisão. (2007, p. 50)

De acordo com Nunan, frequentemente, a decisão que o sujeito homossexual tende a tomar oscila entre assumir a própria homossexualidade, suportando a possibilidade de rejeição, discriminação e marginalização, ou manter segredo sobre a orientação sexual, tendo que se defrontar com isolamento, falta de apoio e a dificuldade de levar uma “vida dupla”.

O retraimento e o controle da informação sobre a homossexualidade podem prejudicar gravemente qualquer tipo de relação interpessoal, desde as mais passageiras até as íntimas. Com relação ao preconceito internalizado, Berzon (1988) notou, por exemplo, que casais que lidam com conflitos relacionados à identidade homossexual, desvalorizando outros gays assumidos e vivendo uma vida dupla, tendem a desvalorizarem-se a si mesmos e a prejudicar seus relacionamentos. Sujeitos com baixa auto-estima tendem a apresentar dificuldade em manterem relacionamentos satisfatórios porque também lhes é difícil valorizar seus parceiros, que podem em alguns casos, acabar se transformando em uma lembrança constante da “falha” do sujeito.(2007, p. 52)

É frequente que muitos casais homossexuais apresentem essa vigilância excessiva acerca de comportamentos (verbais e não-verbais) que sejam “reveladores” ou demasiadamente afetuosos, adaptando a expressão de intimidade a diversas situações. A autora salienta que não podemos minimizar os riscos que esses indivíduos possuem de serem agredidos verbal ou fisicamente, caso decidam expressar seu afeto em público. Isso pode ser observado no caso das Praças da Gentilândia, em que, por trocarem carícias e beijos em público, os jovens foram vítimas de preconceito e violência, tanto dos moradores como das gangues.

Esses medos e tensões constantes, segundo Nunan (2007, p. 52), provocam elevados níveis de estresse, sobretudo quando os parceiros discordam em relação ao grau em que devem assumir-se, estão em diferentes estágios da auto-aceitação da homossexualidade, apresentam um grau elevado de preconceito internalizado ou possuem experiências frequentes com discriminação. Esses fatores limitam a habilidade do casal de sentir-se seguro e reconhecido.

4.4 As Naturezas Distintas da Violência Homofóbica

Segundo dados do serviço Disque Defesa Homossexual (DDH) da cidade do Rio de Janeiro - RJ, publicados no jornal O Estado de São Paulo (15 out. 2003), a violência interfamiliar – provocada por parentes e vizinhos – é a segunda maior queixa apresentada por homossexuais que o procuram, só perdendo no *ranking* das denúncias do golpe “Boa Noite Cinderela”, em que as vítimas são dopadas e, depois, roubadas.

Segundo o DDH, os casos de violência relatados já haviam indicado a existência de pelo menos três dinâmicas distintas da violência contra homossexuais:

1. **Violências interativas: a homofobia que não sai no jornal, ou seja, uma das matrizes de violência contra homossexuais menos visíveis, que consiste nas agressões de natureza interativa, sem fins lucrativos, entre pessoas que se conhecem, frequentemente ocorridas na esfera da casa, da vizinhança e nas redes familiares ou conjugais. As agressões se constituem em insinuações veladas, intimidações, ameaças de escândalo, chegando à agressão física e, no limite, ao assassinato ou a tentativa de assassinato.**
2. **A homofobia com fins lucrativos: quando homossexuais são vítimas de chantagens e/ou extorsões, por serem homossexuais, quando são vítimas do golpe “Boa Noite Cinderela”³² e latrocínios.**
3. **Os crimes de ódio e a vitimização desproporcional de travestis: quando as vítimas são agredidas pelo simples fato de serem homossexuais. Estima-se que nesse caso as agressões contra as travestis e transexuais tendem a ser mais violentas.**

A diversidade e a complexidade das dinâmicas de discriminação estão, por exemplo, nos casos em que homossexuais são impedidos de ingressarem em locais comerciais, são expulsos de casa, são maltratados por servidores públicos, brigam com amigos e familiares, têm problemas na escola, são demitidos do emprego, recebem tratamento desigual no trabalho, entre outros.

As agressões por meio de palavras (ofensas, xingamentos, ameaças) indicam o alto grau de impunidade para manifestações verbais de homofobia e a inexistência de sanções, tanto criminais quanto sociais, para as ofensas relacionadas à homossexualidade (RAMOS, 2005, p. 42).

Há casos de violências morais contra homossexuais, divulgadas pela imprensa, cometidas até mesmo por profissionais dos meios de comunicação e políticos de renome nacional:

“Os homossexuais devem ser afastados do convívio social”. (Radialista Afanázio Jazadji, 1985; *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 19 jul. 1985).

³² Sedação da vítima com soníferos e outras substâncias narcóticas com o objetivo de roubar dinheiro e bens.

“Gostaria de ver todos os homossexuais condenados à morte num forno crematório e, mesmo assim, lamentaria que sobrassem as cinzas”. (Jornalista Ivan Leal. *Jornal do Domingo*. Salvador, 14 dez. 1986).

“O Prefeito Jânio Quadros (SP), não satisfeito em publicar no Diário Oficial do Município de São Paulo portaria proibindo que os homossexuais frequentassem os cursos da Escola Municipal de Bailado, determinou também que fossem expulsos os alunos que criticaram tal inusitada medida, colocando cinco agentes da guarda metropolitana na porta para impedir a entrada dos bailarinos gays”. (*O Globo*. Rio de Janeiro, 23 out. 1987; *Metro-News*. São Paulo, 22 out. 1987).

“Mantenha Salvador limpa. Mate uma bicha todo dia”! (Jornalista José Augusto Berbert; *A Tarde*. Salvador, 15 nov. 1989).

Alguns casos de violência física de extrema crueldade também foram objetos de matérias jornalísticas, como vemos a seguir:

“Renildo José dos Santos, vereador do município de Coqueiro Seco, Alagoas, após assumir-se homossexual em uma entrevista dada à rádio *Gazeta de Maceió*, foi suspenso por tempo indeterminado de suas funções na Câmara por falta de decoro parlamentar. Após várias ameaças, na madrugada de 10 de março de 1993, foi arrancado de sua casa por quatro policiais. Levado para local ermo, foi violentamente espancado, teve suas orelhas, nariz e línguas decepados, as unhas arrancadas, os dedos cortados, as pernas quebradas, foi castrado e teve o ânus empalado, levou tiros nos dois olhos e ouvidos e, para dificultar o reconhecimento do cadáver, foi ateado fogo em seu corpo, teve a cabeça degolada e atirada dentro de um rio”. (*Veja*. São Paulo, 24 mar. 1993).

“Preso após a polícia invadir sua casa e encontrar três cigarros de maconha, o cabeleireiro Marcos Puga, 45, foi amarrado, teve partes do corpo queimadas, ferido a faca, perdeu quatro dentes e um pedaço da orelha. Em rebelião ocorrida em uma delegacia de polícia de São Paulo, em agosto de 2001, os presos precisavam de algo para contrapor à invasão da polícia. Foi quando começaram a gritar: – “Cadê o gay, cadê o gay”?”. De acordo com reportagem da revista *Veja*, os presos nada sabiam a respeito de Puga, além do fato de ter gestos efeminados (*Veja*. São Paulo, 22 ago. 2001).

“O assassinato do adestrador de cães, Édson Nérís, em 6 de fevereiro de 2000, levou aproximadamente trinta segundos para se consumir. Os Carecas do ABC, gangue paulista de inspirações neonazistas, cercaram, espancaram e mataram Edson na Praça da República, em pleno Centro de São Paulo-SP, pelo simples fato de que ele andava de mãos dadas com um amigo. Segundo reportagem da revista *Veja*, as causas do óbito foram hemorragia interna e fraturas múltiplas, e a violência do ataque foi tão grande que, ao vestir o filho para o sepultamento, João Gabriel Raulino ouviu e sentiu o estalar dos ossos quebrados”. (*Veja*. São Paulo, 16 fev. 2000).

“Três travestis de São Paulo foram imobilizados por rapazes que ocupavam um carro e sofreram uma longa sessão de espancamentos. Tiveram seus órgãos genitais arrancados, os olhos furados a tiro, as orelhas decepadas, as nádegas furadas, foram empalados e degolados” (MOTT, 2000, p. 131-132).

Percebem-se, nos crimes citados, requintes de crueldade que evidenciam a conotação de crime de ódio, provocado pelo homofobia.

O Instituto Moura Brasil realizou uma pesquisa em 1998 (VELLOSO, 1999) na qual foram entrevistados homens e mulheres na faixa etária 16 – 70, com escolaridade entre o nível fundamental e o superior completo, em cinco capitais brasileiras: Belo Horizonte (MG), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP). O preconceito contra homossexuais foi bastante evidenciado neste estudo: para 47% dos entrevistados, a homossexualidade é pecado ou distúrbio psicológico, enquanto que para 28% é doença física. Dos entrevistados, 56% não apoiariam a opção de um filho que decidisse unir – se a outra pessoa do mesmo sexo biológico (CRUZ & VIEIRA, 1999).

Uma outra pesquisa, realizada pelo jornal “*Folha de São Paulo*” em 1998, revelou que 54% dos entrevistados eram contra a legalização da união homossexual, enquanto 62% opunham-se a adoção de crianças por casais homossexuais. Os números da violência contra gays e lésbicas também destacam a intolerância brasileira: em 2002 foram assassinados 126 homossexuais³³, isto é, a cada três dias um homossexual é assassinado no Brasil (MOTT, 2003).

³³Na falta de estatísticas oficiais, estes dados foram colhidos pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) em notícias divulgadas pela mídia, registro de queixas, cartas e mensagens na Internet. A incompletude dos dados

Essas estatísticas, ratificadas pelos relatórios da Anistia Internacional³⁴, do Departamento de Estado Norte Americano e da Associação Gay e Lésbica Internacional, colocam o Brasil como campeão mundial por assassinatos de homossexuais, equiparando-o a países como o Zimbábue, onde a homossexualidade é considerada crime passível de execução (MOTT & YONARA, 1999). Para efeito de comparação, Mott menciona que os Estados Unidos, com uma população total de 250 milhões de habitantes, cerca de 40% a mais que o Brasil, registraram “apenas” 150 assassinatos de homossexuais nesse mesmo período. Supõe-se, por esses motivos, que aqueles dados representam apenas uma pequena parcela do número total de homossexuais que são assassinados no país.

No Brasil, segundo dados do Grupo Gay da Bahia (GGB), nos últimos 15 anos, mais de 2500 homossexuais foram assassinados em razão da sua orientação sexual e identidade de gênero, desses, 88 foram cometidos no ano de 2006.

Apesar de não existir estudos no Brasil, em termos quantitativos, estima-se que a grande maioria da população heterossexual nacional apresente algum grau de preconceito contra homossexuais, acreditando que a homossexualidade é errada ou inaceitável. De acordo com Mott (1996), os homossexuais do Brasil contam com uma rejeição de 78% entre a população geral e 82% entre os formadores de opinião, incluindo políticos, juristas, executivos, comunicadores e membros da Igreja. Ressaltando que nesses casos o preconceito contra homossexuais é admitido abertamente, ao contrário do racismo, e que os homossexuais são frequentemente taxados de anormais, imorais, pecadores, marginais, promíscuos, doentes etc.

Nesse sentido, muitas pessoas teriam preconceito contra homossexuais por acreditarem que esse grupo estigmatizado tem um sistema de valores diferente ou oposto ao da cultura dominante. Em consequência disso, os homossexuais são profundamente discriminados e têm seus direitos humanos violados em diversos setores da sociedade,

disponíveis deve-se em parte ao descaso do Governo em fazer medições oficiais e ao fato de que muitos homossexuais têm a sua orientação sexual omitida nos registros policiais por pressão familiar, enquanto os assassinatos ocorridos em estados mais distantes não chegam a ser noticiados pela imprensa ou não são encaminhados aos grupos homossexuais (MOTT, 1996)

³⁴O último relatório da Anistia Internacional, crimes de ódio, conspiração de silêncio; tortura e maus tratos baseados na orientação sexual, lançado em 21 de junho de 2001, confirma estes dados.

incluindo o ambiente doméstico-familiar, acesso a trabalho e moradia, locais públicos, instituições escolares e diversos órgãos governamentais, tais como a polícia e o exército.

Por definição, é claro, acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida. (GOFFMAM, [1963] 1988, p.15).

Além disso, a sociedade considera a AIDS como uma “doença gay”, e é comum ouvir dizer que a epidemia “veio para punir esses pervertidos”. Assim, são justamente essas características impressionantes e inquantificáveis que definem a maioria dos estereótipos e estigmas contra os homossexuais.

A cidade de Fortaleza, segundo dados divulgados pela UNESCO ³⁵ em 2004, está no topo do *ranking* brasileiro de discriminação contra Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros. Em pesquisas realizadas pelo GRAB no Estado do Ceará, através de registros da imprensa e boletins de ocorrência, observa-se que, entre os anos de 1996 e 2006, foram cometidos 69 homicídios contra homossexuais, e, desses, 55 foram praticados no município de Fortaleza. Considerando-se que em muitos casos de homicídios nem sempre fica claro qual deles poderia ser classificado como crime homofóbico, o número deve ser bem maior.

O GRAB realizou uma pesquisa em 2008 com jovens homossexuais das seis Regionais de Fortaleza, e ficou comprovado que os locais públicos (35%) são os principais espaços onde ocorrem as agressões em decorrência da orientação sexual, seguido da escola (28,2%) e da casa (21,4%). Os 63,1% dos entrevistados relataram já ter vivenciado algum tipo de violência por causa da sua orientação sexual.

As principais agressões sofridas são: agressão verbal/ameaça de agressão, por 56,3%; agressões físicas, reveladas por 17,5% e chantagem ou extorsão por 15,5%. A violência sexual também foi apontada por 5,8% dos entrevistados. Os principais agressores foram desconhecidos /as, para 33% seguidos por colegas da escola ou faculdade, relatados por 30,1% e 20,4% por familiares. As discriminações mais relatadas foram ter sido excluídos ou marginalizados de um grupo de amigos ou vizinhos (32%) e ter sido marginalizados por professores ou colegas da escola ou faculdade 27,2%. (GRAB, 2008, p. 27).

³⁵UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, dados encontrados no livro *Juventude e Sexualidade*.

No próximo capítulo, analiso como os homossexuais têm se organizado, a nível nacional e local, para lutar contra o preconceito, no intuito de desconstruir a violência homofóbica e conquistar a cidadania homossexual, para terem seus direitos respeitados e serem aceitos no meio social como seres humanos. Neste capítulo, farei também uma reflexão de como se deram as tentativas de desconstrução da homofobia nas Praças da Gentilândia.

5 PROCESSOS DE DESFAMILIARIZAÇÃO DA HOMOFOBIA

5.1 Como Surgiu o Movimento Homossexual no Brasil

Tendo em vista que a homofobia é uma construção sócio-cultural, uma criação do mundo civilizado e um produto das relações estabelecidas entre homens e mulheres, ao passo que estes ratificam processos discriminatórios e preconceituosos contra os homossexuais, também podem revertê-los com a negação da homofobia.

O processo de desconstrução da homofobia só será possível quando houver rupturas com o naturalizado, mediante a tolerância e a aceitação das diferenças encontradas nos indivíduos e a luta do movimento homossexual em busca de cidadania e respeito.

Nessa perspectiva,

O termo desconstrução é utilizado, aqui, para se referir ao trabalho necessário de reflexão que possibilita uma desfamiliarização com construções conceituais que se transformaram em crenças e, enquanto tais colocam-se como grandes obstáculos para que outras possam ser construídas. Damos preferência ao termo desfamiliarização, porque dificilmente ‘desconstruímos’ o que foi construído. “Criamos espaços sim, para novas construções, mas as anteriores ficam impregnadas nos artefatos da cultura, constituindo o acervo de repertórios interpretativos disponíveis para dar sentido ao mundo”. (SPINK, 1999, p. 27)

Ao se falar de processos de desfamiliarização da homofobia, acreditei ser importante tratar, aqui neste capítulo, de como a luta do movimento homossexual foi de suma importância no processo de desfamiliarização da homofobia com esteio em suas conquistas no que diz respeito aos direitos humanos dos homossexuais no mundo inteiro.

Focalizarei inicialmente algumas características de como ocorreu o movimento homossexual nos Estados Unidos, para podermos compreender melhor como esse

movimento avançou no mundo, no Brasil e no Ceará. Achei importante também, neste capítulo, analisar as tentativas de desfamiliarização da homofobia nas Praças da Gentilândia, ou seja, a luta dos jovens e o empenho das entidades que reivindicavam do poder público a resolução do conflito.



Figura 23: A bandeira que simboliza as cores do arco-íris, símbolo universal do movimento homossexual.

Grupos de homossexuais nos Estados Unidos organizaram-se a partir de 1924 contra uma rede de opressão médica, legal e cultural. As primeiras organizações voltadas política e socialmente para a melhoria das condições de vida de gays e lésbicas ficaram conhecidas como organizações homófilas. Esses grupos trabalhavam discretamente para educar o público a respeito da homossexualidade e para oferecer apoio aos homossexuais, durante as décadas de 50 e 60 do século passado.

Só no final dos anos 1960, com o surgimento do movimento feminista, é que se começou a questionar a normalidade heterossexual. O movimento homossexual que se desenvolveu a partir de então preferiu outra linguagem para expressar uma visão mais radical e politizada, rejeitando o termo homófilo, que caiu em desuso.

No final dos anos 60, paralelamente à reconsideração, pelas feministas, das identidades e papéis sexuais, alguns homossexuais norte-americanos saem de seu silêncio forçado para pôr termo a uma clandestinidade dolorosamente sentida como patológica. Para começar, eles mudam de designação. Em vez de “homossexuais”, que tem uma conotação médica ligada a perversão, eles preferem a denominação de “*gays*”³⁶(que existe desde o século XIX), mais

³⁶ O significado original da palavra gay remonta à Europa do século XIX, onde se referia ao prostituto masculino (WEEKS, 2000). O termo passou a ser empregado desde os anos 20 nos Estados Unidos como um código que identificava os homossexuais e os lugares onde eles se congregavam (GREEN, 2000b). Na década de 1960 ele teria adquirido uma conotação adicional, indicando homens (de aparência “masculina”) que se definiam como homossexuais devido à sua escolha de objeto sexual. No Brasil a

neutra, que designará uma cultura específica e positiva. (BADINTER, 1992, p. 113)

O ano de 1969 pode ser considerado como um marco na história do movimento homossexual mundial. Na noite de 28 de junho de 1969, policiais tentaram mais uma vez fechar o *Stonewall Inn*, um bar frequentado por homossexuais no Greenwich Village, em Nova York, sob a alegação de descumprimento das leis sobre a venda de bebidas alcoólicas. Com a desculpa de que o local era propriedade da máfia italiana instalada na cidade, o bar vinha sofrendo reiteradas invasões da polícia, que aleatoriamente prendia e agredia seus frequentadores.

O que era para ser uma ação policial rotineira suscitou, no entanto, uma reação inédita: embalados pelas barricadas de maio de 1968 em Paris, os homossexuais atacaram os policiais com garrafas e pedras, e estes rapidamente tiveram que chamar batalhões de reforço. Gritando frases como “Poder Gay” e “Sou bicha e me orgulho disso”, os homossexuais e demais residentes do bairro acabaram chamando a atenção da imprensa, e a cidade parou para ver o desfecho da situação. A batalha, que se transformou em um marco da luta gay, prolongou-se por cinco dias, sendo resolvida apenas com a intervenção do prefeito, que ordenou o fim da violência policial.

A partir de então, o dia 28 de junho é comemorado por mais de 140 países como o Dia Internacional do Orgulho Gay, com a realização de diversas paradas ao longo dos meses de junho e julho (SOARES, 2000). Vale lembrar que nos Estados Unidos a primeira Parada Gay ocorreu em Nova York, em 28 de junho de 1970, um ano após a rebelião de *Stonewall*.

A rebelião de *Stonewall* propiciou crescimento, visibilidade e uma mudança de atitude dentro do movimento homossexual: enquanto nos seus primórdios o movimento esteve ligado a grupos de esquerda e ao movimento feminista, após os eventos de 1969, ele se tornou progressivamente centrado em uma política liberal que buscava ganhar direitos e proteção legal contra a discriminação de gays e lésbicas.

palavra teria sido utilizada pela primeira vez em 1963, em um dos primeiros números da publicação *O Snob*. Em 1967 já era empregado como sinônimo de homossexual, mas apenas na década de 1980 é que o movimento brasileiro substituiu a palavra homossexual pelo termo gay. “Para muitos, o termo gay não carregava uma conotação pejorativa. Para outros, tinha um significado chique e internacional. Além disso, o movimento internacional tornara-se um ponto de referência no fim dos anos de 1980 para todas as organizações, conforme os sentimentos nacionalistas e anti-imperialistas perdiam a força”. (GREEN, 2000b, p. 446-447).

Baseado em idéias liberais, o movimento centrou suas atenções no direito dos indivíduos de terem uma (homo) sexualidade, concebida como uma identidade ou como um comportamento e sempre conceitualmente localizada no corpo. Dado que o corpo é uma propriedade privada, desde que a sexualidade se restrinja à esfera doméstica, o que está em jogo, segundo a lógica liberal, é o direito à privacidade. Assim, de acordo com o movimento homossexual, o direito à privacidade e à homossexualidade deve ser um ganho na esfera pública: nas leis, na mídia e na opinião pública.

A partir desse momento, o número de grupos homossexuais aumentou exponencialmente no mundo inteiro. Identificando-se abertamente como gays, os novos ativistas mostravam uma autoconfiança raramente vista nos grupos mais antigos. Por meio de protestos, demonstrações e Paradas, homossexuais assumidos passaram a confrontar a sociedade mais ampla, seus estereótipos e seus preconceitos.

Dessa forma, no espaço de uma década (1970 – 1980), assiste-se ao surgimento, nos Estados Unidos e em diversas partes do mundo, de uma nova minoria, dotada de identidade própria, cultura, expressão política e reivindicações quanto à sua legitimidade. Uma das consequências diretas do movimento gay foi o relançamento do debate sobre a identidade homossexual.

Doravante não são mais nem médicos nem padres que fazem da homossexualidade uma categoria à parte, uma espécie: são os próprios homossexuais que reivindicam sua diferença, e que assim se opõem ao restante da sociedade, ao mesmo tempo em que exigem seu lugar ao sol. (ÁRIES, 1985, p. 82).

O primeiro posicionamento político dos militantes pioneiros, tanto do movimento no Brasil quanto nos EUA e na Europa, foi o de assumir sua identidade homossexual, tornar-se visível, “sair do armário”. Essa iniciação deu-se mediante o compartilhamento de experiências comuns de opressão, de sofrimento e de preconceito, por meio de oficinas, que, nos moldes de grupos de autoajuda, visavam à formação de uma autoimagem positiva, de uma identidade comum. Também pela inversão da ótica opressora, alguns militantes chamavam-se de “bicha”, tornando positivo um termo usado justamente para ridicularizá-los.

O surgimento do movimento gay é importante porquê está intimamente relacionado ao desenvolvimento de uma identidade homossexual coletiva positiva.

Assim, o *coming out of closet* (“saída do armário”) traduz-se em uma aceitação individual da identidade homossexual, aliada à participação em um movimento social que possibilita a um grande número de indivíduos fazer essa identificação de um modo positivo. (POLLAK, 1985).

Nas palavras desse autor, “sair do armário” significa: “O duplo processo de integração na comunidade homossexual e de afirmação da homossexualidade para o exterior, não somente como aprendizado e aceitação da homossexualidade, mas como a busca de um estilo de vida” (POLLAK, 1985, p. 71-72).

Sair do armário é um processo lento, pois, primeiramente, o homossexual tem que se aceitar e se reconhecer como homossexual e não se punir ou se rejeitar, por isso é um processo de interiorização de uma autoimagem positiva. O segundo passo consiste em exteriorizar o sentimento que internamente já está pacificado. Essa exteriorização dá-se geralmente na intimidade, com pessoas da família e amigos próximos. No entanto, ela não pode esgotar-se nessa etapa, pois os homossexuais, exatamente como os heterossexuais, os negros, as mulheres e todos os seres humanos, estabelecem relações de trabalho, escolares, comerciais, querem divertir-se e ser respeitados na sua totalidade. À medida que o reconhecimento do direito de vivenciar sua orientação sexual é negado, o homossexual tem que assumir uma atitude que extrapole a autoaceitação e, então, iniciar uma batalha diária pelo direito de não ser vítima de preconceito ou de injustiças.

Devemos apontar para o fato de que o significado social de “sair do armário” sofreu transformações com o movimento gay a partir de 1960. Antes dessa década, “sair do armário” significava que o indivíduo aceitava a sua homossexualidade e a revelava para outros homossexuais, talvez contando também para alguns familiares e amigos íntimos. Após o movimento de liberação gay, “sair do armário” transformou-se em um processo essencialmente político, através do qual o indivíduo questiona, com orgulho e desafio, a hegemonia heterossexual, tornando-se ao mesmo tempo visível e culturalmente inteligível. Além das transformações do movimento gay, o advento da AIDS fez com que um número ainda maior de homossexuais se assumisse.

Vários autores, (MAC RAE, 1990; ALMEIDA NETO, 1999; GREEN, 2000; TREVISAN, 2000; CÂMARA, 2002) entraram em consenso de que o início do movimento homossexual brasileiro aconteceu nas páginas do jornal *Lampião da*

Esquina, publicado pela primeira vez em abril de 1978, na cidade do Rio de Janeiro - RJ. É bom lembrar que o movimento homossexual brasileiro tem como modelo o estadunidense que, por sua vez surgiu, segundo Castells (1999),

No clima de rebelião imbuído nos movimentos da década de 60, quando a autoexpressão e o questionamento da autoridade deram às pessoas a possibilidade de pensar o impensável e agir de acordo com as ideias que surgissem consequentemente permitindo 'sair do armário' (p. 240).

Muito embora tenham existido publicações anteriores com temática gay, como *Snob*, criada em 1963, e *Gente Gay*, em 1976, o jornal *Lampião da Esquina* foi o primeiro a contar com grande tiragem (dez mil exemplares já no primeiro número) e também a primeira a apresentar-se como porta-voz do movimento. Em 1976, o escritor João Silvério Trevisan, ao retornar ao país após um exílio voluntário de três anos, tentou formar um núcleo de discussões sobre homossexualidade, na cidade de São Paulo-SP.

Trevisan (2000) relata que a experiência não sobreviveu a algumas “penosas reuniões”. Segundo o autor, os participantes não tinham clareza acerca da relevância da política de discutir sexualidade no grave contexto político de então. E, o que era pior, “70% do grupo admitia francamente se achar anormal por causa de sua homossexualidade” (p. 337).

O abrandamento da ditadura permitiu o retorno ao Brasil de intelectuais que viveram fora do país no período sombrio do regime militar e que tinham entrado em contato com novas tendências de manifestações populares e exteriorização de demandas ocorridas na Europa e nos Estados Unidos da América (EUA).

Segundo Michele Cunha, nesse período,

O movimento homossexual passou a usar o slogan “O privado é político”, e discussões até então consideradas da esfera privada – como as relativas aos papéis sociais: feminino e masculino e à mulher ter a liberdade de usar seu corpo como fonte de prazer e não somente como campo fértil de perpetuação da espécie – surgiram na arena política. As identidades hegemônicas passam a ser questionadas. Contrapondo-se a alguns aspectos da cultura dominante, apresentava-se uma contracultura que solapava a moralidade e o etnocentrismo que impõem padrões morais e sociais às minorias sexuais e étnicas. (2004, p.83-84)

O surgimento de novos movimentos sociais passou a apresentar demandas e insatisfações de mulheres, de índios, de negros e de homossexuais que exigiram ser respeitados como sujeitos, como cidadãos, gerando uma pluralidade social que extrapolou a origem de classes sociais tanto quanto a luta entre ambas.

Foi nesse contexto que surgiu o jornal *Lampião da Esquina*, cujo título tanto fazia referência à vida gay na rua, quanto ao rei do cangaço – Virgulino Lampião (GREEN, 2000b). Sua elaboração e publicação ocorreram pelo esforço de homossexuais intelectuais, acadêmicos, jornalistas e artistas de renome. Só para citar alguns, entre os seus idealizadores estavam: o antropólogo Peter Fry, o cineasta e crítico de cinema Jean-Claude Bernadet, os jornalistas Aguinaldo Silva e João Antônio Mascarenhas, o pintor e escultor Darci Penteado e o escritor João Silvério Trevisan (MAC RAE, 1990; GREEN, 2000b).

A aglutinação de intelectuais em torno da idéia de elaboração de um jornal deu-se por força da visita ao Brasil, em final de 1977, de Winston Leyland, editor de uma publicação norte-americana dirigida a homossexuais – o *Gay Sunshine*, que esteve no Brasil, com o intuito de promover uma antologia da literatura gay latino-americana.

A priori, a proposta do jornal *Lampião da Esquina* consistia em tratar de modo unificado questões relativas às mulheres, aos negros, aos ecologistas e aos homossexuais (GREEN, 2000b) e, muito embora tenha publicado diversas matérias relativas ao feminismo, como aborto e estupro, bem como ao lesbianismo, tendo sido um dos promotores do movimento lésbico (MAC RAE, 1990) durante a sua existência, o jornal manteve seu foco predominantemente em assuntos relativos à homossexualidade masculina.

A partir de 1980 (TREVISAN, 2000), os dirigentes do jornal viram-se diante de dificuldades financeiras para manter o padrão do jornal e a distribuição de sua elevada tiragem, o que acabou por minar a iniciativa e provocar o fechamento do periódico em julho de 1981.

Já em 1978, articulava-se em São Paulo o grupo Somos, que fugia ao modelo da militância tradicional de esquerda focava-se em experiências homossexuais que evidenciassem uma identidade desse grupo social. O grupo buscava atrair cada

indivíduo para assumir a responsabilidade de atuar sobre a realidade. Trevisan (2000), um dos fundadores do grupo, assinala: “estávamos preocupados em não mais separar as esferas pública e privada, o crescimento da consciência individual e a transformação social [...] Queríamos ser plenamente responsáveis por nossa sexualidade, sem ninguém falando em nosso nome” (p. 340-341).

O nome Somos: Grupo de Afirmação Homossexual é em referência e homenagem à publicação argentina editada pela Frente de Libertação Homossexual e extinta pela ditadura militar implantada naquele país em 1976.

Green (2000b) acredita que esse momento representa a saída do armário do movimento homossexual brasileiro, quando, em fevereiro de 1979, promoveu-se um ciclo de debates públicos na Faculdade de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP) acerca do caráter dos movimentos de emancipação, tendo por objeto a luta dos grupos que sofriam discriminação no Brasil – os índios, os negros, as mulheres e os homossexuais. Os homossexuais foram representados pelos editores do jornal *Lampião de Esquina* e pelo grupo Somos.

Segundo Green (2000b), “psiquiatras, sexólogos e acadêmicos começaram a publicar um material mais favorável sobre relações homoeróticas na imprensa e nas revistas especializadas”. Em dezembro do mesmo ano (1979), promoveu-se o 1º Encontro Nacional do Povo Gay, na sede da Associação Brasileira de Imprensa, na cidade do Rio de Janeiro - RJ. Participaram do encontro: grupos homossexuais de São Paulo (Eros, Libertos, Lésbico-Feminista, o grupo Somos, tanto da capital como de Sorocaba), do Rio de Janeiro (Somos e Auê, da capital, e Grupo de Atuação e Afirmação Gay, de Caxias) e de Brasília-DF (Beijo Livre). Além de contar com a presença de observadores de Belo Horizonte - MG, Salvador-BA, Fortaleza-CE e Recife-PE, que depois viriam a criar seus próprios grupos.

O 1º Encontro Nacional do Povo Gay contou com a presença de cerca de sessenta pessoas. Durante o evento, decidiu-se pela promoção do Primeiro Encontro Nacional de Grupos Homossexuais Organizados, que aconteceu em São Paulo-SP, em abril de 1980, em dois momentos. O primeiro momento, restrito a grupos organizados e seus convidados, contou com a presença de cerca de duzentas pessoas no Centro Acadêmico da Faculdade de Medicina da USP. Foram discutidos os seguintes temas: A questão

lésbica, O machismo entre Homossexuais, Papéis sexuais, Michês, O travesti e a repressão (MAC RAE, 1990). No segundo momento, ocorreu um debate aberto ao público no Teatro Ruth Escobar, com a participação de cerca de mil pessoas.

Outro debate acalorado girava em torno da discriminação de que se sentiam vítimas as lésbicas no interior do próprio movimento. Elas postulavam que suas demandas eram mais específicas e que, portanto, deveriam criar grupos exclusivamente femininos. Segundo Mac Rae (1990), um levantamento feito no encontro demonstrou que os grupos eram compostos majoritariamente por homens.

A insatisfação das lésbicas provocou uma cisão no grupo Somos-SP, que gerou a criação do Grupo de Ação Lésbico-Feminista (Galf). Essa não foi a única cisão ocorrida no Somos, pois um grupo de militantes recusou-se a identificar-se com a Convergência Socialista, alegando que o alinhamento do grupo à política partidária tradicional distorceria os seus reais interesses, que, em sua opinião, eram os de discutir a sexualidade e lutar contra a discriminação sexual. Esse grupo divergente fundou o grupo Outra Coisa, e os integrantes que se alinhavam à Convergência Socialista criaram a Facção Gay da Convergência Socialista.

Apenas na década de 1990, após a crise inicial da AIDS ter amainado e o processo de redemocratização estar mais seguro, é que o movimento homossexual brasileiro ganhou força.

O Grupo Gay da Bahia, que surgiu em 1980, ainda está atuante e tem protagonizado conquistas muito importantes para o movimento. Fundado por iniciativa do antropólogo Luiz Mott, o Grupo Gay da Bahia (GGB) foi o primeiro a registrar-se como sociedade civil sem fins lucrativos em 1983, e em 1987 foi declarado de utilidade pública pela Câmara Municipal de Salvador-BA³⁷.

Em seguida, surgiram organizações semelhantes, como o Grupo de Resistência Asa Branca (GRAB), fundado em 1989 em Fortaleza-CE, e o Grupo Arco-Íris de Conscientização Homossexual, criado no Rio de Janeiro em 1993. Esses movimentos constituíram-se em torno da noção de identidade gay, já corrente nos Estados Unidos.

³⁷ Dados colhidos no site oficial do grupo, disponível em: <<http://www.ggb.org.br>>.

Em 1995 fundou-se a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT), procurando coordenar ações em todo o país. Nesse mesmo ano, a cidade do Rio de Janeiro sediou a 17ª Conferência da Associação Internacional de Gays e Lésbicas (ILGA). O estilo do ativismo também parece ter mudado: em vez de centrar-se em grupos de apoio mútuo, tornou-se mais orientado para a ocupação de espaço político e a importância da mídia nesse processo.

Além dos ganhos políticos, essas organizações têm tido um papel fundamental na construção da noção de uma comunidade gay, favorecendo um amplo espaço de interação social para muitos homossexuais.

Segundo Parker (1999), os grupos provêm um espaço social para gays que de outra forma estariam completamente marginalizados: homossexuais de classes baixas, que vivem cercados de violência e opressão e que não dispõem de dinheiro suficiente para frequentar bares ou boates onde possam adquirir uma identidade mais positiva. As reuniões semanais dos grupos dão a estas pessoas um lugar para fazer amigos e encontrar parceiros, oportunidades que não teriam em outro lugar. Um processo semelhante parece ter ocorrido com as ONGS³⁸ relacionadas à AIDS, que oferecem oportunidade de emprego, educação sexual e novas opções de socialização e mobilização comunitária.

O clima de abertura política parece ter acalmado os ânimos da militância, somados às dificuldades financeiras para a manutenção e divulgação dos grupos. Segundo Trevisan (2000), a decisão de vários dos militantes do início do movimento abrigar-se em partidos progressistas, sobretudo no interior do Partido dos Trabalhadores (PT). Em decorrência, os grupos, em sua maioria, tornaram-se núcleos dos partidos de esquerda.

Mas não foram só as divergências, as estratégias ou as alianças que esvaziaram o Movimento Homossexual. A diminuição do entusiasmo inicial pode ser demonstrada pelo fato de no ano de 1982 não ter havido encontro de âmbito nacional, mas apenas dois regionais, um no Nordeste e outro em São Paulo (TREVISAN, 2000 p. 366).

³⁸ ONGs – Organizações Não Governamentais.

O segundo Encontro Nacional ocorreu somente em 1984, contando com a presença de cinco grupos, e nos encontros seguintes, do terceiro ao sexto, entre 1989 e 1992, com a presença de seis grupos.

A discórdia quanto à vinculação a partidos políticos ou à autonomia do movimento tornou a acirrar-se em 1993, durante o sétimo Encontro Nacional, realizado em um instituto da Central Única dos Trabalhadores (CUT), ligada ao PT, na cidade de Cajamar, interior de São Paulo, com a participação de 22 grupos. Nessa época, ocorriam debates nacionais sobre a Constituinte, que introduzira modificações na Constituição Brasileira. Como os partidos de esquerda, notadamente o PT, que abriga grande parte de militantes homossexuais, haviam se posicionado contrariamente à revisão, o grupo alinhado ao PT, majoritário no encontro, decidiu que o movimento não deveria incluir a luta pela inserção de adendos sobre a expressão “orientação sexual” no artigo da Constituição que trata dos direitos dos cidadãos, reivindicadas por ativistas independentes. Trevisan (2000) relata o episódio:

Apenas lideranças homossexuais isoladas compareceram à Assembléia Constituinte, em Brasília, para debater e pressionar, mas seu esforço foi em vão [...] e a luta pelos direitos de homossexuais foi, mais uma, vez subjugada aos interesses partidários, num retrocesso que fazia ecoar a batalha travada dentro do velho SOMOS, na década anterior. (p. 367)

Durante a revisão constitucional, o então Deputado Federal Fábio Feldman do Partido Social Democrático Brasileiro (PSDB), de São Paulo, apresentou uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC), com o intuito de alterar o inciso XXX do art. 7º da Constituição Federal de 1988, incluindo a orientação sexual entre as causas proibitivas de diferenciação salarial, mas a proposta sequer foi apreciada. Deve-se observar que uma antiga divergência interna do movimento voltou também a aflorar nesse sétimo Encontro Nacional: as lésbicas, desde o surgimento do movimento, sentiam-se duplamente discriminadas, por serem lésbicas e por serem mulheres e, ainda, constituírem minoria no movimento, e queriam que, no nome do encontro, se acrescentasse o termo lésbica. Em relação ao ano de 1993 deve-se lembrar também que foi o primeiro ano em que aconteceu um encontro de travestis.

De uma maneira perversa, não só no Brasil como em todo o mundo, a Aids foi o acontecimento mais impactante para o movimento homossexual. Castells (1999), ao

analisar o efeito que a Aids causou na comunidade gay da cidade norte-americana de São Francisco, assinala “ser correto afirmar que o movimento gay mais importante dos anos 80 e 90 é a ala gay do movimento anti-AIDS, em suas diversas manifestações” (p. 253).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)³⁹, o primeiro diagnóstico de Aids no Brasil aconteceu em 1980, e, àquela época, muito pouco se sabia sobre a doença. Considerada inicialmente como doença de “bicha rica” que tinha acesso à Europa e às saunas de Nova York (EUA), posteriormente verificou-se que a Aids não tinha predileções nem por orientação sexual, nem por classe social, nem por idade, nem por sexo. Entretanto, é fato que ela foi contraída por inúmeros homossexuais, artistas, intelectuais e militantes de projeção nacional, como Cazuzza, Renato Russo, Thales Pan Chacon, Carlos Augusto Strazzer, Lauro Corona, Herbert Daniel, só para citar alguns. A mídia conservadora e sensacionalista não tardou em nomeá-la “peste gay”, “câncer gay”, e várias lideranças religiosas fartaram-se em dizer que finalmente a ira divina se manifestava e punia merecidamente quem praticava o pecado nefando.

Os militantes homossexuais assumiram diferentes posições diante da Aids. Como se acreditava que até mesmo um simples aperto de mão de um portador da doença poderia transmiti-la, acirrou-se o preconceito da sociedade, e muitas lideranças homossexuais fecharam-se e preferiram o silêncio.

Mas o pavor provocado pela doença e o sentimento de impotência fizeram com que outros militantes arregaçassem as mangas e se aproximassem dos órgãos de saúde, tanto para assegurar-se de que não seriam discriminados nas campanhas de prevenção e de tratamento, para garantir solidariedade e tratamento aos infectados pelo vírus HIV e para que, unidos a agentes de saúde, empreendessem campanhas de prevenção em ambientes frequentados por homossexuais, onde, indubitavelmente, seriam mais bem recebidos e ouvidos do que os agentes de saúde que não compreendiam a dinâmica homossexual.

³⁹ O endereço eletrônico do instituto é: www.ibge.gov.br.

Para o Estado, era interessante contar com um exército que sabia transitar nas frentes de batalha, na subcultura gay, que era de difícil apreensão por agentes de saúde que não se identificassem com ela. Para o movimento, a aliança com órgãos estatais também interessava, já que o Estado passava a subsidiar projetos de prevenção à Aids.

A relação entre a Aids e movimento homossexual é muito controversa, porque apresenta vantagens e desvantagens para o movimento. Por um lado, a doença provocou a morte de milhares de homossexuais, entre eles, algumas lideranças do movimento. Mas, por outro, trouxe à discussão pública, e com veemência de imagens, a existência do preconceito contra homossexuais, revelando o comportamento das famílias que abandonavam seus doentes e depois passavam a lutar por seus bens.

Segundo Parker (1994), os primeiros grupos gays a alinharem-se com projetos de prevenção foram o GGB, da Bahia, e o Atobá, do Rio de Janeiro. O autor noticia ainda que, entre 1985 e 1991, “mais de cem organizações não-governamentais de serviços à Aids tinham surgido”, dirigidas a gays, a prostitutas e à população em geral (p. 97).

Trevisan (2002) e Golin (2002), porta-vozes da linha autonomista⁴⁰ do movimento, viam com preocupação e desagrado a relação de dependência que o movimento passou a travar com órgãos públicos de saúde. Golin (2002) assim afirma o seu repúdio a essa relação de dependência e de sujeição:

A maioria dos grupos gueis do Brasil coloca em seus estatutos que são ONGS Aids, pensando assim em disputar o dinheiro público com aquelas que efetivamente surgiram em decorrência da epidemia. A bem da verdade são grupos gueis que só querem mais dinheiro público, e assumem quaisquer papéis para garanti-lo. É a submissão total. Acabam compactuando com campanhas conservadoras, como a redução de números de parceiros e a monogamia como métodos de prevenção. (2002, p. 159).

A Aids constituiu, portanto, para alguns militantes, o sustentáculo e a prisão do movimento. Sem a parceria com o Ministério da Saúde (MS), era pouco provável, para não dizer impossível, que o movimento se sustentasse em cadeia nacional⁴¹. A mesma parceria, no entanto, segundo Golin, (2002) impediu que o movimento acalentasse

⁴⁰ Autonomista, seria um termo para definir os militantes que defendem a causa homossexual, que não pertenciam e que defendiam a autonomia do movimento homossexual frente a partidos políticos.

⁴¹ Segundo dados do Ministério da Saúde, no período compreendido entre 1993 e junho de 1998, o montante gasto com políticas de prevenção voltadas a homossexuais foi de U\$ novecentos e sessenta e três mil, nove dólares e vinte e seis centavos de dólares.

sonhos autonomistas e contestadores, pois fez com que ele se institucionalizasse, além de cercear a sua potencialidade de completa liberação da sexualidade, uma vez que o MS adotava atitudes muitas vezes conservadoras e que iam de encontro à radical liberação sexual.

O grupo carioca Triângulo Rosa foi fundado em 1985, liderado por João Antônio Mascarenhas (que também participou do periódico *Lampião de Esquina*). A sua estratégia voltava-se mais à obtenção de reconhecimento jurídico e político do que às reflexões que suscitassem a autoestima de homossexuais. Segundo Câmara (2002), que estudou a trajetória do grupo, a sua criação marcou uma nova abordagem, ou um novo momento do movimento homossexual no Brasil.

No primeiro momento, o movimento marcou-se pela atitude política de assumir e consolidar a identidade homossexual e teve como referência o jornal *Lampião de Esquina* e o grupo Somos, de São Paulo. No segundo momento, o movimento buscou a mobilização para ações de prevenção à Aids e de tratamento de aids e teve participação marcante do GGB e do grupo Atobá, do Rio de Janeiro. O terceiro, protagonizado sobretudo pelo grupo Triângulo Rosa, foi o de travar um diálogo com a sociedade, com instâncias políticas e jurídicas e com entidades e instituições, como a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), para reivindicar direitos e reconhecimento social, jurídico e político dos homossexuais.

5.2 As Principais Lutas e Conquistas do Movimento Homossexual Brasileiro

Um dos feitos mais marcantes do GGB, segundo Trevisan, (2000, p. 367) foi a batalha pela exclusão da homossexualidade do rol de doenças, no qual era identificada precisamente como desvio e transtorno sexual, conforme o código 302.0 da Classificação Internacional de Doenças (CID). Mott liderou essa campanha em várias frentes e acabou

por receber o apoio de várias entidades, como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), a Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs), bem como de várias personalidades e de inúmeros parlamentares. Um abaixo-assinado com cerca de dezesseis mil assinaturas apoiava a reivindicação do movimento.

Mott ainda encaminhou consulta ao Conselho Federal de Medicina (CFM), em que questionava o fato de a homossexualidade ser considerada doença. O fruto dessa intensa campanha foi uma resolução baixada pelo CFM, em fevereiro de 1985, na qual a homossexualidade deixou de ser considerada uma doença (CFM, 1985).

É importante dizer que o CFM antecipou-se à Organização Mundial de Saúde (OMS), que só em 1991 excluiu a homossexualidade da categoria doença (OMS, 1991). À decisão do CFM, seguiu-se a Resolução no 001/99, do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 1999), que instrui os psicólogos a se posicionarem de modo a contribuir para o desaparecimento de discriminações e estigmatizações, e que também não colaborem com eventos e serviços que proponham o tratamento das homossexualidades.

Dos três estigmas incorporados à homossexualidade (pecado, crime, doença), ela se livrou, ao menos no Brasil, do terceiro, segundo Michele Cunha (2004). O primeiro estigma ainda persiste, pois algumas autoridades religiosas insistem em tratar a orientação homossexual como pecado. O segundo também, porém em circunstâncias especiais, citadas no Código Penal Militar (CPM). O art.235 do CPM estabelece ser crime de pederastia ou outro ato de libidinagem “praticar ou permitir o militar que com ele se pratique ato libidinoso, homossexual ou não, em lugar sujeito à administração militar”. “O art.100 do mesmo código prevê que quem for condenado com fulcro no art. 235 estará sujeito à declaração de indignidade para o oficialato” (BRASIL, 1969)⁴².

O GGB foi ainda o primeiro grupo de defesa de homossexuais que entrou na luta contra a Aids. Em 1982, já distribuía panfletos de conscientização sobre os riscos da doença e, em 1988, passou a integrar a Comissão Nacional de combate à Aids do Ministério da Saúde. Dos grupos antigos, foi o único que conseguiu projeção nacional e internacional. Mantém-se ativo e, mesmo nos momentos de desânimo ocorridos na

⁴² Código Penal Militar – Decreto-lei n° 1001, de 21 de outubro de 1969 (BRASIL, 1969).

década de 1980, não esmoreceu. Com certeza, um fator que muito contribui para a visibilidade do GGB é que teve à frente de suas ações o incansável Luiz Mott, que foi nomeado, em 2001, por meio do Decreto n° 3.952/2001 membro titular do Conselho Nacional de Combate à Discriminação, do Ministério da Justiça.

Na ocasião dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, eleita para elaborar, em 1988, uma constituição democrática para o Brasil, os momentos de elaboração da Carta Federativa constituíram um banquete no qual as minorias se regalavam, comemorando o fim do jejum cívico e político, imposto pelo golpe militar de 1964.

Nesse período, era comum ainda referir-se à homossexualidade como uma opção ou uma preferência sexual. Além disso, a previsão de não-discriminação em razão de sexo não se referia à discriminação por orientação sexual, já que se trata de expressões distintas.

A discussão a esse respeito foi iniciada pelo grupo Triângulo Rosa, com base em correspondência enviada aos 13 grupos então existentes no Brasil; destes, apenas dois não se manifestaram. Conforme Câmara (2002), os membros do movimento escolheram a expressão orientação sexual. Os grupos Triângulo Rosa, o GGB e o LAMBDA-SP enviaram correspondência a vários intelectuais brasileiros, sobretudo cientistas sociais e antropólogos, solicitando que se manifestassem quanto à conveniência da adoção da expressão. Segundo Câmara (2002), a maioria dos consultados foi favorável à adoção do termo.

Definida a adequação da expressão, no decorrer da luta por um reconhecimento político, o momento mais marcante de atuação do grupo, especificamente, e do movimento homossexual, deu-se por ocasião da mobilização durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, quando visavam a inserção do termo orientação sexual entre os motivos impeditivos de discriminação, sem, no entanto, obter êxito. Posteriormente, foram inscritos no art. 3°, inciso IV, da Constituição Federal, dentre os objetivos fundamentais da República Federativa, o de promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras formas de discriminação.

Àquela época, tratava-se de uma discussão nova no âmbito nacional, e não havia ainda qualquer referência à liberdade de orientação de gênero, que é uma demanda de travestis e transexuais. Pode-se dizer que, naquele momento, não havia um posicionamento claro sobre a inclusão ou não de travestis como atores legítimos do movimento homossexual. É o que se percebe nas palestras proferidas, em maio de 1987, por João Antônio Mascarenhas, em duas subcomissões dos trabalhos constituintes e relatadas por Câmara (2002), segundo o qual, Mascarenhas afirma que “há o homossexual comum e há o travesti, que, em muitos casos são prostitutos e acabam se envolvendo com pequenos furtos ou drogas” (p 57). Em entrevista concedida à Câmara (2002), Mascarenhas alega que “o homossexual estaria para o travesti, assim como a feminista para a prostituta” (p. 57).

De acordo com Mac Rae (1990), “a maioria dos homossexuais parece nutrir um profundo desprezo pelos travestis, achando que estes simplesmente alimentam os preconceitos dos heterossexuais que acreditam que todo homem homossexual deseja, na verdade, virar mulher” (p. 54-55) ⁴³.

De acordo com Câmara (2002), os articuladores dessa mobilização (grupos Triângulo Rosa, GGB e LAMBDA-SP) valeram-se do contato previamente estabelecido com parlamentares por ocasião da campanha contra a patologização da homossexualidade e aliaram-se ao movimento feminista, precisamente ao Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM).

No período de elaboração da constituinte, Mascarenhas empreendeu um árduo trabalho de envio de correspondências, de tentativas de convencimento e de exposição das demandas e conquistas do movimento homossexual, tanto ao plenário como às subcomissões. Segundo Câmara (2002), depois de um grande esforço, a expressão orientação sexual foi acolhida nas subcomissões temáticas em que fora apresentada, e foi aceita a sua inclusão “no projeto compatibilizado do Relator da Comissão de Sistematização – Bernardo Cabral (PMDB-AM).” (p. 117).

⁴³ A dificuldade de manter uma identidade hegemônica homossexual manifesta-se na criação de grupos específicos de travestis, de lésbicas e de homossexuais negros, todos insatisfeitos com a hegemonia gay na liderança do movimento.

Entretanto, na comissão de sistematização, foi simplesmente suprimida, com apoio do relator, com o argumento de que era desnecessária, apesar dos vãos protestos dos deputados José Genuíno (PT-SP) e Luiz Alfredo Salomão (PDT-RJ). Já na fase de apresentação da emenda no plenário, José Genuíno (PT-SP) solicitou destaque, o que requeria, para a sua aprovação, 280 votos. Houve uma violenta reação da bancada evangélica e de outros representantes da moral cristã, que repudiam veementemente a homossexualidade.

Dentre 33 deputados evangélicos, apenas dois manifestaram-se favoravelmente à inclusão de orientação sexual no texto da constituição – Benedita da Silva, do PT-RJ e Lysâneas Maciel, do PDT do mesmo estado. O resultado da votação foi uma derrota esmagadora para a pretensão do movimento – de 461 votantes, 317 votaram contra, 130 a favor e 14 se abstiveram (CÂMARA, 2002).

Mesmo derrotados em sua reivindicação, os homossexuais colheram a vitória de ver suas demandas sistematicamente tratadas pelos meios de comunicação de maneira respeitosa, inserindo-se definitivamente nos trabalhos da constituinte no rol das minorias – ao lado de negros, de mulheres e de índios, por exemplo, com o legítimo direito de reivindicar acesso pleno à cidadania.

Os efeitos dessa mobilização foram muito positivos, pois trouxeram à discussão pública, tanto na sociedade civil, como na sociedade política, as demandas dos homossexuais e tiveram resultados por ocasião da elaboração das constituições estaduais e das leis orgânicas municipais. Três estados (Mato Grosso, Sergipe e Pará), o Distrito Federal e setenta e quatro municípios inseriram a expressão orientação sexual entre as causas proibitivas de discriminação.

Tendo em vista que a Constituição Federal estabeleceu um prazo relativamente curto para que estados e municípios elaborassem seus próprios estatutos constituintes, acrescidos das competências residuais atribuídas a estados e municípios, eles se basearam no formato da Carta Federativa. Pode-se dizer que a elaboração dos textos constitucionais nos estados e municípios não foi precedida de grande mobilização popular e que nem eles apresentaram peculiaridades significativas.

O caso da lei orgânica de Salvador-BA constitui uma exceção à regra, pois graças aos esforços do GGB, foi uma das pioneiras em prever a não-discriminação por orientação sexual.

Administrações de todas as esferas (federal, estadual e municipal) têm estabelecido as mais variadas parcerias com o movimento homossexual, algumas com o intuito de usar lideranças do movimento para sensibilizar educadores à prática de uma educação mais tolerante e inclusiva, (cidade de São Paulo-SP)⁴⁴, ou travestis para estabelecer um diálogo com servidores da segurança pública, objetivando um tratamento mais respeitoso por parte de policiais (Estado do Rio Grande do Sul - RS).

A implementação do disque-denúncia do Rio de Janeiro contra a violência ao homossexual é coordenada por militantes do movimento e conta com o seu apoio remunerado ou não. Nesse estado, o programa, que fora desativado pela governadora Rosinha Matheus, evangélica, (Gestão 2002–2006), voltou a funcionar. O disque-denúncia existe ainda em Brasília-DF, Campinas-SP, Belo Horizonte - MG, Juiz de Fora - MG, São Paulo-SP e Salvador-BA. Em Campinas, foi criado o Centro de Referência Gays, Lésbicas, Travestis, Transexuais e Bissexuais, que tem muitas parcerias importantes, sobretudo, as ligadas ao combate de DST'S/Aids⁴⁵.

Em relação aos direitos legais dos gays, embora não haja nenhuma Lei no Brasil que criminalize a homossexualidade, também não há nenhuma legislação federal que, de fato, estabeleça direitos concretos e proteja os homossexuais⁴⁶. Mas os ganhos políticos, apesar de tímidos, vêm crescendo com o passar dos anos: diversas Comissões de Direitos Humanos incluem os homossexuais em suas preocupações e, apesar de não ter sido inserido na Constituição Federal, o item de não-discriminação por orientação sexual foi incluído na Lei Orgânica de centenas de municípios e na Constituição de vários Estados.

No Rio de Janeiro, por exemplo, a Lei Estadual n° 3406 foi a primeira do Brasil a proibir a discriminação por orientação sexual nos estabelecimentos públicos e privados e

⁴⁴ Ver ações implementadas pela Prefeitura de São Paulo – gestão Marta Suplicy (2001-2004).

⁴⁵ Um exemplo de política municipal favorável a homossexuais é a criação em Teresina-PI da Coordenação Estadual de Livre Orientação Sexual (Celos), citada pela militante travesti falecida, Janaína Dutra, por ocasião de sua fala no Seminário Nacional de Políticas Afirmativas e Direitos da Comunidade GLBTT, realizado pela Ouvidoria da Câmara Federal, em 18 de junho de 2003.

⁴⁶ A não ser o Projeto de Lei n°122/06, que criminaliza a homofobia e que está em tramitação no Senado Federal desde 2006, não sendo ainda aprovado e sancionado pelo Presidente da República.

por agentes do estado. Leis similares também existem no Distrito Federal, Mato Grosso, Minas Gerais, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe.

Em relação a direitos previdenciários, segundo Michelle Cunha (2004, p.131), os avanços são inegáveis, e é facilmente perceptível a atuação do movimento homossexual. A Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Sul moveu ação civil pública contra o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a pedido do grupo Nuances, de Porto Alegre-RS. Nessa ação, o INSS foi denunciado por prática discriminatória e atentatória aos direitos humanos dos homossexuais. Segundo a autora:

O grande avanço para o movimento homossexual consiste no fato de que o caso foi definitivamente julgado pelo Supremo Tribunal Federal que, pelo voto do Ministro Marco Aurélio Mello, deferiu medida liminar de abrangência nacional que determinou as seguintes medidas a serem cumpridas pelo INSS: a) passar a considerar o companheiro ou companheira homossexual como dependente preferencial (art. 16, I, da Lei n° 8.213/91); b) possibilitar que a inscrição de companheiro ou companheira homossexual, como dependente, seja feita diretamente nas dependências da autarquia, até mesmo nos casos de segurado empregado ou trabalhador avulso; c) passar a processar e a deferir os pedidos de pensão por morte e de auxílio-reclusão realizados por companheiros do mesmo sexo, desde que cumpridos pelos requerentes, no que couber, os requisitos exigidos dos companheiros heterossexuais (arts. 74 a 80 da Lei n° 8.213/91 e art. 22 do Decreto no 3.048/99); d) fixar o prazo de dez dias para implementação das medidas necessárias ao integral cumprimento dessa decisão, sob pena de multa diária de trinta mil reais, com fundamento no art. 461, § 4°, do Código de Processo Civil. Atualmente, já são comuns decisões que atestam o direito de homossexuais receberem pensão de companheiros. (CUNHA, 2004, p.131-132)

Em relação a direitos previdenciários, o próprio poder judiciário começa a reconhecer direitos de homossexuais. A Justiça Federal de Porto Alegre-RS considerou procedente a ação civil pública ajuizada pela Procuradoria da República, determinando que os programas de assistência à saúde do Tribunal Regional Federal da 4ª Região e das Seções Judiciárias do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná considerem o companheiro ou companheira homossexual como dependente da mesma classe de companheiros heterossexuais.

Um tema que diz respeito mais especificamente a transexuais também tem sido frequentemente discutido pela justiça brasileira. Embora o Conselho Federal de Medicina já recomende a hospitais universitários que procedam à cirurgia de redesignação sexual em casos comprovados de transexualidade, ainda permanece um profundo desconforto. É que, depois de operado, o transexual permanece com a sua

documentação anterior, ou seja, nome de nascimento e gênero masculinos. Muitas decisões têm sido proferidas para permitir a alteração de documentação, ainda que haja várias em sentido contrário.

Pode-se citar um exemplo que foi além da troca do nome, pois ocorreu a troca do gênero: em São Paulo, por decisão da 7ª Vara da Família e Sucessões do Fórum Central, um transexual que havia sido operado com sucesso e que vivia maritalmente com um homem adquiriu o direito de mudar seu nome e de contar com a expressão sexo feminino em sua documentação civil. Um outro caso atraiu a atenção para esse problema: o da transexual Roberta Close, que luta na justiça desde 1990, mas teve o seu pedido indeferido pela 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. É interessante observar nesse caso que o próprio guardião dos direitos humanos não entende que seja atentatório à dignidade uma pessoa fazer uma cirurgia de redesignação sexual, submeter-se a tratamento de hormônios que alteram completamente sua feição e ainda assim permanecer com o nome e gênero anteriores e contraditórios a essas profundas alterações.

Podem ser citadas ainda várias decisões que tratam de concessão de direitos a homossexuais, como as que se seguem:

a) A de indenização em caso de morte do companheiro em acidente de trânsito, pois sentença da juíza federal de São Paulo, Diana Brunsteis, determina que a Superintendência de Seguros Privados (Susep), responsável pela administração dos pagamentos de indenizações previstas pelo seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres (DPVAT), deve adotar as providências necessárias para regulamentar a condição de dependente preferencial do companheiro homossexual, com os mesmos direitos dos heterossexuais;

b) A de estrangeiro permanecer no Brasil em virtude de união estável, uma vez que, por decisão da juíza substituta da 1ª Vara Federal de Florianópolis, Marjôrie Cristina Freiburger Ribeiro da Silva, a União foi intimada a impedir os órgãos de imigração de deportarem uma cidadã italiana que vivia há mais de dez anos em união estável com uma brasileira. A decisão prevalece até o julgamento final da ação. Nesse caso, a juíza entendeu que a união homossexual gera os mesmos direitos que a união entre homem e mulher;

c) A de indenização por danos morais: em decisão da 3ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (Distrito Federal), uma unidade do supermercado Carrefour, de Brasília-DF, foi condenada a indenizar um ex-empregado que sofrera agressões físicas e verbais por ser homossexual. A indenização por danos morais foi fixada em dezesseis mil, duzentos e vinte e quatro reais.

O Projeto de Lei que gerou maior controvérsia foi o da Parceria Civil Registrada.

No terreno jurídico, o ápice das lutas por direitos homossexuais ocorreu em torno da reivindicação pelo direito à união civil entre pessoas do mesmo sexo. O elemento deflagrador foi o projeto de lei nº 1.151/95, conhecido como projeto de Parceria Civil Registrada e criado pela então deputada federal Marta Suplicy (PT), seguindo uma tendência internacional. (TREVISAN, 2000, p. 381).

O Projeto de Parceria Civil Registrada entre pessoas do mesmo sexo é um contrato que assegura aos casais homossexuais direitos civis semelhantes aos estipulados a heterossexuais: direito à herança, partilha de bens⁴⁷, declaração conjunta de renda, inclusão do parceiro como dependente em planos de saúde e previdência, aquisição de nacionalidade (caso o parceiro seja estrangeiro), entre outros. Projetos similares já foram implantados em países como Alemanha, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Finlândia, Holanda, Islândia, Noruega, Suécia e Suíça (PINHEIRO, 2000). Apresentado ao Congresso Nacional em 1995, o projeto gerou enorme polêmica, fazendo com que diversos políticos, sobretudo os católicos e evangélicos, se unissem em bloco contra a proposta.

Quando levantou-se essa discussão no país, muitas pessoas imaginaram a cena de dois homens (ou duas mulheres) de véu e grinalda casando-se no altar. É importante frisar que a Parceria Civil Registrada não é um casamento, pois não muda o *status* civil dos indivíduos, não legisla sobre a adoção de crianças e pode, inclusive, beneficiar pessoas do mesmo sexo que não sejam gays, tais como uma avó e uma neta ou dois irmãos. Até a presente data, o projeto foi aprovado por todas as comissões e aguarda votação em plenário. Apesar de a Parceria Civil Registrada ainda não ter sido aprovada, a constante defesa dos direitos dos homossexuais por Marta Suplicy parece ter sido importante na sua ascensão política, o que indica o poder do voto homossexual.

⁴⁷ A partir de 1995 há um *boom* de processos nos quais os homossexuais reivindicam a partilha de bens quando se separam de seus companheiros ou quando eles morrem (GALVÃO, 2000).

Pode-se dizer que a ação mais diretamente voltada aos homossexuais desencadeada pelo Poder Executivo Federal foi o lançamento, em 24 de maio de 2004, do Programa Brasil sem Homofobia, Combate à Violência e à Discriminação contra os LGBT's e a Promoção da Cidadania Homossexual, coordenado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, diretamente ligada à Presidência da República. O programa prevê onze ações, divididas em 53 itens e outros subitens, e engloba a defesa da cidadania de homossexuais, por meio das seguintes ações:

- a) articulação e fomento da política de promoção dos direitos de homossexuais;
- b) legislação e justiça;
- c) cooperação internacional;
- d) direito à segurança: combate à violência e à impunidade;
- e) direito à educação, promovendo valores de respeito à paz e à não-discriminação por orientação sexual;
- f) direito à saúde, consolidando atendimento e tratamentos igualitários;
- g) direito ao trabalho, garantindo uma política de acesso e de promoção da não-discriminação por orientação sexual;
- h) direito à cultura, construindo uma política de cultura de paz e de valores de promoção da diversidade humana;
- i) política para a juventude;
- j) política para as mulheres;
- l) política contra o racismo e a homofobia.

A elaboração do programa Brasil sem Homofobia contou com a participação expressiva de líderes do movimento, com representantes de todas as categorias e de todas as cinco regiões do país. O lançamento serviu como um alento após a decisão brasileira de não mais apresentar em 2004, na Comissão de Direitos Humanos da ONU, uma proposta de resolução elaborada pelo Brasil.

Essa proposição já havia sido apresentada em 2003, mas não havia sido votada, e pretendia que países membros da ONU condenassem a discriminação por orientação sexual. Foi a primeira vez em que um país propôs tal proteção, que contou com a

assinatura de 26 países, sobretudo de países europeus e do Canadá. Como era previsto, os países muçulmanos e o Vaticano rejeitaram a medida.

Atualmente tramita no Senado o Projeto de Lei n° 122/06, aprovado na Câmara, de autoria da ex-deputada Iara Bernardi (PT-SP), que determina sanções às práticas discriminatórias em razão da orientação sexual das pessoas, e que torna a homofobia um crime inafiançável, a exemplo do crime de racismo.

O Projeto de Lei Complementar n° 122/06 define penas para quem discriminar homossexuais no trabalho, em ambientes públicos e privados, escolas, hotéis, bares e em caso de aluguel de imóveis. O PL n° 122/06 foi aprovado na Câmara dos Deputados e tramita no Senado aguardando a sua votação e tem como relatora a Senadora Fátima Cleide (PT-RO). Ainda não foi aprovado devido à bancada de Senadores evangélicos e católicos, que não concorda com a homossexualidade por acreditar que as práticas homossexuais atentam contra a “ordem e os bons costumes”. Segundo os opositores do projeto, essa lei vitimaria principalmente as pessoas contrárias às manifestações públicas de amor entre pessoas do mesmo sexo.

O Movimento Homossexual considera ser mais estratégico aprovar o PL n° 122/06 inicialmente, por acreditar que, criminalizando a homofobia, o Projeto da Parceria Civil Registrada, PL n° 115, seria aprovado com mais facilidade. Ambos ainda não foram aprovados devido à pressão da bancada de Deputados e Senadores católicos e evangélicos, que levam as suas convicções religiosas ao parlamento, violando o conceito de Estado Laico existente no País.

5.3 As Paradas pela Diversidade Sexual e o Ensaio de Tolerância às Diferenças

No que se refere à mobilização, pode-se dizer que a primeira Parada pela Diversidade Sexual no Brasil (tal como ela é entendida nos moldes atuais) ocorreu em 1995 e, a partir de então, transformou-se em uma afirmação positiva da homossexualidade por meio da celebração e da festa (CRUZ & VIEIRA, 1999).

De acordo com Trevisan (2000), a Parada LGBT de São Paulo tem se transformado em um evento de impacto político profundo na luta pelos direitos dos homossexuais no Brasil, outorgando ampla visibilidade a esse grupo social. Como exemplo, temos o impressionante aumento do número de participantes na Parada: em 1997 apenas 2 mil pessoas; em 1998 com 8 mil pessoas; em 1999 cerca de 35 mil pessoas; em 2000, 120 mil; em 2001, 200 mil. Em 2002 atingiu-se o número de 400 mil participantes, incluindo homossexuais, simpatizantes e curiosos, e a Parada contou igualmente com o apoio da então Prefeita da cidade de São Paulo, à época, Marta Suplicy.

Deve-se mencionar ainda que as Paradas em São Paulo contrastam sobremaneira com as realizadas no Rio de Janeiro. Em 2000, por exemplo, o evento carioca reuniu apenas 5 mil pessoas na Avenida Atlântica, enquanto em 2001, devido à falta de organização, patrocínio e apoio da Prefeitura, a Parada não pôde ser realizada. Em 2002 a Parada teria reunido 10 mil pessoas, de acordo com dados da Polícia Militar, mas não se sabe com precisão o número de participantes, que pode ter sido ainda maior, porque no mesmo dia houve a comemoração do pentacampeonato mundial de futebol conquistado pelo Brasil.

Em 2003, a Parada de São Paulo teve 800 mil participantes, tornando-se a terceira maior passeata do gênero no mundo (ficando atrás apenas das realizadas em São Francisco, nos Estados Unidos, e Toronto, no Canadá). Nesse mesmo ano, o número de participantes da parada do Rio de Janeiro também aumentou consideravelmente em relação a 2002: 100 mil pessoas se aglutinavam na Avenida Atlântica para celebrar o orgulho gay. Vale ressaltar que o parque de diversões paulista Hopi Hari promoveu no dia 21 de junho de 2003 o seu terceiro Dia Gay, como parte das comemorações do mês do orgulho gay, reunindo cerca de 15 mil homossexuais. Esse parque parece ter seguido o exemplo norte-americano, quando mais de 100 mil homossexuais encontravam-se anualmente na *Disneyworld*, em Orlando, para celebrar o *Gay and Lesbian Day*.

Embora o Grupo Disney não se posicione publicamente a favor do evento, permite que ele ocorra em suas dependências desde 1991. Importante salientar que ambos os parques permanecem abertos para o público em geral nos dias em que celebra o *Gay Day*.

Atualmente a Parada pela Diversidade Sexual de São Paulo é a maior do mundo, contando com cerca de dois milhões de participantes no seu último evento em 2008, vindos de diversas regiões do país e do mundo.

5.4 O Movimento Homossexual no Ceará

A história do movimento homossexual cearense iniciou-se antes mesmo da fundação do Grupo de Resistência Asa Branca (GRAB), que só veio a existir oficialmente em 17 de março de 1989, como consta em seu primeiro livro de ata. Anteriormente a essa data, os homossexuais tentavam se organizar em outras frentes de caráter bastante diferenciado. Hoje, o grupo é reconhecido como uma entidade de Utilidade Pública Municipal pela Lei n° 7066, de 27/03/1992, sendo o segundo grupo formado no país com esse reconhecimento, logo após do Grupo Gay da Bahia – GGB.

O Grupo de Resistência Asa Branca é uma organização não-governamental de utilidade pública municipal de Fortaleza, filiado à *International Lesbian and Gay Association* (ILGA)⁴⁸ e à Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT)⁴⁹. Situado à Rua Tereza Cristina, n° 1050, no bairro Centro, funciona de segunda a sexta em horário comercial, de 8h às 18h.

⁴⁸ Associação Internacional de Lésbicas e Gays, fundada em 1978, representada aproximadamente em 80 países, com mais de 350 organizações filiadas.

⁴⁹ Fundada em 1995, tem como missão fortalecer e organizar as entidades Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais, para promover a construção de uma sociedade livre e igualitária.

A principal missão do GRAB é melhorar a qualidade de vida da comunidade LGBT e de pessoas que vivem com HIV/AIDS. Suas bandeiras de luta são comuns ao movimento homossexual brasileiro: a luta contra todas as formas de homofobia, a divulgação de informações corretas e positivas sobre a homossexualidade e a conscientização da comunidade LGBT da importância de se organizarem na luta por seus direitos.

Os principais projetos promovidos pela instituição são: Projeto Entre Bi, Projeto Reconstruindo e Valorizando a Vida, além de execução do “Somos” em alguns estados das regiões Norte e Nordeste.

O Projeto Entre Bi, financiado com recursos do Ministério da Saúde, tem como público-alvo homens bissexuais, garotos de programa e parceiros de travestis e tem por objetivo divulgar informações sobre saúde, direitos humanos, cidadania e instituições que trabalham com a prevenção e tratamento de DST'S/ Aids.

A assessoria jurídica recebe financiamento da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça e atende homossexuais da cidade de Fortaleza e região metropolitana. Oferece serviços de assistência e orientação à vítimas, que na maior parte dos casos atendidos, sofreram discriminação em estabelecimentos comerciais. O projeto tem como parceiro o Centro de Assessoria Jurídica Universitária (CAJU) da Faculdade de Direito da UFC.

O Projeto Reconstruindo e Valorizando a Vida atende pessoas soropositivas que convivem com HIV/Aids e seus familiares. Entre suas atividades, desenvolvem cursos profissionalizantes, oficinas e grupos de adesão, tratamento e prevenção. De acordo com seu boletim informativo, em seu segundo ano beneficiou diretamente 1500 pessoas dos municípios de Fortaleza, Caucaia, Maracanaú, Sobral e Juazeiro do Norte. Fundada em 1998, é sediada no antigo endereço do GRAB, o CSU Aluizio Ximenes.

O Somos é desenvolvido através do Centro de Treinamento e Assessoria Alan Gomes. O projeto é de iniciativa da Associação Para a Saúde Integral e Cidadania da

América Latina - ASICAL⁵⁰ e realizado pela ABGLT, atuando nas cinco regiões do Brasil. O GRAB é responsável pela capacitação de outros grupos da região no eixo Norte-Nordeste, que compreende os estados do Pará e Amazonas (Norte) Ceará, Piauí e Maranhão (Nordeste).

As atividades de maior repercussão e visibilidade pública das quais o GRAB participa e/ou promove são: O *Candlelight*⁵¹, juntamente com as entidades que compõem o Fórum de ONG/Aids do Ceará, e a Parada pela Diversidade Sexual.

O GRAB organiza reuniões mensais nas primeiras terças-feiras do mês, abertas ao público, em que se discutem temas como: cidadania homossexual, diversidade sexual e o Parlamento, prevenção e o sexo seguro, gênero e sexualidade, movimento homossexual e luta contra a Aids.

Vinte anos após a sua fundação, o GRAB possui uma história da qual posso elencar realizações que fizeram a entidade tornar-se um dos principais grupos de militância e defesa dos direitos de LGBT'S do Brasil. Seu nome possui peso e as suas lideranças destacam-se no Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), e muitos já exerceram e exercem cargos na Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis, e em Conselhos dos Órgãos de Saúde e Direitos Humanos.

De acordo com o GRAB, as principais conquistas do movimento homossexual cearense, conseguidas através da luta, são as seguintes:

- Em 27/03/1992: Aprovação da Lei Municipal n° 7066, que considera o GRAB como entidade de utilidade pública;
- Em 18/12/1995: Aprovação da emenda à Lei Orgânica de Fortaleza, garantindo mecanismos de combate à discriminação aos homossexuais e outros setores oprimidos da sociedade;

⁵⁰ A ASICAL foi criada em Lima, Peru, durante um encontro de lideranças gays de países do Mercosul, preocupadas em desenvolver um projeto de grande porte visando à prevenção entre a população HSH (Homens que fazem Sexo com Homens).

⁵¹ O *candlelight* é uma vigília realizada em solidariedade aos portadores do vírus da Aids. O evento surgiu nos EUA em 1983, iniciado quando um grupo de pessoas saiu às ruas em caminhada em memória das vítimas falecidas da Aids e para sensibilizar a população e os governos para apoiarem medidas que visassem auxiliar pessoas que conviviam com a doença. É realizado no Ceará desde 1983.

- **Em 19/11/1998:** Promulgação, na Câmara Municipal em sessão especial, da Lei nº 8211/98, de autoria do vereador Durval Ferraz (PT), que estabelece punições a estabelecimentos que discriminarem em função da orientação sexual;
- **Em 28/06/1999:** Realização da I Parada pela Diversidade Sexual do Ceará, ao final do VII Encontro Nacional de Travestis e Liberados (ENTLAIDS);
- **Em 15/06/2000:** Assinatura do decreto nº 10.784, que regulamenta a Lei nº 8211/98;
- **Em 24/08/2001:** Promulgação da Lei Municipal nº 2561, de Juazeiro do Norte, que pune estabelecimentos comerciais por práticas discriminatórias por orientação sexual;
- **Em 03/12/2001:** Lei nº 1437/01, do município de Caucaia, que determina sanções às práticas discriminatórias por orientação sexual cometidas por estabelecimentos comerciais, indústrias, empresas prestadoras de serviços e similares;
- **Em 28/02/2002:** Promulgação da Lei nº 8626, de autoria da vereadora Luizianne Lins (PT), que institui em Fortaleza o Dia Municipal do Orgulho Homossexual (28 de Junho), incluindo-o no calendário oficial do município.
- **Em 2003:** Fundação do Centro de Referência GLBT Janaína Dutra, que presta assistência jurídica e psicossocial a homossexuais.
- **Em 2005:** Criação da Coordenadoria de Diversidade Sexual da Prefeitura de Fortaleza, com ações voltadas para o seguimento LGBTT.
- **Em janeiro de 2007:** Criação da assessoria LGBTT do Governo do Estado.
- **Em outubro de 2007:** Formação da Frente Parlamentar Pela Livre Expressão Sexual da Câmara dos Vereadores de Fortaleza e o Lançamento da Campanha Fortaleza sem Homofobia, pela Prefeitura de Fortaleza.

Em nível local, o GRAB luta pela aprovação da Lei Estadual que coíbe a discriminação por orientação sexual e a lei que garante os mesmos direitos previdenciários para servidores/as públicos estaduais que tenham companheiros do mesmo sexo.

Atualmente o GRAB acredita que a violência homofóbica não diminuiu, em média ocorre um assassinato de homossexual por mês, ficando o estado em sexto lugar no *ranking* da violência homossexual no Brasil. O GRAB coleta os dados da violência

homofóbica através de pessoas que procuram a instituição para denunciar, através dos registros das delegacias, através dos dados da imprensa, principalmente das notícias dos jornais de grande circulação no estado, apesar de muitos casos não chegarem à imprensa.

O atual Presidente do GRAB, Francisco Pedrosa, acredita que atualmente existe um diálogo bom com o poder público e que há muitas pessoas envolvidas na luta pelos direitos dos homossexuais no Ceará. O período de 2008, na avaliação dele, foi muito rico na luta contra a violência homofóbica, ocorreram várias Conferências LGBTT, inclusive a primeira Conferência Nacional convocada pelo Presidente da República, além de Conferências Regionais, Estaduais e Municipais.

5.5 As Tentativas de Desconstrução da Homofobia nas Praças da Gentilândia.

Com o fenômeno que ocorreu nas Praças da Gentilândia, ficaram bem evidentes as manifestações de intolerâncias contra os jovens homossexuais dadas a sua orientação sexual. Os jovens homossexuais, ao passo que iam frequentar a Praça às Sextas-feiras, a fim de namorar, encontrar amigos etc., não eram bem compreendidos pelos moradores, que não conseguiam ou não queriam aceitar a homossexualidade dos jovens. Os ataques dos *skinheads/pitboys* logo no início, quando o fenômeno ganhava visibilidade no meio social, e os sucessivos arrastões tinham por objetivo ‘limpar’ a Praça da presença homossexual. Esses fatos evidenciam as manifestações homofóbicas e a falta de tolerância entre os personagens envolvidos no conflito.

A Prefeitura de Fortaleza e o GRAB tentaram de várias maneiras levar o exercício da tolerância aos personagens envolvidos no conflito.

Consta na revista *Universidade Pública* (Ano V, n.º. 28 novembro/ dezembro de 2005), que a Prefeitura de Fortaleza, ao tomar conhecimento do conflito na Praça e após receber o abaixo-assinado feito pelos moradores do bairro, tomou o seguinte posicionamento, segundo a assessora de sexualidade da Prefeitura de Fortaleza, **Mitchelle Meira:**

A única garantia a ser tomada pela administração municipal seria a não retirada dos jovens da praça, pois: “A ida dessas pessoas foi voluntária”. Ninguém chegou dizendo que era praça homossexual. Temos a cabeça mais aberta, para questão de direitos humanos, mas não somos coniventes com nenhum tipo de exagero.

A Prefeitura, nesse caso, dispôs-se a mediar e amenizar o conflito, através da blitz da Guarda Municipal e do Juizado de Menores para coibir a venda e o uso de bebidas alcoólicas para os menores, pelo menos às sextas-feiras. Prometeu a mudança da posição dos bancos da praça que eram voltados (e ainda hoje são) para a frente das casas dos moradores e a realização de ações culturais na praça para uma possível integração entre os moradores e os jovens homossexuais. Segundo Mitchele Meira, a Prefeitura fez o que pôde para mediar o conflito entre os jovens e os moradores, quando afirmou que:

A gente mediu a questão da reclamação de que os jovens faziam xixi nas calçadas dos moradores, colocamos banheiros químicos para que isso não acontecesse mais. Quem mora em frente de praças tem que procurar lidar com a diversidade de frequentadores. O que os moradores reclamavam que não fosse de cunho preconceituoso, e sim estrutural nós procurávamos resolver, colocamos a guarda municipal para fazer a segurança, rondas do juizado de menores para coibir quem estivesse vendendo bebidas aos menores... (Entrevista concedida em sua sala na Prefeitura de Fortaleza)

Dentro da complexidade das relações sociais no contexto das Praças da Gentilândia, a tolerância aos homossexuais poderia facilitar relações mais saudáveis baseadas na aceitação, porém não ocorreu dessa forma.

Apesar do preconceito, do rótulo, da intenção social em manter uma ordem pré-estabelecida, do medo sentido pelos moradores dos arredores das praças ao ver o beijo dado entre iguais (a surpresa), os jovens lutam pela aceitação e o respeito aos homossexuais, não só na situação da Praça, mas em seus grupos, seja na igreja, na escola, na família etc.

Trata-se de um rompimento muito difícil, já que eles encontraram uma base muito sólida de conceitos preconcebidos de como se tem que agir com o outro no meio

social. São conceitos de homem e de mulher que direcionam todo o processo de socialização dos indivíduos, contribuindo para o fortalecimento das identidades. Sendo assim, a identidade não se restringe aos processos psicológicos individuais, mas ao processo de socialização.

Portanto, o sujeito em suas relações com o outro assume um personagem conforme a conveniência circunstancial. No caso das identidades sexuais, a homossexualidade é obtida pela sua negação social, pela afirmação da ‘verdadeira’ heterossexualidade, e isso tem feito os modos de produção da identidade homossexual se efetivarem mediante a reprodução da heterossexualidade, muito embora seja construto de qualquer identidade sexual muito complexo.

Não existe de um lado uma identidade heterossexual lá fora, pronta, acabada, esperando para ser assumida e, de outro, uma identidade homossexual instável, que deve se virar sozinha. Em vez disso, toda identidade sexual é um construto instável, mutável e volátil, uma relação social contraditória e não finalizada. (BRITIZMAN, 1996, p. 74).

Os jovens homossexuais das Praças da Gentilândia eram conscientes dessa problemática e reconheciam a dificuldade que eles tinham para romper com tudo isso. Eles caracterizavam os esforços da Prefeitura em resolver o impasse como uma falsa mudança que indicava como as relações ainda perdurariam sob preconceitos e como as instituições, como escola, polícia e igreja, eram fortemente contribuidoras para isso.

A Parada pela Diversidade Sexual (Parada Gay), realizada aqui na cidade, sempre no último domingo do mês de junho é um dos processos de desconstrução da homofobia com maior visibilidade em Fortaleza e no Brasil. O dia 28 de junho, que passou a ser reconhecido aqui no Ceará como o dia do Orgulho Gay, foi um projeto de Lei da ex - Deputada Estadual Íris Tavares (PT), promulgado pela Mesa Diretora da Assembleia Legislativa e aprovado em 23/08/05.

A Parada Gay é uma festa bastante colorida, porém dentro de espaços e tempos limitados, onde se vive toda a diversidade sexual, inclusive com patrocínio de empresas privadas ou estatais. Os LGBT`s buscam mais espaços fora da Parada Gay para ter a liberdade de manifestar a sua orientação sexual, isso constitui uma luta cotidiana, em que a tolerância é fundamental para se ter a sua cidadania garantida. Podemos entender

como tolerância “*diferentes formas de convivência e comunicação entre pessoas, grupos ou instituições*”. (FGV, 1986, 1238).

Devido a isso, o conceito de tolerância em nossa sociedade às vezes apresenta-se muito complexo e contraditório. A situação vivida nas Praças da Gentilândia configuram-se como uma série de fatos e acontecimentos firmadores da homofobia, mas em determinados momentos alguns acontecimentos negam-na.

Podemos definir a tolerância como:

1. Qualidade de tolerante; 2. Ato ou efeito de tolerar; 3. Pequenas diferenças para mais ou menos, permitidas por lei no peso ou no rótulo das moedas; 4. Tendência a admitir modos de pensar, de agir e de sentir que diferem das de um indivíduo de grupos determinados, políticos ou religiosos; 5. Diferença máxima admitida entre o valor especificado e obtido; 6. Margem especificada como admissível para o erro em uma medida ou para discrepância em relação a um padrão. (FERREIRA, 1998, p. 638).

Nas entrevistas aos jovens homossexuais das Praças da Gentilândia, ficou evidente que a reprodução homofóbica evidencia-se, em nossa sociedade, a partir dos processos de socialização pelos quais passamos (família, escola, trabalho, etc.), e a manutenção de uma ordem hierárquica, sem tolerância, em que cada um tem que seguir o caminho traçado pela tradição.

Atualmente os espaços destinados à tolerância são muito reduzidos, são os espaços fechados das casas noturnas, os espaços da Parada Gay e do carnaval, em outros locais o homossexual é fortemente estigmatizado. As Praças da Gentilândia foram um espaço extra na vida desses jovens, ou seja, um espaço público e aberto onde eles se reuniam sem ter o caráter do gueto - o de ficarem se escondendo da sociedade. Na praça, como vimos no capítulo anterior, eles se mostravam sem medo, mesmo sofrendo com preconceito.

As Praças da Gentilândia emergiram como “*points*” homossexuais, pelo fato de os jovens quererem um local para se encontrar mais à vontade e de terem a coragem de assumir-se Gay. Em muitos casos essa atitude só é possível através do rompimento das normas cristalizadas em nossa sociedade, ou seja, a tradição e o preconceito (homofobia). Quando eles não conseguem encontrar espaços possíveis na família, na escola, na igreja, ou no grupo de amigos, buscam outros espaços onde poderão encontrar

peças da mesma orientação sexual, como foi o caso das Praças da Gentilândia. Eles se reuniram nesses lugares para compartilhar suas alegrias e angústias e buscavam viver momentos singulares de liberdade sexual: namoravam, paqueravam, tomavam bebidas alcoólicas, dançavam, conheciam outras pessoas, marcavam encontros. Mas, quando se sentiam atacados pelas gangues e pelo preconceito dos moradores, iam em busca de seus direitos, discutiam sobre política e participavam de movimentos em defesa dos direitos humanos, mesmo que de forma inconsciente no início.

O gueto tem as suas contradições, ao mesmo tempo em que contribui para a socialização dos indivíduos da mesma orientação sexual, contribui também para isolá-los ou segregá-los. Pelo fato de seguirem a lógica mercadológica, os guetos não fortalecem nenhuma consciência política anti-homofóbica. Daí a necessidade dos jovens homossexuais das Praças da Gentilândia de sair do gueto e romper com a estrutura de segregação dos homossexuais, pois o gueto é um lugar onde se consolida a segregação, onde são manifestados, livremente, sentimentos interiorizados, inibidos na sociedade. É um lugar fechado, onde os iguais na orientação sexual se encontram, ou os diferentes do mundo sistematizado se escondem.

De acordo com Trevisan (2000), o espaço homossexual geograficamente ampliado representa um ganho de direitos bastante discutíveis. Por um lado, a polícia pode, quando quiser, invadir esses lugares e chantagear ou prender homossexuais, utilizando para isso as mais diversas justificativas. Esse tipo de atitude da sociedade heterossexual funciona como uma espécie de advertência à tolerância e visa fundamentalmente manter claros os limites da comunidade. Assim os órgãos de segurança controlam mais do que reprimem, e esta liberdade vigiada e concedida acaba carregando todas as sequelas do preconceito. “Ainda que seja um espaço conquistado para a livre manifestação de comportamentos socialmente desviantes do padrão, o gueto na verdade não deixa de ser “lugar da bicha e lésbica”, com tudo o que implica de compartimentalização e isolamento” (TREVISAN, 2000, p. 471).

Um dos processos de desconstrução da homofobia é a organização política. No caso das Praças da Gentilândia, as entidades que defendem os direitos dos homossexuais em Fortaleza, tais como o GRAB, a ATRAC e o LAMCE tiveram o papel fundamental de defender os homossexuais e conscientizá-los sobre a sua condição.

Durante a pesquisa de campo, fiz algumas visitas ao GRAB e entrevistei o seu Presidente. Perguntei - lhe como o GRAB via a questão do conflito na Praça e que contribuições desavença trouxera para a visibilidade do movimento homossexual no Ceará. Segundo Chico Pedrosa,

A gente denunciou a violência, acompanhamos alguns jovens, acionamos a polícia, a prefeitura para garantir a segurança dos jovens. Mas infelizmente não houve por parte dos frequentadores uma defesa do espaço, do direito deles, eles não têm essa compreensão muito firme de lutar por seus direitos. Eles não sabiam resistir aos arrastões, mesmo sendo a maioria. Não que eu esteja defendendo que deveria ter um confronto, mas que deveria ter tido uma resistência maior. Muitas vezes, eles eram passivos à violência que sofriam tanto dos moradores como das gangues. Quanto à questão da visibilidade, o movimento na Gentilândia contribuiu, mas uma pena que foi através da visibilidade pela agressão sofrida por eles, e não propriamente através da política do movimento homossexual. O que houve na praça, ao meu ver, foi essencialmente manifestações de homofobia, tanto por parte dos moradores, das gangues, como por parte também da polícia bem no início, da qual os jovens em sua maioria ficaram passivos frente a tudo aquilo, mesmo tendo alguns que ainda despertaram para lutar para continuar naquele espaço, procurando o GRAB e denunciando a violência e pressionando a prefeitura para que esse impasse fosse resolvido. Isso sim foi muito significativo para a visibilidade do movimento no ponto de vista político.

O processo de desconstrução da homofobia será possível se houver também discussões sobre ela, se existir, como mencionei anteriormente, a ruptura do naturalizado (construção social do que é normal ou anormal no meio social), e o exercício da tolerância e da aceitação do diferente, das várias formas de manifestar o amor, seja ele heterossexual ou homossexual.

No entanto, mesmo existindo o já mencionado Projeto de Lei nº. 8211/98, que determina punições a quem praticar discriminações contra uma pessoa devido a sua orientação sexual, constata-se que a Lei ainda não impede a discriminação contra os homossexuais e muito menos a violência verbal e física, empregada contra eles pelas pessoas que não respeitam a sua singularidade no meio social.

No caso da Gentilândia, existiu a denúncia feita pelos homossexuais e a tentativa de se exercer a tolerância naquele espaço empreendida pela Prefeitura de Fortaleza e o GRAB, na luta pela cidadania e pelo direito de ir e vir. Contudo, os moradores não mudaram o seu modo de pensar a homossexualidade dos jovens e acharam muito bom o fato de eles terem buscado outros espaços onde pudessem demonstrar livremente a sua orientação sexual.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao apresentar questões relevantes acerca do objeto de pesquisa, parece comum a sensação de que algo não foi contemplado por ela, mas, por se tratar de um trabalho que apresenta possibilidades de continuidade de estudos, podendo vários elementos ser incorporados ou suprimidos, com outras possibilidades de pesquisa e leitura, espero ter contribuído para este campo rico e de múltiplos pontos de vista, que é a questão da homossexualidade e da homofobia.

Foi nessa perspectiva que se desenvolveu o presente estudo, cujo objetivo foi entender os meandros da homofobia, as suas causas e conseqüências, tendo como objetivo específico enfatizar o que ocorreu nas Praças da Gentilândia para exemplificar as manifestações de homofobia.

Busquei entender por que as Praças da Gentilândia tornaram-se um espaço de sociabilidade e conflito, através das pesquisas de campo e das entrevistas aos seus moradores e frequentadores homossexuais, bem como da análise dos seus discursos.

Constituindo-se o bairro como lugar de nossas práticas cotidianas, é a partir desses espaços que construímos, produzimos e reproduzimos nossa identidade social.

De acordo com o que abordei no Capítulo I, vimos um pouco da história do bairro Benfica e do surgimento da Gentilândia, um dos menores de Fortaleza, que se elevou à categoria de bairro apenas no ano 2000, devido à luta de seus moradores para a preservação da sua história. A Gentilândia possui duas praças: a Praça João Gentil e a Praça da Gentilândia, que se configuram neste estudo como os cenários dos conflitos abordados.

Fez-se necessário contar um pouco da história desses bairros para podermos entender a sua formação e como ao longo do tempo eles ganharam ‘*status*’ de bairros tradicionais e de ‘boas famílias’. A partir disso, pude entender os sentimentos de pertença dos moradores, o conflito ocorrido quando da infiltração do moderno no tradicional, ou seja, o conflito entre os moradores e os homossexuais, a não-aceitação dos moradores da orientação sexual dos jovens, por considerarem a homossexualidade algo “imoral” e “anormal” e a resistência dos homossexuais ao permanecerem nesses espaços, mesmo sem o consentimento dos moradores, que acreditavam que a presença homossexual nas Praças da Gentilândia denegria a imagem do bairro perante a sociedade.

No capítulo II abordei o modo como se deram os conflitos nas Praças da Gentilândia, os espaços públicos do bairro onde existiram as manifestações homofóbicas.

Na abordagem do primeiro momento do conflito, dezembro de 2004 a julho de 2006, foram citados e analisados vários relatos de moradores e frequentadores homossexuais. Também foi analisada a inserção do poder público, representado pela prefeitura, polícia e juizado de menores, além da participação de entidades como o GRAB, a ATRAC e o LAMCE.

Na análise do segundo momento do conflito, abril a agosto de 2007, na Praça João Gentil, observei a persistência das manifestações de intolerância contra os homossexuais e a sua luta pela permanência na praça. No espaço de tempo entre os dois momentos do conflito, os jovens homossexuais passaram a frequentar um bar próximo às praças, o

Cafoto do Barão, mas nesse novo *point* também sofreram com o preconceito e a homofobia, fato que inflamou ainda mais o desejo de lutar por seus direitos.

Nesse capítulo dei ênfase ao conflito que ocorrera nas praças e o que fora feito para que se amenizasse a situação na época. E foi onde eu explicito os acontecimentos homofóbicos para dar seguimento à discussão no Capítulo III, no qual refleti sobre o significado do termo homofobia com base no que acontecera nas Praças da Gentilândia.

De acordo com o que foi abordado no Capítulo III, pude fazer uma incursão à produção e reprodução homofóbica e perceber o tratamento dado à homossexualidade por alguns aportes teóricos (científicos ou religiosos, se pudermos assim classificá-los) que vão imprimir um modelo comportamental para os indivíduos de ratificação da homofobia.

No decorrer da história da humanidade, a homossexualidade tem sido compreendida e interpretada de forma bastante diversa, em diferentes épocas e organizações sociais. Ora considerada como parte componente do processo de socialização de educação de jovens (Grécia Antiga), ora considerada doença, até meados do século XIX.

Atualmente, apesar dos esforços e avanços obtidos com a organização do Movimento Homossexual, a opressão e o preconceito cotidiano ainda são constantes. A Igreja coloca em seu discurso os homossexuais como pervertidos sociais e ameaçadores da ordem “natural”. O Estado, inclusive em países que reconhecem de algum modo a união entre pessoas do mesmo sexo, ainda trata-os de forma desigual em questões como a adoção e os direitos previdenciários.

A produção e reprodução da homofobia estavam expressas nos significados e sentidos dos discursos dos jovens homossexuais e dos moradores das Praças da Gentilândia. A partir daí percebi como esse arsenal de saberes contribuía para as condutas dos jovens em seu cotidiano e como nos espaços socializadores desses saberes, nos espaços instituídos da família, da igreja, e da escola, vão se ratificando a homofobia e as relações desiguais de gênero e sexo.

No Capítulo IV procurei demonstrar como os homossexuais se organizaram para desconstruir a homofobia, relatando um pouco da história do movimento homossexual brasileiro e cearense.

É inegável que a atuação do movimento tem um papel fundamental na publicização das violências físicas e simbólicas cometidas contra homossexuais. Exemplo disso é a constante (anual) sistematização pelo GGB de números de homicídios praticados contra homossexuais no Brasil.

Outro exemplo é a mobilização que tem por escopo denunciar e protestar contra programas ou campanhas publicitárias que atentem contra a dignidade dos homossexuais. É notório que a discussão acerca da homossexualidade na grande mídia, nos fóruns de ciência e nas instâncias políticas tem possibilitado que a questão seja abordada com maior cuidado e de maneira mais respeitosa, despida de preconceitos e de rejeições apriorísticas.

Em vista dessa realidade, o Poder Judiciário deve manifestar-se acerca dos assuntos polêmicos veiculados pelos noticiários e presentes no imaginário da sociedade, principalmente no que concerne à homossexualidade, vítima de tantos preconceitos. O movimento homossexual tem mérito por ocupar espaços na mídia, no Congresso Nacional, em fóruns sociais e em universidades, ambientes que funcionam como uma caixa de ressonância que ecoa no Poder Judiciário.

A relação entre os homossexuais e o judiciário estreitou-se em virtude dos conflitos entre companheiros e famílias de vítimas da Aids em disputa do patrimônio do doente, ou do morto, por meio de curatela ou sucessão, respectivamente.

No Brasil, o movimento LGBTTT conta com uma série de pareceres favoráveis na justiça a casais homossexuais. No entanto, o Projeto de Lei n° 115, de autoria da ex-Deputada Federal Marta Suplicy, que trata da Parceria Civil Registrada, ainda não foi votado. O movimento considera ser mais estratégico aprovar o PL n° 122/06, que Criminaliza a Homofobia, para depois voltar a pressionar pela aprovação do PL n° 115. Ambos os projetos sofrem entraves para que não sejam aprovados, como a forte pressão exercida por parte dos setores conservadores da sociedade, como a Igreja Católica e as Evangélicas, que possuem representantes no Congresso Nacional e no Senado.

Percebemos nesse capítulo que a tolerância à homossexualidade promulgada em nossa sociedade, tem um sentido falso, reducionista e repressor, mesmo abrindo a discussão sobre as questões da homossexualidade. A tolerância toma uma dimensão de concessão, em vez de garantia de direitos iguais, porque nessa sociedade as expressões homossexuais só podem ser manifestadas em espaços guetizados, caso contrário, como nas Praças da Gentilândia, as manifestações homofóbicas estarão presentes. Essa tendência a aceitar modos de pensar, de agir e de sentir que diferem dos de um indivíduo ou de grupos predominantes, representados por políticos ou religiosos, vão além do público e do privado em espaços coletivos, restando as margens (muito pequenas) para se viver o amor entre iguais.

A ação segregadora da sociedade faz com que ser Gay torne-se muito difícil, dada a necessidade de enfrentamentos constantes às estratégias de massificação exercidas em nosso cotidiano. A massa deveria ser homogênea e igual no ser, pensar, agir e estar. Nesse sentido:

A revelação na família, no trabalho, no bairro, de que era Gay representou para muito jovens o pipocar de dificuldades, perseguições, violências, de modo que para a grande maioria dos homossexuais é mais prático seguirem o preceito milenar de São Paulo: “Que estas coisas não sejam sequer mencionadas entre vós!”. Milhões preferem continuar fazendo aquele joguinho cínico: “Eu finjo que não sou e você finge que não sabe que eu sou, a gente não toca no assunto e continuamos amigos...” (MOTT, 2000c, p. 40).

Aos olhos de Elias (1994), o processo civilizador seria uma sucessão de estados e mudanças ocorridas no processo de controle e autocontrole do comportamento humano, que caminha para uma maior estabilização das emoções e do monopólio da violência física pelo Estado. Nos países considerados periféricos em relação ao capitalismo central, como o Brasil, embora estejam juridicamente assegurados os direitos sociais, civis e políticos, a realidade social revela-se contraditória e complexa ao se pensar na violência contra os homossexuais.

Nesse contexto, vi o quanto é importante a luta política para os LGBTTS serem aceitos em nossa sociedade, ou seja, os grupos organizados/políticos (GRAB, ATRAC e LAMCE) têm papel fundamental nessa pedagogia transgressora da aceitação do diferente e devem agir contrariamente à massa, impondo a sua singularidade no meio social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA NETO, Luiz Mello de. Família no Brasil dos anos 90: um estudo sobre a construção social da conjugalidade homossexual. Brasília: UnB, 1999. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 1999.

ALMEIDA NETO, Luiz Mello de. Um olhar sobre a violência contra homossexuais no Brasil. Gênero: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero – NUTEG. Niterói, v. 4, n. 1, p. 33-46, 1. sem. 2000.

ARIÈS, P. Reflexões Sobre a História da Homossexualidade. In: ARIÈS, P. & BEJIN, A. (orgs.) Sexualidades Ocidentais. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BADINTER, E. XY: Sobre a Identidade Masculina. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

BARCELOS, J. D. M. (Con)sumindo a Diferença: a homossexualidade entre a visibilidade e a massificação. Rio de Janeiro: PUC, 1998. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

BARROSO, Francisco de Andrade. O Benfica de Ontem e de Hoje. Fortaleza: editora LCR 2004.

BÍBLIA, Sagrada. São Paulo: Edibra Ave Maria, 1982.

BRITZMAN, Débora p. O que é esta coisa chamada amor: identidade homossexual, educação e currículo. Educação e Realidade, Porto Alegre, número 20/1; janeiro/ junho. 1996.

CÂMARA, Cristina. Cidadania e orientação sexual: a trajetória do grupo Triângulo Rosa. Rio de Janeiro: Academia Avançada, 2002.

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. A era da informação: economia, sociedade e cultura. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999, v. 2.

CONDE, Michele Cunha Franco. O movimento homossexual brasileiro, sua trajetória e seu papel na ampliação do exercício da cidadania. Goiânia: UFG, 2004. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2004.

COSTA, J. F. A Inocência e o Vício: Estudos Sobre o Homoerotismo. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.

COSTA, J. F. A Face e o Verso: Estudos Sobre o Homoerotismo II. São Paulo: Escuta, 1995a.

CRUZ, A. S. & VIEIRA, J. L. Homossexualismo - Assumir Faz a Diferença. Revista Época, São Paulo, ano II, n. 70, 20 set. 1999. p. 44-51.

ELIAS, Norbert. A Sociedade dos Indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert. Os estabelecidos e outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade/Norbert Elias e Jonh L. Scotson; Tradução de Vera Ribeiro tradução do posfácio à edição alemã, Pedro Sússekind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FERREIRA, Aurélio B. Holanda. Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

FGV. Fundação Getúlio Vargas. Dicionário de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986.

FOUCAULT, M. História da Sexualidade 1- A Vontade de Saber. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

GALVÃO, A. Revista Gay é condenada a pagar indenização. Estado de São Paulo, São Paulo, 16 de fev. 2000.

GIDDENS, Anthony. As Transformações da Intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: UNESP, 1993.

GOFFMAN, E. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LCT, 1963/1988.

GOLIN, Célio & WEILER, Luis (orgs.). Homossexualidade, cultura e política. Porto Alegre: Sulina, 2002.

GREEN, James N. “Mais amor e mais tesão” a construção de um movimento de gays, lésbicas e travestis. Cadernos Pagu. Revista semestral do Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, n. 15, 2000a.

GREEN, James N. Além do carnaval. A homossexualidade no Brasil do século XX. São Paulo: UNESP, 2000b.

GREEN, James N. e TRINDADE, Ronaldo (Org). Homossexualismo em São Paulo e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2005.

GREENBERG, D. The Construction of Homosexuality. [S. L.]: The University of Chicago Press, 1988.

JUNIOR, Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos. Quem é de Benfica. O bairro como lugar da sociabilidade e espaço das práticas de resistência. Fortaleza: UECE, 1999. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 1999.

KOFES, Suely. Experiências sociais, interpretações individuais: histórias de vida, suas possibilidades e limites. In: Cadernos Pagu - Núcleo de Estudos de Gênero/ UNICAMP, SP (3)1994.

LEFEBVRE, Henri. A Revolução Urbana. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LINS, Daniel. O dedo no olho: Micropolíticas do Cotidiano. São Paulo: Annablume, 1999.

LOIOLA, Luís Palhano. Diversidade Sexual: Perspectivas Educacionais. Fortaleza: EDUFC, 2006.

LOPES, Marciano. Royal Briar: A Fortaleza dos anos 40. Fortaleza: Tipoprogresso, 1988.

MAC RAE, Edward. A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da abertura. Campinas: Unicamp, 1990.

MAC RAE, Edward. Os respeitáveis militantes e as bichas loucas. In: VOGT, Carlos et alii. Caminhos cruzados. Linguagem, antropologia e ciências naturais. São Paulo: UNESP, 2000.

MARCUS, George. Identidades passadas, presentes e emergentes: requisitos para etnografias sobre a modernidade no final do século XX ao nível mundial. In: Revista de Antropologia. São Paulo, USP. N. 34, 1991, pp. 197-221.

MOTT, L. & CERQUEIRA, M. Causa Mortis: Homofobia. Violação dos Direitos Humanos e Assassinato de Homossexuais no Brasil 1998. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2001.

MOTT, L. Homofobia: A violação dos direitos humanos dos gays, lésbicas e travestis. S.Francisco, (USA), International Gay & Lesbian Human Rights Comission, Salvador: Grupo Gay da Bahia, 1997.

MOTT, L. & YONARA, Z. Violação dos Direitos Humanos e Assassinatos de Homossexuais no Brasil 1998. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 1999.

MOTT, Luiz. - Os Homossexuais: as vítimas principais da violência. In VELHO, G & ALVITO, M (orgs.). Cidadania e Violência. Rio de Janeiro: UFRJ/Fundação Getúlio Vargas, 1996.

MOTT, Luiz. Assassinato de GLBT no Brasil. Arquivos do Grupo Gay da Bahia, 2003. (comunicação pessoal).

MOTT, Luiz. Assassinato de Homossexuais – manual de coleta de informações, sistematização e mobilização política contra crimes homofóbicos. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2000.

MOTT, Luiz. Em Defesa do Homossexual. CEPCoS *Online*, ano III, n.156, 20 out. 2000c.

MOTT, Luiz. Violação dos Direitos Humanos e Assassinato de Homossexuais no Brasil. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2000a.

MOTT, Luiz. Violação dos Direitos Humanos e Assassinatos de Homossexuais no Brasil, 1999. Boletim do Grupo Gay da Bahia, n. 40, Março, 2000.

MOTT, Luiz. Violação dos Direitos Humanos e Assassinatos de Homossexuais no Brasil, 1997. Boletim da Secretária de Direitos Humanos da ABGLT, n. 2 Março, 2000.

MOTT, Luiz. Violência antigay tem cura. Sui Generes *Online*, 1 out. 2000b.

MOTT, Luiz. Os homossexuais: as vítimas principais da violência. In: VELHO, Gilberto e ALVITO, Marcos (orgs.). Cidadania e violência. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 2000.

NUNAN, Adriana. Homossexualidade: do preconceito aos padrões de consumo. Pref. Bernardo Jablonski. Rio de Janeiro: Caravansarai, 2003.

NUNAN, Adriana. Influência do Preconceito Internalizado na Conjugalidade Homossexual Masculina. In: NUNAN, Adriana. Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis/organizadores Miriam Pillar Grossi, Anna Paula Uziel e Luiz Mello. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. Conjugalidades, p.47- 67.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração Nacional dos Direitos Humanos. Genebra 1948.

PARKER, Richard. A construção da solidariedade: Aids, sexualidade e política no Brasil. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Abia/IMS/UERJ, 1994.

PARKER, Richard. Abaixo do Equador. Rio de Janeiro: Record, 2002.

PERLONGUER, Néstor Osvaldo. O Michê é Homossexual? Ou a política da identidade. In: TRONCA, Ítalo A. (org.). Foucault vivo. Campinas: Pontes, 1987.

PERLONGUER, Néstor Osvaldo. O negocio de michê: prostituição viril em São Paulo. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PINHEIRO, D. Pai, Eu sou Gay. Revista Veja, São Paulo -SP, n. 1636, 16 de fev. 2000.

POLLAK, M. A Homossexualidade masculina, ou a felicidade do gueto? In: ARIES, P. & BEJIN, A. (orgs.) Sexualidades Ocidentais. São Paulo: Brasiliense, 1985.

RAMOS, Silvia. Violência e homossexualidade no Brasil: As políticas públicas e o movimento homossexual. In: Miriam Pillar Grossi...[et al.] (Orgs.). Movimentos sociais, educação e sexualidades. Rio de Janeiro: Gramond, 2005.

FONTELESV, Ana Rita. Devassos no Paraíso? Revista Universidade Publica, Fortaleza, Ceará, ano V - NÚMERO 28- Novembro /Dezembro - 2005.

SOARES, J.C. O Dinheiro Que Ousa Dizer o Seu Nome: o Mercado GLS e suas repercussões. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2000. Monografia (Graduação). Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2000.

SOARES, Luiz Eduardo. Sair do armário e entrar na gaveta. In: GOLIN, Célio & WEILER, Luis (orgs.). Homossexualidade, cultura e política. Porto Alegre: Sulina, 2002.

SPENCER, Colin. Homossexualidade: uma história. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SPINK, Mary Jane (Org.). Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 1999.

TOURAINÉ, Alain. Poderemos viver juntos? iguais e diferentes. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

TREVISAN, J. S. Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Record, 2000.

TREVISAN, J. S. Seis balas num buraco só: a crise do masculino. Rio de Janeiro: Record, 1998.

TREVISAN, João Silvério. A voz do desejo: entre a autonomia e a cooptação. In: GOLIN, Célio & WEILER, Luis (orgs.). Homossexualidade, cultura e política. Porto Alegre: Sulina, 2002.

TREVISAN, João Silvério. Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

VELLOSO, B. A Minoria Vai à Luta: idéias e opiniões sobre homossexualismo. Revista Época, São Paulo – SP n. 35, 18 jan. 1999.

VIANA, Waldiane Sampaio. “Praça da Gentilândia: espaço de sociabilidade e conflito” Fortaleza, UFC ano 2006 Monografia (Graduação). Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

WEEKS, Jeffrey. O Corpo e a Sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

ANEXOS